

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

**PARADOXOS JURÍDICOS E SOCIAIS: DIREITO, VIDA PRIVADA E  
INTIMIDADE NA SOCIEDADE PÓS-MORALISTA E HIPERMODERNA**

CURITIBA  
2008

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

**PARADOXOS JURÍDICOS E SOCIAIS: DIREITO, VIDA PRIVADA E  
INTIMIDADE NA SOCIEDADE PÓS-MORALISTA E HIPERMODERNA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito, Área de Concentração em Direitos Humanos e Democracia, Linha de Pesquisa em Cidadania e Inclusão Social, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestre em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Katya Kozicki

CURITIBA  
2008

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**PARADOXOS JURÍDICOS E SOCIAIS: DIREITO, VIDA PRIVADA E  
INTIMIDADE NA SOCIEDADE PÓS-MORALISTA E HIPERMODERNA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Katya Kozicki  
Departamento de Direito Público  
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná

Prof. Titular Menelick de Carvalho Netto  
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca  
Departamento de Direito Privado  
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 15 de maio de 2008.

Aos meus pais, pelo constante incentivo, apoio e amor.

À Leyse, por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho e todo o meu percurso no Curso de Mestrado não seriam possíveis, ou pelo menos teriam sido bem mais difíceis, sem a presença dos Professores, Colegas e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, assim como dos meus amigos, familiares e colegas de trabalho.

Em primeiro lugar, aos meus pais, Ilton e Neninha, e irmãos, Paulo e Izabela, por todo apoio, compreensão e amor, e à Leyse, que acompanhou intensamente a escrita deste trabalho do começo ao fim com ternura e interesse. À minha tia Maysa e a toda minha “grande” família por tudo que sou hoje.

À Professora Katya Kozicki, exemplo de pensadora séria e comprometida com uma análise profunda da realidade e do direito contemporâneos, por ter acreditado neste trabalho desde o seu esboço, assim como pela orientação atenta e dedicada.

Aos Professores José Antonio Peres Gediél e Ricardo Marcelo Fonseca, amigos e docentes fundamentais à minha formação acadêmica, pelo constante apoio, debates e interlocuções desde a minha graduação em Direito.

Aos Professores Celso Ludwig, Luiz Edson Fachin e Clèmerson Merlin Clève por todos os diálogos travados sobre direito e filosofia.

Ao Professor Eroulths Cortiano Junior pelo empenho na administração do Programa de Pós-Graduação e pelos inúmeros eventos que participamos.

Ao Marco Aurélio Marrafon, Ozias Paese Neves, Frederico Glitz, Estefânia Barboza e Andréa Rollof pela alegria de tê-los como companheiros de gestão na Coordenação do Curso de Direito da Unibrasil. Um agradecimento especial deve ser registrado ao “irmão” Marco Aurélio Marrafon pela sua amizade e por nossas inúmeras parcerias acadêmicas e profissionais.

Aos colegas de Pós-Graduação, companheiros de aulas e debates, essenciais para o amadurecimento de muitas das idéias aqui contidas: Adriana Schier, Augusto Gutierrez, Gabriel Godoy, Heloisa Kroll, Luana de Carvalho, Maurício Dieter, Maurício Iacobacci, Gabriel Schulman, Flávio Bortolozzi e Sandro Kozikoski.

Ao amigo Danilo Doneda pela leitura dos originais deste trabalho e por todas as discussões sobre direito, intimidade e vida privada.

Aos membros da Confraria da Unibrasil pelos momentos de descontração.

Aos amigos sempre especiais, André e Pedro Giamberardino, Aloísio, Otávio, Maria Vitória, Murilo, Samir, Marcos, Melina, Desdêmona, Jamur, Rene, Cris, Camila e Rebeca.

Aos funcionários da Pós-Graduação, sempre muito educados e eficientes.

## **LEMBRETE**

Se procurar bem, você acaba encontrando  
não a explicação (duvidosa) da vida,  
mas a poesia (inexplicável) da vida.

**(Carlos Drummond de Andrade)**

## RESUMO

Este trabalho tem por tema a análise do surgimento e do desenvolvimento da intimidade e da vida privada, assim como da tutela jurídica sobre esses bens da personalidade humana. Dessa forma, através da apreciação dos fenômenos público e privado na história das idéias e da vida cotidiana na civilização ocidental, o autor deste trabalho aponta o momento de alvorecer da intimidade na Idade Moderna. Nessa análise histórica e filosófica do desabrochar da intimidade, utiliza-se como marco teórico a obra de Hannah Arendt e, em especial, as categorias apresentadas no seu livro “A Condição Humana”. Após a compreensão de que a intimidade constitui-se em um conjunto de ações, situações, pensamentos e emoções centrais à vida privada a partir da modernidade, aprofunda-se o estudo desse processo nos períodos moderno (modernidade tradicional) e contemporâneo (hipermodernidade). Observa-se que a intimidade possui como principal função a construção da humanidade e da individualização social a partir da modernidade tradicional. Em verdade, a intimidade constitui-se em um elemento fundamental da luta do indivíduo contra a padronização social opressora das éticas moralistas laica e religiosa. Na análise moderna e contemporânea dos embates entre o moralismo e o desenvolvimento da intimidade e da vida privada, realiza-se um profundo debate com a obra de Giles Lipovetsky e com os historiadores da vida privada, principalmente os brasileiros e franceses. A partir da compreensão de que, atualmente, o período atual é regido pela ética pós-moralista, a qual propõe uma superação dos deveres rígidos e a construção autônoma e dialógica, principalmente, das normas de conduta, e de que a sociedade atual é hipermoderna, sendo os seus pilares fundamentais o indivíduo, a técnica e o mercado, é possível entender as razões da extrema valorização da intimidade e da vida privada contemporâneas. Feitas as leituras histórica, política, sociológica e filosófica do surgimento e do desenvolvimento das vidas privada e íntima moderna e contemporânea, aborda-se o processo de construção da tutela jurídica desses bens essenciais à personalidade humana. Em primeiro lugar, apresentam-se o conceito de personalidade humana e a vida privada e íntima como um dos seus elementos. Após, demonstra-se o desenvolvimento da tutela da intimidade e da vida privada no direito continental europeu e no direito anglo-saxão, concedendo especial relevância à criação do *right to privacy* por Brandeis e Warren no final do século XIX nos Estados Unidos e à sua concretização judicial. No que se refere à proteção jurídica à vida privada e íntima, observa-se que, em grande parte dos países ocidentais contemporâneos e no plano internacional, há a devida proteção desses bens jurídicos, principalmente, pela categoria dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. Por fim, apresenta-se a intensa relação entre a proteção à intimidade e à vida privada e as principais diretrizes da ética pós-moralista e da sociedade hipermoderna.

PALAVRAS-CHAVE: PÚBLICO, PRIVADO, INTIMIDADE, VIDA PRIVADA, MORALISMO E DIREITO



## ABSTRACT

This study focuses on the analysis of privacy and private life origins and developments, as well as its judicial guardianship. Therefore, through a public and private phenomena appreciation in history of western civilization ideas and daily life, this author traces the moment that privacy dawns in modern age. In this historical and philosophical analysis on privacy blossom, the theoretic basis come from Hannah Arendt's work, particularly the categories presented at her book "The Human Condition". Subsequent to the comprehension of privacy as a set of actions, situations, thoughts e emotions, which consists in private life core since the advent of Modernity, the studies of its process in modern (traditional modernity) and contemporary (hypermodernity) periods are deepened. Since traditional modernity emerged, privacy's main function refers to humanity and social individualization construction. In fact, privacy is an essential element of individuals effort against secular and religious ethics oppression for a social standartization. In modern and contemporary investigation between moralism and the development of privacy and private life opposition, an intense debate with Giles Lipovetsky's work and ,also, with the private life issue historians, mainly Brazilian and French authors, takes place. From comprehending that present time is ruled by posmoralistic ethics, which proposes an overcoming of rigid duties and autonomous dialogical construction, mostly at behavior rules and also, understanding that present Society is hypermodern, where individual, technique and market are the basic pillars, it becomes possible to understand the reasons why there is an intense valuation of contemporaries privacy and private life. Once historical, political, sociological and philosophical readings on origins and progress of modern and contemporary privacy have been completed, the study approaches the juridical guardianship construction process of these human personality essential values. Initially, a human personality concept is presented, illustrating privacy and private life as its elements. Furthermore, privacy and private life legal protection developments in continental European and Anglo-Saxon Law are demonstrated, granting special relevance to Brandeis and Warren's creation of the right to privacy and it's judicial concretion, that took place in the end of XIX Century, in The United States of America. Concerning privacy and private life legal protection, it is observed that this values are properly protected in most contemporary western countries and, also, in an international ground, especially through human and fundamental rights subject. Concluding, the intense connection between privacy and private life protection and main directions from posmoralistic ethics and hypermodern society are presented.

KEY WORDS: PUBLIC, PRIVATE, PRIVACY, PRIVATE LIFE, MORALISM AND LAW.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

### **Capítulo 1**

O Surgimento da Intimidade e da Vida Privada Contemporânea: Uma Reconstrução Histórica a Partir dos Conceitos de Público e de Privado

1.1. Questões Preliminares .....	8
1.2. Labor, Trabalho e Ação: <i>Vita Activa</i> , Condição Humana e Experiências Básicas .....	9
1.3. A Esfera Pública .....	13
1.4. A Esfera Privada .....	19
1.5. Algumas Questões sobre as Esferas Pública e Privada na Idade Média ..	24
1.6. O Surgimento da Esfera Social .....	30
1.7. A Intimidade e a Reformulação da Vida Privada .....	39
1.8. Isolamento e Desolação (Solidão): a Destruição da Vida Política e da Vida Privada .....	49

### **Capítulo 2**

Privatização e Personalização da Vida: o Domínio da Intimidade na Sociedade Contemporânea

2.1. Questões Preliminares .....	54
2.2. Modernidade e Sociedade Moralista: Ética do Dever .....	56
2.3. A Sociedade Moralista Moderna e o seu Caráter Opressivo .....	65
2.4. O Surgimento da Intimidade na Sociedade Moderna Moralista e a Atenuação da Ética do Dever .....	73
2.5. Sociedade Pós-Moralista: a Superação da Ética do Dever na Pós-Modernidade .....	81
2.6. Sociedade Pós-Moralista e Hipermóderna: Panorama Geral através dos seus Pilares Constitutivos (Indivíduo, Eficiência Técnica e Mercado) .....	90

2.7. Dilemas da Vida Hipermoderna e Alterações na Vida Privada Contemporânea .....	98
--	----

### **Capítulo 3**

Reconhecimento Jurídico da Intimidade e da Vida Privada: Construção Teórica, Positivção e Dilemas Jurídicos Contemporâneos

3.1. Questões Preliminares .....	109
3.2. A Personalidade Humana .....	110
3.3. O Início da Proteção Jurídica da Personalidade pelos Direitos Humanos e pelos Direitos Fundamentais e Ética Moralista .....	122
3.4. Tutela da Personalidade, Vida Privada e Intimidade no Século XIX, nos Estados Unidos, até a Publicação do Artigo “ <i>Right to Privacy</i> ” .....	135
3.5. Principais Características do <i>Right to Privacy</i> e sua Concretização pela Jurisprudência até a Metade do Século XX .....	142
3.6. Tutela da Personalidade, Vida Privada e Intimidade do Século XIX até metade do Século XX no Direito Continental Europeu .....	147
3.7. Proteção Jurídica Contemporânea da Personalidade Humana, Vida Privada e Intimidade e Ética Pós-Moralista .....	154
<b>Conclusão</b> .....	166
<b>Bibliografia</b> .....	173

## INTRODUÇÃO

A intimidade e a vida privada são valores, sentimentos, relações e situações fundamentais no tempo contemporâneo e na vida atual. Não seria um exagero dizer que a intimidade e a vida privada representam um dos elementos mais importantes da vida cotidiana. Alguns exemplos ilustram bem o painel hodierno sobre a relevância dos anseios íntimos e privados e sua relação com outras características, anseios e valores humanos e sociais.

Não há dúvidas da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea. Além de a pessoa realizar-se no exercício diário dos seus afazeres laborais, um dado importante na escolha de uma profissão, ou na busca de uma vaga de emprego em determinada empresa, ou na opção por certo cargo público, é o valor do salário.

Em uma sociedade absolutamente consumista (hiperconsumista), como a maior parte das sociedades liberal-democráticas, sendo um exemplo destas sociedades a brasileira atual, não possuir o meio pela qual se pode ter acesso aos produtos e serviços (dinheiro ou riquezas em geral) representa a morte, pelo menos social, do indivíduo. Sem um mínimo de salários ou posses, a própria vida biológica dos seres humanos é posta em risco.

Por exemplo, observa-se, diariamente, a morte de pessoas por ausência de tratamento médico adequado, que, muitas vezes, não é prestado adequadamente pelo Estado. Nesses casos, como muitos indivíduos, por sua vez, não possuem condições de pagar o seu atendimento nos hospitais privados, morrem em virtude de doenças e quadros médicos facilmente diagnosticados pela medicina tradicional.

Se a falta de posses não é tão intensa para causar a morte biológica, de outro lado, a ausência de um salário razoável ou de bens e patrimônios familiares dificultam a construção de projetos pessoais dos indivíduos. Sem o essencial para a existência humana (moradia, alimentação e demais despesas básicas da vida contemporânea) os jovens desde cedo devem trabalhar, tendo dificuldade de concretizar suas metas pessoais e profissionais, pois passam parte substancial do seu tempo labutando em empregos com baixa remuneração e dedicam-se pouco ou quase nada aos estudos formais.

Sem uma educação formal de qualidade, dificilmente os jovens de baixa renda familiar conseguirão sua aprovação nos vestibulares das Universidades Públicas, as quais, além de propiciar um ensino de qualidade, não cobram mensalidades.<sup>1</sup> Sem um diploma de ensino superior, os indivíduos provavelmente não obterão uma colocação privilegiada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sem terem uma profissão melhor remunerada, não terão os meios necessários para o desenvolvimento adequado de sua vida privada.

De outro lado, quando um indivíduo, autonomamente ou por meio de sua família, possui um montante suficiente de capital ao longo da sua vida, ele pode construir inúmeros projetos pessoais que julga relevantes para sua vida, assim como viver “uma boa vida”. Para exemplificar. Se os pais ou os demais familiares de um jovem podem pagar uma viagem de intercâmbio cultural aos seus filhos, os jovens que possuem como projeto de vida ter um conhecimento profundo e uma visão mais rica das culturas e da própria humanidade conseguem concretizar esse interessante projeto pessoal.

Ainda, no caso de o indivíduo deter um montante de dinheiro e de rendas superior ao valor das suas necessidades básicas, essa pessoa pode, legitimamente, cultivar hábitos prazerosos e gozar do seu devido lazer. Sem posses, não é possível, por exemplo, construir um quarto individual com televisão, aparelho de *dvd*, canais televisivos por assinatura e computador com acesso à internet, bens que permitem, cotidianamente, pequenos prazeres diários tão relevantes para o homem contemporâneo (hiperindivíduo). O aprazível hábito de viajar, por sua vez, cultivado e bem quisto pela maior parte dos indivíduos, fundamental para fugir da rotina pessoal diária, também pressupõe a existência de dinheiro para tanto.

A própria vida sentimental e amorosa é influenciada pela existência ou não de posses e riquezas. A ausência de dinheiro impossibilita a ida a um bar com os amigos ou assistir um filme com a namorada no cinema. Em verdade, a falta de dinheiro dificulta o desenvolvimento de qualquer projeto íntimo e privado, como a construção de uma família estruturada.

---

<sup>1</sup> Uma possibilidade para os brasileiros com uma renda baixa que não passaram no vestibular das Universidades Públicas é cursar Universidades Privadas com bolsas governamentais ou financiar seus estudos pelas linhas de crédito disponíveis. Essas duas soluções, por aumentaram o número de estudantes no Ensino Superior, são louváveis.

Se o casal pensa em ter filhos ou adotar crianças, sem um mínimo de posses, esse projeto não é factível. As razões são óbvias e vistas cotidianamente. Os filhos precisam de cuidados médicos prestados satisfatoriamente através de um plano privado de saúde. As crianças e jovens não recebem uma educação razoável sem a freqüência a escolas particulares, além de provavelmente apresentarem dificuldades de inserção cultural e de desenvolvimento profissional futuro sem o estudo de línguas estrangeiras modernas em aulas particulares e pagas.

A partir da análise de algumas questões da vida cotidiana, vislumbra-se a importância do dinheiro, do salário, da riqueza e da propriedade privada, as quais podem, para além de promover a vida biológica dos seres humanos, ajudar na construção da vida privada e íntima, aspecto da vida humana mais relevante contemporaneamente. Em linhas gerais, sobre essas questões contemporâneas cotidianas e a sua relação com o fenômeno jurídico, versará a presente dissertação.

Assim, trata-se de um trabalho acadêmico que procura auxiliar na compreensão do importante fenômeno contemporâneo da vida privada e da intimidade, além de propor a análise do processo de tutela jurídica desses bens. Para cumprir tal objetivo, é imperiosa a análise histórica do público e do privado, assim como dos papéis dos indivíduos nessas duas esferas e sua alteração durante a história ocidental.

Dessa sorte, no primeiro capítulo, será desenvolvida a importante leitura de Hannah Arendt sobre o público e o privado no período antigo, medieval, moderno e contemporâneo. Partiu-se da leitura histórica de Arendt, pois seu pensamento desenvolve, profundamente, 1) a análise da construção do individualismo, 2) o papel do trabalho na sociedade atual e suas conseqüências e 3) a função da propriedade privada e as razões da sua proteção nos diversos períodos históricos.

No entanto, a principal razão do diálogo com a obra de Arendt constitui-se na extrema peculiaridade da compreensão do fenômeno público e da esfera privada na modernidade, tendo a filósofa apontado, com propriedade, o surgimento da intimidade nesse momento histórico, assim como as principais características contemporâneas da vida privada e íntima. Ainda, em virtude do

seu estudo sobre os regimes totalitários, conseguiu demonstrar os efeitos nefastos da perda (ausência) de intimidade nas vidas dos seres humanos.

Após o estudo, em linhas gerais, do público e do privado e de suas conseqüências na vida dos seres humanos, assinalando o surgimento e as razões da construção da intimidade e da vida privada, o segundo capítulo propõe-se a aprofundar a análise da origem e do desenvolvimento da intimidade e da vida privada. Nesse segundo capítulo, três principais idéias serão trabalhadas.

A primeira assevera que o projeto iluminista e revolucionário burguês de promoção do indivíduo sofreu duros golpes do moralismo laico combinado com o moralismo religioso. Sobre esse ponto, é preciso tecer algumas considerações. Com o intento de valorizar os seres humanos e de proteger seus bens essenciais e suas situações fundamentais, desenvolveu-se a categoria dos direitos naturais pelo jusnaturalismo moderno.

No entanto, apesar da incorporação dos direitos naturais, assim como da defesa e da promoção desses direitos e de outros interesses individuais nas declarações de direitos do final do século XVIII, o moralismo, alegando a necessidade de estabelecer limites aos indivíduos, promoveu um projeto padronizar e oprimir dos seres humanos, sendo as mulheres, as crianças e os mais pobres as principais vítimas.

Em virtude dessas constantes opressões perpetradas pelo moralismo opressor, a intimidade surge. Dessa forma, a segunda idéia a ser apresentada no segundo capítulo versa sobre o surgimento e o desenvolvimento da intimidade como uma forma de os seres humanos, através dos seus sentimentos, anseios e práticas pessoais e privadas, desenvolverem uma forma de relação com outros indivíduos e consigo mesmo de forma autônoma e progressista para além da padronização moralista.

Por fim, nesse capítulo intermediário, apresentar-se-á como a intensa valorização pelos indivíduos da intimidade e da vida privada somado a outros fatores colocou um fim à sociedade moralista, construindo um projeto social pós-moralista. No modelo social pós-moralista, tanto no seu aspecto pós-moderno como hipermoderno, o individualismo emancipa-se das limitações moralista.

A partir da superação da modernidade tradicional, constrói-se um novo projeto ético que se assenta, de um lado, nos pilares do individualismo, do mercado e da ciência emancipados das contenções propostas pela modernidade e que, de outro lado, procura concretizar uma proposta societária minimamente solidária. Nesse contexto pós-moralista, a intimidade e a vida privada representam um dos elementos mais relevantes da vida dos indivíduos, tendo seus aspectos positivos e negativos, conforme será visto no final segundo capítulo.

No último capítulo, apresentar-se-á a tutela jurídica da pessoa humana (personalidade humana) em geral e da vida privada e íntima, um dos elementos mais relevantes da personalidade humana. Dessa sorte, será apresentado como a pessoa humana possui sua personalidade protegida por diversas normas jurídicas nos campos internacional e nacional através das categorias jurídicas dos direitos humanos, dos direitos fundamentais e dos direitos da personalidade.

Em verdade, no terceiro capítulo, mostrar-se-á como a ética moralista dificultou substancialmente a proteção da personalidade humana. Ainda, será demonstrado como a tutela efetiva da personalidade humana e, por conseqüência, da intimidade e da vida privada coincide com o advento da ética pós-moralista.

No que se refere especificamente à proteção jurídica da intimidade e da vida privada, observar-se-á o desenvolvimento da tutela da intimidade e da vida privada na Europa e nos Estados Unidos no século XIX. Ainda, será analisada a importante publicação do artigo "*Right to Privacy*" de Louis Brandeis e Samuel Warren em 1890,<sup>2</sup> assim como a sua influência jurídica no século XX, em especial no reconhecimento jurisprudencial da Suprema Corte dos Estados Unidos. Também, no terceiro capítulo, procurar-se-á demonstrar como a proteção dos direitos fundamentais e, por conseqüência, do direito fundamental à intimidade e à vida privada desenvolve-se atualmente a partir dos postulados da ética pós-moralista.

Antes de findar-se esta introdução, duas questões ponderações devem ser feitas. Um dos objetivos deste trabalho compõe-se na tentativa de, através

---

<sup>2</sup> Brandeis; Warren, 1995.



de um panorama histórico e filosófico, procurar superar aparentes paradoxos sobre situações e assuntos relativos ao individualismo, à vida privada e íntima e à tutela jurídica deste bem. Explica-se.

Aparentemente, asseverar que a vida privada e a intimidade são um dos elementos mais importantes do individualismo na sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, observar que as pessoas renunciam cotidianamente à sua vida privada e íntima através, por exemplo, dos diários pessoais eletrônicos (uma das funções dos *blogs* na internet) constitui-se em um paradoxo.

Afirmar que as práticas de higiene corporal e pessoal foram fundamentais ao desenvolvimento da intimidade e da vida privada no século XIX, logo importantes no processo de personalização e individualização da vida contemporânea, e, de outro lado, demonstrar como os processos urbanísticos que buscavam implementar a higiene corporal e pessoal foram opressores no final dos oitocentos, afrontando interesses e a vida concreta de muitas pessoas, também pode ser lido como um paradoxo. No entanto, por meio de uma visão panorâmica do individualismo, da proteção da propriedade privada e das riquezas e da consolidação da vida privada e íntima, objetiva-se reescrever esses paradoxos, buscando contribuir na compreensão desses complexos fenômenos.

A segunda ponderação versa sobre a perspectiva promovida neste trabalho. Adota-se, como pode ser visto pelos assuntos tratados, uma análise da vida privada e íntima por meio da filosofia do direito e não da dogmática jurídica. A dogmática jurídica possui como maior objetivo apresentar e refinar o processo de ordenação da realidade social por meio dos instrumentos jurídicos.

A filosofia do direito, por sua vez, pensa as razões pelas quais determinadas categorias jurídicas, normas postas e construções jurisprudenciais foram desenvolvidas. Ainda, este saber analisa as funções desenvolvidas pelo direito posto e sua relação com os períodos históricos, as construções culturais, as propostas éticas e os conceitos filosóficos.

Este estudo sobre o direito, a personalidade humana, a intimidade e a vida privada tem por objetivo ajudar a compreender as razões da tutela da personalidade humana e, por consequência, da intimidade e da vida privada, analisando seus aspectos históricos, culturais, éticos e filosóficos. Dessa forma, o escopo desta dissertação não é refinar e aprofundar, diretamente, os

instrumentos técnico-jurídicos de tutela da personalidade humana e da vida privada e íntima. Em verdade, o trabalho propõe-se a pensar, de forma panorâmica, o porquê de esses instrumentos terem sido criados e as suas funções atuais.

## **1. O SURGIMENTO DA INTIMIDADE E DA VIDA PRIVADA CONTEMPORÂNEA: UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DOS CONCEITOS DE PÚBLICO E DE PRIVADO**

### **1.1. Questões Preliminares**

De acordo com Saldanha, “O tema dos limites entre o público e o privado pressupõe evidentemente a referência a essas duas categorias como modos, situações ou dimensões do humano.”<sup>3</sup> Dessa premissa parte este trabalho, pois não é factível compreender os fenômenos da intimidade e da vida privada, assim como as relações sociais e públicas, sem perceber que, em verdade, tratam-se de categorias históricas que, por um lado, condicionam a e, por outro lado, são moldadas pela existência humana.

Sendo assim, para analisar os paradoxos da vida privada e da intimidade contemporâneas, da mesma forma que os dilemas da vida social e pública, a fim de evitar, ou simplificações grosseiras, ou leituras equivocadas sem um mínimo de respaldo empírico, as quais são de pouca valia, da realidade contemporânea, julga-se fundamental, a partir do olhar histórico, buscar modelos compreensivos que mostrem as razões, as escolhas e as imposições culturais, sociais e individuais responsáveis pela construção da era (paradigma) atual. Na análise histórica das esferas pública e privada, ferramenta através da qual podemos buscar indícios para o estudo do momento contemporâneo, há aspectos humanos e sociais “que evoluem e que em cada período histórico revelam, ao mesmo tempo, expressivas permanências e ostensivas modificações.”<sup>4</sup>

Já que é por meio do olhar histórico que será trazido à luz, neste trabalho, o estudo da intimidade e da vida privada contemporâneas, o diálogo com a obra de Hannah Arendt, em especial com o livro “A Condição Humana”,<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Saldanha, 2005, p. 10.

<sup>4</sup> Saldanha, 2005, p. 10.

<sup>5</sup> Sobre a importância dessa construção para a análise jurídica do direito à intimidade e à vida privada ver Lafer, 1998, p. 237-272; Cachapuz, 2006, p. 51-92; e Robl Filho, 2007, p. 263-280.

torna-se essencial, porque nele é demonstrado como a delimitação da intimidade e da vida privada contemporâneas é um produto histórico e político.

Através de uma análise da história do fenômeno político na *polis* ateniense democrática, Arendt reconstrói a concepção das esferas pública e privada, relacionando aquela com o reino da liberdade e esta com o da opressão e da necessidade no período grego antigo. No que se refere à Idade Moderna, a filósofa demonstra a extrema peculiaridade, na dinâmica do público e do privado, da sociedade moderna e da intimidade, fenômenos e conceitos essenciais na compreensão da vida privada e da intimidade nos tempos atuais.

Dessa sorte, este capítulo, nas pegadas dos caminhos traçados por Arendt e dos autores que realizam um diálogo com a obra arendtiana, direta ou indiretamente, analisará as alterações nas esferas pública e privada com o intuito de observar o surgimento das esferas social e da intimidade, assim como de vislumbrar algumas características e questões fundamentais da intimidade e da vida privada contemporâneas.

Deve-se pontuar que um painel mais completo da intimidade e da vida privada contemporâneas será desenhado no segundo capítulo. No entanto, essa verticalização acerca da intimidade e da vida privada contemporâneas pressupõe a devida compreensão das categorias essenciais apresentadas neste capítulo.

Por fim, após a análise sobre as alterações e permanências da vida pública e da vida privada, este capítulo termina com a importante discussão sobre o Estado totalitário e o fenômeno da liberdade. Parece que a discussão sobre a (ou a falta da) liberdade, que se encontra no bojo do regime totalitário e que se constituiu numa questão fundamental à existência humana, perpassando as discussões de todo o primeiro capítulo, é um dado inafastável da compreensão da intimidade e da vida privada. Se, em poucas palavras, tivesse que ser dito algo sobre o estudo da intimidade e da vida privada contemporâneos, falar sobre liberdade seria inevitável.

## **1.2. Labor, Trabalho e Ação: *Vita Activa*, Condição Humana e Experiências Básicas.**

A explicação sobre o público e o privado, na obra de Arendt, marco teórico da compreensão histórica da existência humana neste trabalho, pressupõe o desenvolvimento de algumas questões relativas à *Vita Activa*, à condição humana e às experiências básicas da vida humana.

A *Vita Activa* pode ser descrita resumidamente como “a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo (...).”<sup>6</sup> O homem, ao empenhar-se ativamente na feitura de algo, realiza uma das três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação, as quais são relacionadas, cada uma, a determinada condição básica mediante a qual “a vida foi dada ao homem na Terra”,<sup>7</sup> isto é, uma condição humana.<sup>8 9</sup>

A atividade que corresponde ao caráter de espécie do ser humano é o labor. Nessa atividade, o ser humano obtém o necessário para o seu desenvolvimento biológico, tratando-se de questões relativas ao metabolismo e

---

<sup>6</sup> Arendt, 2005, p. 31. De acordo com Bethânia Assy, no livro “A Condição Humana”, Arendt propõe um “*pensar* o que estamos fazendo” (Assy, 2004, p. 162), atitude realizada apenas secundariamente na análise filosófica, já que esta tende a desenvolver estudos sobre a *Vita Contemplativa* (pensar, querer e julgar), tratando assim com certo desprezo a *Vita Activa* devido à crença de que o ser humano, ao fazer algo, tem diminuída a possibilidade de compreender o mundo pelas faculdades do espírito. O início dessa tradição filosófica que concede pouca ênfase à *Vita Activa* “deu-se quando, na alegoria da caverna, em *A República*, Platão descreveu a esfera dos assuntos humanos, tudo aquilo que pertence ao convívio de homens em um mundo comum, em termos de trevas, confusão e ilusão, que aqueles que aspirassem ao ser verdadeiro deveriam repudiar e abandonar, caso quisessem descobrir o céu límpido das idéias eternas” (Arendt, 2002, p. 43).

<sup>7</sup> Arendt, 2005, p. 15.

<sup>8</sup> O termo condição humana, na obra arendtiana, não se refere à natureza humana: “a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe à natureza humana” (Arendt, 2005, p. 17-18). Mesmo que o ser humano supere as condições em que a vida foi dada ao homem na Terra (condição humana), sua natureza continuaria a ser humana. O exemplo dado por Arendt (2005, p. 18) é a emigração da espécie humana para outro planeta, ou seja, as condições humanas (condições em que a vida foi dada ao homem na terra) deixariam de ser aplicadas aos humanos, no entanto esses emigrantes ainda seriam humanos, já que as suas naturezas humanas manter-se-iam intactas. Ainda, a questão sobre a natureza humana, nos aspectos psicológico e filosófico, é insolúvel, pois não conseguimos conhecer a nossa essência natural. De outro lado, as condições humanas – vida biológica, mundanidade e pluralidade – não explicam o que somos, nossa natureza. Veja-se Arendt, 2005, p. 18-20. Como bem pontua César Augusto Ramos, Arendt comunga do pensamento existencialista, pois “Como ser que está lançado no mundo, numa situação que não é escolhida, o homem é um projeto que vai construindo a sua essência” (Ramos, 2004, p. 180), isto é, não possui uma essência prévia à sua existência.

<sup>9</sup> Deve-se frisar que a condição humana não é apenas “as condições nas quais a vida foi dada ao homem” (Arendt, 2005, p. 17). O homem é um ser condicionado pela forma que a vida foi lhe dada na Terra, porém, a partir dessas condições naturais, “os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais” (Arendt, 2005, p. 17).

à procriação da espécie. Por meio do labor,<sup>10</sup> as necessidades biológicas específicas (por exemplo: alimentação, reprodução e descanso físico) podem ser supridas. A condição humana relativa ao labor é própria vida, em seu sentido biológico.<sup>11</sup>

Ao desenvolver apenas o labor e preocupar-se somente com a condição humana vida biológica, o ser humano transforma-se em um *animal laborans*, já que sua existência é marcada pela necessidade biológica e pela futilidade. Nessa experiência existencial humana, as pessoas em nada se diferem dos animais, que também buscam a manutenção da vida biológica. No entanto, apesar de não ser uma atividade que conceda humanidade, é fundamental, visto que se trata “de viga que todos nós carregamos na penosa e sisífica labuta de lidar com a necessidade.”<sup>12</sup>

O ser humano, além de precisar saciar suas necessidades biológicas por meio do labor, constrói um “mundo «artificial» de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural.”<sup>13</sup> A construção desse mundo permite a união entre os seres humanos por meio de objetos cunhados artificialmente, assim como estabelece, dentro de um mundo compartilhado, a limitação de espaços e posições para os diversos seres humanos.<sup>14</sup> No que se refere à atividade trabalho – segunda apresentada por Arendt –, sua condição humana é a mundanidade, construção e manutenção do mundo comum.

A experiência humana básica, através do trabalho, desenvolve-se por meio do *homo faber*, ser humano responsável pela construção do mundo

---

<sup>10</sup> Celso Lafer discorda da tradução do termo inglês *labor* por labor realizada por Roberto Raposo, tradutor do livro “A Condição Humana”. Em verdade, Lafer pensa que a melhor palavra portuguesa para representar o sentido do termo inglês *labor* na obra de Hannah Arendt – trabalho penoso - é trabalho: “julgo que a palavra etimologicamente indicada para traduzir, em português, *labor* (...) seria ‘trabalho’. (...) *Tripaliare*, trabalhar, significava torturar com o *tripalium*, que era um instrumento de três paus. Para outros autores, trabalho vem do baixo latim *trabaculum*, do latim *trabs* - trave, viga, usadas também para ferrar animais” (Lafer, 2003, p. 29). Por outro lado, o termo *work*, em inglês, deveria ser traduzido pela palavra fabricação, e não pelo termo trabalho.

<sup>11</sup> Arendt, 2005, p. 15.

<sup>12</sup> Lafer, 2003, p. 29.

<sup>13</sup> Arendt, 2005, p. 15.

<sup>14</sup> A construção de um mundo artificial é fundamental para a esfera pública, pois, como será visto no item 1.3. deste capítulo, o termo público significa, em uma das suas acepções, aquilo que é comum. Nesse aspecto, a atividade trabalho é essencial, pois o mundo comum relaciona e, ao mesmo tempo, limita os seres humanos. Esclarecedoras são as seguintes palavras: “Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens” (Arendt, 2005, p. 62).

compartilhado. Assim, o *homo faber* constrói o habitat humano, o qual “está cercado de objetos que se interpõem entre a natureza e o homem, unindo-os e separando-os entre si.”<sup>15</sup>

Por fim, a última atividade humana fundamental é a ação, que é desenvolvida pelo contato direto do ser humano com os seus semelhantes, sem a intermediação de coisas e matérias. Apesar de as demais atividades, assim como a ação, serem condicionadas pela vivência em conjunto, “a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens.”<sup>16</sup>

A ação relaciona-se à condição humana da pluralidade, “ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo.”<sup>17</sup> Como bem aponta Arendt, caso os seres humanos fossem absolutamente iguais, a ação seria uma atividade desnecessária e supérflua, pois interferiria nas leis humanas gerais que padronizariam os comportamentos humanos.<sup>18</sup> No entanto, como em cada nascimento humano surge a possibilidade do novo, a ação é a atividade por excelência que permite a pluralidade nos seres humanos, isto é, o desenvolvimento das diferenças a partir da igualdade que advém da igualdade de sermos todos humanos.

Sobre a atividade da ação e a condição humana da pluralidade, a existência básica humana refere-se ao homem político, o ser humano que, após superar a necessidade e a futilidade da vida humana e a partir da existência de um mundo comum – habitat humano –, desenvolve o fenômeno da liberdade através da palavra e da ação na esfera pública.

Deve-se pontuar que a liberdade política, intensamente relacionada à atividade da ação, não é vista, principalmente, como, ou a possibilidade de todo o povo ou determinada classe autogovernar-se (liberdade positiva), ou a inexistência de intromissão estatal e social em certa parcela da vida privada dos indivíduos (liberdade negativa). Em verdade, a liberdade política – verdadeira liberdade nos termos de Arendt – pressupõe, dentro das regras da ação e do discurso – logo deveria ser impossível através da liberdade positiva destruir essas regras –, a possibilidade de construir, na esfera pública, a

---

<sup>15</sup> Lafer, 2003, p. 30.

<sup>16</sup> Arendt, 2005, p. 31.

<sup>17</sup> Arendt, 2005, p. 15.

<sup>18</sup> Arendt, 2005, p. 16.

imortalidade e a vida propriamente humana – não se constituindo assim na defesa da vida privada através da liberdade negativa.<sup>19</sup>

Essas três atividades – labor, trabalho e ação - encontram-se relacionadas direta e intimamente ao nascimento (natalidade) e à morte (mortalidade), condições mais gerais da própria existência humana. Nas palavras de Arendt:

O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história.<sup>20</sup>

Apesar de as três atividades possuírem ligação com a natalidade, a ação é a atividade por excelência no que se refere ao nascimento, uma das condições mais gerais da existência humana. A pluralidade, condição humana relacionada à ação, só pode ser efetivada devido à constante chegada ao mundo comum de novos seres humanos, os quais podem alterar o curso dos acontecimentos.

### **1.3. A Esfera Pública**

Jürgen Habermas, no seu livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, demonstra, com propriedade, que o termo público possui diversos significados concorrentes. No entanto, o autor alemão assevera que a construção desses inúmeros conceitos para o termo público, que advém de diferentes fases históricas, “em sua aplicação sincrônica sobre relações da sociedade burguesa industrial tardia e organizada sócio-estatalmente, entram num turvo conúbio.”<sup>21</sup> Ainda, Georges Duby, na Abertura do segundo volume da “História da Vida Privada”, assevera que há um nó de significações organizado a partir da língua

---

<sup>19</sup> As idéias de liberdade positiva e de liberdade negativa foram fundamentais, como será visto, na Idade Moderna. Veja-se Berlin, 1981, p. 133-175.

<sup>20</sup> Arendt, 2005, p. 16-17.

<sup>21</sup> Habermas, 2003, p. 13.



latina clássica sobre os termos público e o privado, concedendo a cada uma dessas palavras diversas definições e sentidos.<sup>22</sup>

Sendo assim, para uma compreensão mais adequada do fenômeno público, assim como da esfera privada, Habermas pensa, seguindo as construções teóricas desenvolvidas por Arendt, ser essencial a compreensão do desenvolvimento histórico do público e do privado, já que se tratam:

de categorias de origem grega que nos foram transmitidas em sua versão romana. Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da *pólis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idia*).<sup>23</sup>

A separação dessas duas esferas é devida, principalmente, à busca da imortalidade pelo homem antigo. A vida do ser humano, “na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens e de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente.”<sup>24</sup> De outro lado, em razão da finitude temporal da vida humana biológica, os humanos deixam de participar do mundo comum com sua morte.

Apesar de biologicamente, em virtude da morte, os seres humanos não poderem participar infinitamente do mundo comum, eles buscam superar essa finitude humana através da construção de atos, ações e discursos imortais, os quais os farão lembrados e importantes por diversas gerações. Dessa forma, através de uma vivência no espaço público, o homem político pode gestar a sua imortalidade, igualando-se aos deuses e à natureza, entidades imortais por essência.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> Duby, 2002a, p. 20.

<sup>23</sup> Habermas, 2003, p. 15. A importância do desenvolvimento histórico do público e do privado para a compreensão contemporânea da intimidade e da vida privada, é defendida pelos diversos autores que escreveram os cinco volumes da “História da Vida Privada”. Nesse sentido são esclarecedoras as palavras de um dos coordenadores desse projeto, o historiador Georges Duby (2002b, p. 10): “Partimos, portanto, da evidência de que, sempre e por toda parte, exprimiui-se no vocabulário o contraste claramente detectado pelo senso comum, que opõe o privado ao público, aberto à comunidade do povo e submetido à autoridade de seus magistrados. De que uma área particular, claramente delimitada, é atribuída a essa parte da existência que todas as línguas denominam privada, uma zona de imunidade oferecida ao recolhimento, onde todos podemos abandonar as armas e as defesas das quais nos convém nos munir ao arriscar-nos no espaço público (...).”

<sup>24</sup> Arendt, 2005, p. 31.

<sup>25</sup> Na experiência grega, os homens eram os únicos seres mortais que conviviam com entidades imortais como os deuses e a natureza. Deve-se deixar claro que a imortalidade difere-se da eternidade, já que aquela “significa continuidade no tempo, vida sem morte nesta

Deve-se frisar que a construção da imortalidade humana só é possível por meio da atuação política. Através da condição humana da pluralidade, os homens podem desenvolver grandes feitos na vida política, pois “Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam a sua essência: a imortalidade da fama.”<sup>26</sup>

Na vida grega clássica, a imortalidade de um ser humano, conseguida através de ações e palavras no desenvolvimento da vida política na *polis*, concretizava-se por meio da “fama imortal que os poetas podiam conferir à palavra e aos feitos, de modo a fazê-los perdurar não somente além do fútil momento do discurso e da ação, mas até mesmo da vida mortal de seu agente.”<sup>27</sup> Além do poeta, o historiador também possuía como função imortalizar a fama dos seres humanos através da construção da memória coletiva.<sup>28</sup>

Na condição humana da vida biológica, os homens saciam suas necessidades pelo labor. Por meio do trabalho, é construído o mundo artificial que nos relaciona, assim como nos concede lugares determinados. No entanto, através da ação e do discurso, o ser humano pode desenvolver todas as suas qualidades nas atividades políticas em virtude da condição humana da pluralidade.

Somente a partir das ações que o distinguem para a posterioridade, tornando-o imortal, o ser humano está apto a ultrapassar as limitações das suas necessidades biológicas e desenvolver-se como um humano e não como um animal. Em verdade, a qualidade de humano, para os gregos, pelo menos

---

terra e neste mundo, tal como foi dada, segundo consenso grego, à natureza e aos deuses do Olimpo” (Arendt, 2005, p. 26). Dessa forma, não se tratava de uma experiência de transcendentalidade (eternidade), pois em um mesmo mundo encontram-se presentes os humanos (mortais) e os deuses e a natureza (imortais).

<sup>26</sup> Habermas, 2003, p. 16.

<sup>27</sup> Arendt, 2002, p. 75.

<sup>28</sup> Sobre o poder de a história e de a poesia na Grécia Antiga transformarem as ações e as palavras em feitos imortais, como a natureza e os deuses: “A preocupação com a grandeza, tão proeminente na poesia e historiografia gregas, baseia-se na estreitíssima conexão entre os conceitos de natureza e de História. Seu denominador comum é a imortalidade. Imortalidade é o que a natureza possui sem esforço e sem assistência de ninguém, e imortalidade é, pois, o que os mortais precisam tentar alcançar se desejam sobreviver ao mundo em que nasceram, se desejam sobreviver às coisas que os circundam e em cuja companhia foram admitidos por curto tempo” (Arendt, 2002, p. 78).

até Heráclito,<sup>29</sup> advém da ação no âmbito da política, negando-se a utilização da violência e construindo a imortalidade dos seres humanos – os mortais biologicamente.

De acordo com Arendt:

só os melhores (os *aristoi*), que constantemente provam ser os melhores (*aristeuein*, verbo que não tem equivalente em nenhuma outra língua) e que «preferem a fama imortal às coisas mortais», são realmente humanos; os outros, satisfeitos com os prazeres que a natureza lhes oferece, vivem e morrem como animais.<sup>30</sup>

Ainda, apenas na esfera pública, as virtudes como a justiça, a temperança e a coragem podem ser desenvolvidas, immortalizando o seu autor. Assim sendo, a construção de uma identidade propriamente humana e da imortalidade dos seres humanos em um mundo onde só estes são mortais relaciona-se clara e diretamente com a política, que é vivida na esfera (espacialidade) pública. Por outro lado, o saciar das necessidades biológicas, por meio do labor, ocorre na esfera (espacialidade) privada, âmbito da família.<sup>31</sup>

No âmbito da família, o ser humano, assim como qualquer animal, pode legitimamente utilizar-se da violência para atender às suas necessidades biológicas. Por outro lado, o animal humano que procurasse obter qualidades que o diferenciassse dos demais animais deveria participar da esfera pública, local de atuação por meio da ação e do discurso, com a finalidade de tornar-se propriamente humano e de construir a sua imortalidade.

Dessa forma, a liberdade e a igualdade eram vividas na esfera pública. A liberdade constituía-se na superação do reino da opressão (esfera privada), em que o homem estava constantemente preso à obrigação de saciar as necessidades biológicas. Na esfera pública, por meio da ação e do discurso na

---

<sup>29</sup> Arendt, 2005, p. 28.

<sup>30</sup> Arendt, 2005, p. 28.

<sup>31</sup> A partir do pensamento político de Aristóteles, Arendt manifesta-se sobre a vida pública e sua superioridade em relação à vida privada: “Nessa distinção entre aquilo que hoje chamaríamos de esferas privada e pública da vida, Aristóteles não faz mais que articular a opinião pública grega da época segundo a qual ‘todo cidadão pertence a duas ordens de existência’, pois ‘a polis dá a cada indivíduo..., além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, sua *bios politikos*’. (...) Ambas as ordens eram formas de convivência humana, mas somente a comunidade familiar se ocupava em manter-se viva com tal e enfrentar as necessidades físicas (*anagkaía*) inerentes à manutenção da vida individual e à garantia da sobrevivência da espécie. (...) A necessidade deve ser controlada antes que a ‘boa vida’ política possa se iniciar seqüentemente, a liberdade para a ‘boa vida’ assenta-se na dominação da necessidade” (Arendt, 2002, p. 158-159).

política, o ser humano estava apto a defender suas idéias, demonstrando sua importância para o corpo de cidadãos e construindo a sua imortalidade.

No que se refere à liberdade, como visto acima, não se está a falar, neste momento, em livre-arbítrio ou na liberdade que gozam os particulares quando não há intervenção do Estado nas suas vidas privadas. Em verdade, liberdade, no sentido antigo, significa

participar, democraticamente, do espaço público da palavra e da ação. Liberdade, nesta acepção, e a política surgem do diálogo no plural, que aparece quando existe espaço público que permite a palavra viva e a ação vivida, numa unidade criativa e criadora.<sup>32</sup>

A igualdade, por sua vez, consistia na qualidade de não ser comandado e nem comandar. Na esfera pública, a disputa não era vencida pela força ou pelo argumento de autoridade, e sim pela melhor argumentação. Sendo assim, não havia nenhum comando despótico, e sim o desenvolvimento participativo e argumentativo de todos os cidadãos na construção das decisões pertinentes sobre a *polis*.

Após a explicitação da íntima relação entre construção da humanidade e da imortalidade, política, ação, discurso e esfera pública, faz-se necessário aprofundar algumas características da esfera pública através dos seus dois significados, que são estreitamente relacionados, mas não perfeitamente idênticos.

Assim, público representa “em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade.”<sup>33</sup> A percepção da realidade depende da aparência, pois para os seres humanos compreenderem o mundo comum e

---

<sup>32</sup> Lafer, 2003, p. 31. Conforme Arendt (2002, p. 191-192), “O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. E mesmo hoje em dia, quer saibamos ou não, devemos ter sempre em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ser dotado com o dom da ação, pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade. (...) Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio da experiência é a ação”.

<sup>33</sup> Arendt, 2005, p. 59. Um dos significados do termo público utilizado na sociedade industrial burguesa tardia é exatamente este, pois “Chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou casas públicas” (Habermas, 2003, p. 14).

relacionarem-se com os outros seres humanos por meio da ação e do discurso, as “coisas” devem emergir das trevas da existência resguardada.

Dessa maneira, o público é considerado uma luz que ilumina assuntos pertinentes, tornando possível a interação entre os seres humanos. Por óbvio, nem todos os acontecimentos, fatos e emoções devem ser trazidos a público, já que muitos assuntos necessitam de um maior ou menor resguardo para serem desenvolvidos, como o amor.<sup>34</sup> Ainda, há acontecimentos que não podem ser representados em toda a sua extensão na esfera pública, como a dor, impossibilitando sua aparência em público.<sup>35</sup>

Em segundo lugar, “o termo «público» significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.”<sup>36</sup> Primeiro, é importante salientar que o significado de mundo, na obra de Arendt, não corresponde à natureza ou a terra, isto é, o espaço em que vive o homem, limita o seu viver e concede-lhe, também, as condições para a vida orgânica, biológica.

Na verdade, o termo público aqui quer representar a existência de um conjunto de coisas entre os viventes humanos que, ao mesmo tempo em que separa, relaciona as diversas pessoas entre si. Nesse aspecto, a legislação – normas postas pelos seres humanos em certo local e em determinada temporalidade – exerce um papel substancial na construção do mundo público.

Como a construção da imortalidade e das qualidades propriamente humanas das pessoas pressupõe a existência de um espaço público que torne possível a ação e a palavra, a lei, nesse momento produto do *homo faber* – ser humano que se desenvolve principalmente por meio da atividade trabalho e da condição humana mundanidade –, torna-se “um artesanato dedicado à

---

<sup>34</sup> “O amor, por exemplo, em contraposição à amizade, morre ou, antes, se extingue assim que é trazido a público. («Never seek to tell thy love/Love that never told can be».) Dada a sua inerente natureza extraterrena, o amor só pode falsificar-se e perverter-se quando utilizado para fins políticos, como a transformação ou salvação do mundo” (Arendt, 2005, p. 61). Deve-se pontuar que a idéia de amor, conforme observamos hoje, começa a ser desenvolvida com o advento de uma nova moral relativa às práticas sexuais e aos relacionamentos no Império Romano. O casamento na Roma Antiga era um dever do cidadão para gerar filhos para a cidade. No entanto, com o estabelecimento da moral do casal, a esposa deixa de ser um mero elemento da casa, como os filhos, os libertos e os escravos, e “eleva-se ao nível dos amigos, que tanta importância têm na vida social greco-romana; para Sêneca, o laço conjugal é compatível ao pacto de amizade” (Veyne, 2002, p. 53-54). Apesar de a idéia de amor contemporânea inspirar-se nesse surgimento do casal, o conceito de amor contemporâneo é produto da modernidade e, por conseqüência, da intimidade.

<sup>35</sup> Arendt, 2005, p. 60.

<sup>36</sup> Arendt, 2005, p. 62.

construção constitucional do espaço público”,<sup>37</sup> possibilitando a condição humana da pluralidade, assim como a imortalidade humana e o desenvolvimento da humanidade vivida pelo *homo politikos*.

Dessa forma, no segundo sentido do termo público, a esfera pública permite a reunião entre os seres humanos, pois o conjunto de coisas, posto entre os humanos, liga-nos. No entanto, esses mesmos artefatos, devido à sua interposição entre os seres humanos, realizam a necessária separação, concedendo a cada um o seu lugar no mundo comum, tornado possível a ação e a palavra.

#### 1.4. A Esfera Privada

A esfera privada era o espaço por excelência da violência e da satisfação das necessidades biológicas através do labor. Importante observar que aqueles que viviam exclusivamente neste âmbito não eram verdadeiramente humanos, pois as características especificamente humanas somente se constituíam na esfera pública por meio do discurso e da ação na *praxis* política.

Como bem aponta Celso Lafer, o termo *koinón*, designa o público, o comum. Já a palavra *idion* significa aquilo que é pessoal, particular e privado. Deste termo deriva a palavra idiota, pessoa que se preocupa apenas com sua vida particular e suas necessidades, sendo um ignorante, pois não considera a relevância do mundo comum, o qual é compartilhado.<sup>38</sup>

Há carência e necessidade na esfera do lar, *locus* da esfera privada, sendo os homens compelidos a viverem juntos. A própria característica de espécie obriga o ser humano a associar-se no âmbito privado com a finalidade de tornar sua vida biológica possível. Dessa forma, a esfera privada trata-se,

<sup>37</sup> Lafer, 2003, p. 32. Há, ainda, uma outra importante função desenvolvida pela legislação no Império Romano. Em Roma, “o sentido original de *lex* (...) era o de uma conexão íntima, ou seja, uma relação que conecta duas coisas ou dois parceiros que circunstâncias externas juntaram” (Lafer, 2003, p. 32). Dessa forma, além de a legislação possuir um caráter pré-político devido à construção do mundo público por meio da ação do *homo faber*, a *lex* constitui-se na “obtenção política do acordo para o agir conjunto” (Lafer, 2003, p. 33), pois a legislação foi utilizada para criar um sistema de alianças perpétua entre patrícios e plebeus.

<sup>38</sup> Lafer, 1998, p. 238.

principalmente, de um estágio intermediário que deve ser cumprido pelo homem para poder participar da vida política.

Só após a superação das preocupações com as necessidades biológicas, o homem encontra-se apto a viver entre os iguais e desenvolver suas ações e discursos sob o prisma da liberdade, tendo tempo para dedicar-se ao mundo público.

Dadas essas premissas, pode-se afirmar que “a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar.”<sup>39</sup> Quem vive uma vida inteiramente privada é destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana, ou seja, privado da possibilidade de ver outros seres humanos e ser visto pelos demais, além da possibilidade de ligar-se e separar-se por meio da vida comum.

Há ausência dos outros na esfera privada, pois o homem privado não se dá a conhecer, “O que quer que ele faça permanece sem importância ou conseqüência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros.”<sup>40</sup> Na esfera pública, por meio da ação e do discurso, os seres humanos são vistos, vêem e podem ser notados. Um pressuposto do desenvolvimento das características especificamente humanas é a participação na esfera pública, ou seja, a possibilidade de ver e ser visto, que torna factível a ação e o discurso entre os iguais por meio da liberdade.

O homem privado, por sua vez, está privado desse contato, não podendo desenvolver suas qualidades, ser considerado efetivamente humano e construir atos que o tornem imortal. Nessas circunstâncias, para o homem político, fundamental era demonstrar que superou as limitações da vida privada, o que deveria ser feito por meio da propriedade privada e da riqueza. Nas palavras de Arendt:

O que impediu que a *polis* violasse as vidas privadas dos seus cidadãos e a fez ver como sagrados os limites que cercavam cada propriedade não foi o respeito pela propriedade privada tal como a concebemos, mas o fato de que, sem ser dono da sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Arendt, 2005, p. 40.

<sup>40</sup> Arendt, 2005, p. 68.

<sup>41</sup> Arendt, 2005, p. 39.

A propriedade e a riqueza eram a “principal condição para a admissão do indivíduo à esfera pública e à plena cidadania.”<sup>42</sup> Dessa maneira, não se protegia a propriedade e a riqueza pelas suas características intrínsecas, e sim devido à comprovação de que o ser humano proprietário e rico não precisava preocupar-se com o saciar das suas necessidades biológicas, precisando labutar, estando apto a participar de forma plena da vida política.

Sobre a propriedade e a riqueza, deve-se afirmar que não são termos sinônimos. Antes da Idade Moderna, a propriedade privada era fundamental para as civilizações, possuindo um caráter sagrado. A riqueza, por sua vez, nunca obteve todo esse prestígio.

A propriedade demonstrava que o indivíduo tinha um lugar no mundo, já que chefiava uma família, ou seja, o chefe de família (cidadão) possuía um “pedaço da terra no qual se radicava uma família (...)”<sup>43</sup> Sob o abrigo da casa, o chefe de família pode obter o necessário para a concretização da sua vida biológica por meio do labor dos escravos e dos exercícios domésticos das mulheres.<sup>44</sup>

Além de possuir suas necessidades básicas saciadas, o chefe de família tem o tempo suficiente para dedicar sua vida a *polis*, já que os membros da comunidade privada que governa concedem-lhe tudo que precisa para seu sustento físico. Habermas é preciso nessa questão: “Os cidadãos estão efetivamente dispensados do trabalho produtivo; a participação na vida pública depende, porém de sua autonomia como senhores da casa.”<sup>45</sup>

Deve-se pontuar que a riqueza não substituí a ausência de propriedade privada, já que o estrangeiro e o escravo, mesmo ricos, jamais poderiam ser homens políticos por não chefiarem uma família. Não basta ter uma quantidade substancial de riqueza para ingressar na esfera pública, porque, na *polis*, mais importante era ter um lugar que lhe pertence e lhe proporciona uma vida que torna possível a dedicação à esfera pública e à vivência das feições não privativas da propriedade privada.

---

<sup>42</sup> Arendt, 2005, p. 71.

<sup>43</sup> Arendt, 2005, p. 76.

<sup>44</sup> Ao analisar o fenômeno da liberdade, Arendt deixa claro que, no período antigo, a liberdade só é possível de ser vivida na esfera pública por meio da política, no entanto “o homem não poderia libertar-se da necessidade a não ser mediante o poder sobre outros homens, e ele só poderia ser livre se possuísse um lugar, um lugar no mundo” (Arendt, 2002, p. 194).

<sup>45</sup> Habermas, 2003, p. 15.



A importância da propriedade privada advém, também, das suas feições não privativas. Nas palavras de Arendt:

não é realmente exato dizer que a propriedade privada, antes da era moderna, era vista como condição axiomática para admissão à esfera pública; ela era muito mais que isso. A privatividade era como que o outro lado escuro e oculto da esfera pública; ser político significava atingir a mais alta possibilidade da existência humana; mas não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano.<sup>46</sup>

A feição não privativa da esfera privada diz respeito ao lar ser o espaço que abrigaria as coisas ocultas aos olhos humanos e impenetráveis ao conhecimento humano. Essas questões incompreensíveis diziam respeito principalmente ao nascimento e à morte, “porque o homem não sabe de onde vem quando nasce, nem tem conhecimento do lugar para onde vai quando morre.”<sup>47</sup>

Sendo assim, por não serem completamente apreensíveis pela racionalidade humana, o nascimento e a morte permaneciam resguardadas dentro da esfera doméstica. Portanto, em razão da necessidade de encobrir certos acontecimentos incompreensíveis, a “antiga santidade do lar, embora muito mais pronunciada na Grécia clássica que na Roma antiga, jamais foi inteiramente esquecida.”<sup>48</sup>

Ainda, a existência de um privado bem delimitado torna possível o desenvolvimento da esfera pública, constituindo outra característica não privativa da esfera privada. A cidade (*polis*) delimita-se a partir dos limites das casas (esfera privada). Dessa maneira, a formação do espaço público é conformada pela espacialidade do privado.

Dadas todas essas questões, pode-se compreender que:

A posição na pólis baseia-se, portanto, na posição de déspota doméstico: sob o abrigo de sua dominação, faz-se a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres, transcorrem o nascimento e a morte; o reino da

---

<sup>46</sup> Arendt, 2005, p. 74.

<sup>47</sup> Arendt, 2005, p. 72-73.

<sup>48</sup> Arendt, 2005, p. 38-39. “O pleno desenvolvimento da vida no lar e na família como espaço interior e privado deve-se ao extraordinário senso político do povo romano que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado em benefício do público mas, ao contrário, compreendeu que estas duas esferas somente podiam subsistir sob a forma da coexistência” (Arendt, 2005, p. 69). Apesar da importância da esfera privada em Roma, assim como em Atenas, ela não era um substituto à vida pública e à atividade política.

necessidade e da transitoriedade permanece mergulhado nas sombras da esfera privada.<sup>49</sup>

O outro requisito fundamental para o homem participar da esfera pública era a riqueza. Não há dúvida de que a pobreza forçava o homem a agir como um escravo na Antigüidade, devendo servir a outrem para saciar suas carências biológicas. Assim sendo, a riqueza também era uma forma de legitimação do homem para a participação no mundo comum, pois somente aquele dotado de propriedade privada e rico possuía o tempo necessário para dedicar-se ao desenvolvimento político por meio da ação e do discurso.

A riqueza era essencial na Antigüidade, porém em sentido absolutamente diverso do período contemporâneo. A função da riqueza era permitir que o ser humano tivesse tempo para as atividades da *polis*. Portanto, quando o dono da propriedade preferia ampliá-la e, por outro lado, não buscava viver uma vida digna, era visto como um mesquinho que se tornou escravo pela sua própria vontade. Sobre essa questão, importantes são estas palavras de Veyne:

A Antiguidade celebrava a condição de quem vivia de rendas com o mesmo desdém com que o *Ancien Régime* considerava indigente quem não era nobre. Uma classe de ricos notáveis mais ou menos cultos e que deseja se reservar as alavancas políticas exaltava sua afortunada ociosidade como possibilidade de uma cultura e de uma carreira política. (...) Os ricos, escreverá o místico Plotino, geralmente são decepcionantes (...). Sem dúvida os ricos não precisam trabalhar; só que, escreve Platão, cometem o erro de trabalhar assim mesmo: por cobiça. Seu amor às riquezas “não lhes deixa um momento de descanso para se ocuparem de outra coisa além de suas propriedades privadas; a alma de cada cidadão hoje se acha presa a seu enriquecimento e nunca pensa em outra coisa que não fazer cada dia trazer seu lucro; cada um está disposto a aprender qualquer técnica, a praticar qualquer atividade que lhe dê lucro e não lhe importa o resto”.<sup>50</sup>

Sendo assim, a prática da ampliação da riqueza não era adotada de forma sistemática pelas sociedades até o advento do período moderno, assim como a vida política não era organizada para a reprodução da riqueza. Em verdade, a riqueza era um requisito para a vivência na espacialidade pública,

---

<sup>49</sup> Habermas, 2003, p. 16.

<sup>50</sup> Veyne, 2002, p. 126-127.

tornando o seu participante humano e dotando-o de possibilidade de construir sua imortalidade.

Também se deve observar, no que se refere à propriedade privada, que os seus modernos defensores não o fazem pelos mesmos motivos dos antigos – necessidade de construção de um espaço oculto e requisito para a participação na esfera pública. A partir da modernidade, sempre que a propriedade privada entrava em confronto com a acumulação de riqueza, aquela era deixada de lado em favor desta, em outras palavras, a propriedade privada passa a ser defendida devido à sua função subsidiária no processo atual de acumulação de riqueza.

### **1.5. Algumas Questões sobre as Esferas Pública e Privada na Idade Média**

Durante a Idade Média, apesar de substanciais alterações nas relações e funções das espacialidades, manteve-se, de certa forma, a dicotomia entre esferas pública e privada. A separação entre o público e o privado era garantida porque ainda imperava a necessidade de transposição diária das necessidades da vida biológica – questões da vida privada – para a participação na vida política, sendo esta vivenciada principalmente nos papéis nobres e nas suas virtudes:

O desaparecimento do abismo que os antigos tinham que transpor diariamente a fim de transcender a estreita esfera da família e «ascender» à esfera política é fenômeno essencialmente moderno. Esse abismo entre o privado e o público existia de certa forma na Idade Média, embora houvesse perdido muito da sua importância e mudado inteiramente de localização.<sup>51</sup>

As mudanças substantivas no público e no privado medievais advêm de uma ausência de delimitação clara entre essas duas especialidades devido à fusão entre o poder público e o poder privado. De acordo com Habermas, as autoridades pública e privada “fundem-se numa inseparável unidade, já que ambas são a emanção de um único poder, sendo também compreensível que

---

<sup>51</sup> Arendt, 2005, p. 43.

estejam ligadas aos bens fundiários e que possam ser tratadas como direitos privados bem adquiridos.”<sup>52</sup>

Na sociedade feudal, toda a fonte do poder emana da casa.<sup>53</sup> A partir da espacialidade privada, o senhor comanda o processo de dominação e o desenvolvimento do trabalho social, porém a dominação existente não pode ser descrita aos mesmos moldes da existente na esfera privada antiga.

Jamais a esfera privada, no período antigo, criava direitos aos seus membros, pois, em verdade, os seres humanos que viviam apenas na esfera privada eram regulamentados pelo poder absoluto do chefe de família.<sup>54</sup> Por outro lado na esfera privada medieval, através, principalmente, das relações familiares privadas, desenvolveu-se um conjunto substancial de direitos em razão das relações de vassalagem.

Ainda, deve-se frisar que as três atividades humanas que compõem a *Vita Activa* (labor, trabalho e ação) e relacionam-se com as condições humanas são trazidas, sociologicamente, para a única esfera de poder existente, a qual reuniu as separadas esferas pública e privada da Antigüidade. Sendo assim, a ação, atividade humana relacionada com a condição humana da pluralidade, não se desenvolve cotidianamente em um lugar autônomo denominado público. Por outro lado, a atividade labor, atrelada à condição humana vida biológica, não mais se pratica apenas no *locus* bem delimitado do privado.

Por essa alteração na dinâmica do público e do privado, “a esfera pública como um setor próprio, separada de uma esfera privada, não pode ser comprovada sociologicamente, ou seja, usando de critérios institucionais.”<sup>55</sup> No entanto, por meio da representatividade pública através do *status* do senhor fundiário, é possível observar que a divisão entre o público e o privado, aos

---

<sup>52</sup> Habermas, 2003, p. 18.

<sup>53</sup> Essa é uma das grandes “revoluções feudais”, já que, com a fusão entre o poder público e o poder privado, ocorre uma grande valorização do privado e uma privatização da vida: “De fato, os historiadores estão de acordo quanto a isso: a feudalização traduz uma privatização do poder” (Duby, 2002a, p. 24).

<sup>54</sup> Sobre o desenvolvimento da esfera privada no período medieval e a criação de direitos no seu interior: “É típico desta evolução da esfera privada – e, por sinal, da diferença entre o antigo chefe de família e o senhor feudal – que este último pudesse administrar a justiça dentro dos limites do seu domínio, ao passo que o antigo chefe de família, embora pudesse exercer um domínio mais ameno ou mais severo, não conhecia leis nem justiça fora da esfera pública” (Arendt, 2005, p. 44).

<sup>55</sup> Habermas, 2003, p. 19.

moldes do período antigo, ainda influenciou o mundo medieval, em especial a esfera secular do feudalismo.

Deve-se pontuar que o *status* do senhor fundiário é, ontologicamente, indiferente aos conceitos de público e de privado, no entanto o seu detentor deve representá-lo publicamente, ou seja, na sua representação ele deve ser visto e ouvido pelos demais em um mundo público. São diversos os elementos que representam publicamente esse *status*: “a insígnia (emblemas, armas), hábito (vestimenta, penteado), gesto (forma de saudar, comportamentos) e retórica (forma de falar, o discurso estilizado em geral), em suma: um rígido código de comportamento ‘nobre’.”<sup>56</sup>

Ainda, no mundo público (*locus* em que os seres humanos podem ver e ser vistos, além de escutar e serem escutados) feudal, adquiria extrema relevância o sistema cortesão de virtudes, o qual busca apresentar as virtudes dos nobres por meio de combates de cavaleiros<sup>57</sup> nos locais públicos. Esse ideal de representação das virtudes no espaço público, como bem demonstra Habermas, constitui-se na tentativa feudal de efetivar a idéia grega de que as virtudes devem ser expostas e desenvolvidas, principalmente, em público.<sup>58</sup>

Dessa forma, tenta-se manter a unidade da comunidade feudal por meio do desenvolvimento do mundo comum através da representatividade nobre, a fim de construir espaços de união entre pessoas,<sup>59</sup> assim como criar locais e papéis específicos aos seres humanos que participam do mundo comum. Não obstante à existência do código da nobreza feudal, parte substancial da vida dos seres humanos e de órgãos sociais não é informada por esse modelo de vida pública.

---

<sup>56</sup> Habermas, 2003, p. 20.

<sup>57</sup> A educação para a violência, através do ensinamento das virtudes dos guerreiros, começa a ser transmitida aos rapazes após a barbatoria, cerimônia do primeiro barbear. Ver Rouche, 2002, p. 467-500. Ainda, por meio da valorização familiar dos cavaleiros, desenvolvia-se “as atitudes e a consciência do civismo” (Duby, 2002a, p. 36).

<sup>58</sup> Habermas, 2003, p. 21.

<sup>59</sup> Em primeiro lugar, deve-se pontuar que a idéia de representação nobre (cavaleira) difere substancialmente da moderna forma de representação, pautada principalmente nos postulados da democracia representativa. Naquela forma de representação, não se representa um conjunto de pessoas, o povo ou um estado, já que, em verdade, a reunião dos nobres constitui-se no próprio Estado. De acordo com Habermas, “Representação no sentido de alguém ser representante da nação ou de determinados mandantes, não tem nada a ver com essa representatividade pública que se liga à existência concreta do senhor e que confere uma ‘aura’ à sua autoridade. (...) Enquanto o príncipe e seus terratenentes ‘são’ o país, ao invés de simplesmente colocar-se em lugar dele, eles só podem representar num sentido específico: eles representam a sua dominação, ao invés de o fazer *pelo* povo, fazem-no *perante* o povo” (Habermas, 2003, p. 20).

Em verdade, devido à grande influência da Igreja Católica Romana na Europa Medieval, procura-se desenvolver um outro mecanismo para relacionar a vida dos seres humanos e criar papéis específicos diferente da construção do mundo comum pela política. Essa construção, no âmbito da prática e da filosofia cristã, influenciando substancialmente a vida dos seres humanos no período medieval, pauta-se no conceito de caridade. Conforme Arendt:

Historicamente, conhecemos somente um princípio concebido para manter unida uma comunidade de pessoas destituídas de interesse num mundo comum e que já não se sentiam relacionadas e separadas por ele. Encontrar um vínculo entre os homens, suficientemente forte para substituir o mundo, foi a principal tarefa política da antiga filosofia cristã; e foi Agostinho quem propôs edificar sobre a caridade não apenas a «irmandade» cristã, mas todas as relações humanas.<sup>60</sup>

A caridade, forma de manter unida a sociedade proposta no período medieval, trata-se de uma experiência não-mundana, logo incapaz de desenvolver a vida política, que está radicalmente entrelaçada com o mundo comum, ou seja, público. No entanto, apesar de não se desenvolver em um mundo compartilhado politicamente que deverá ser mantido para além das vidas mortais individuais, a caridade, mesmo assim, desenvolve uma intensa relação dos seres humanos neste mundo.<sup>61</sup>

Nesse contexto, o caráter privativo da privacidade perdeu a sua força e quase foi extinto com o advento do cristianismo, pois o desenvolvimento da caridade possibilitava a negação da vida política como principal fonte de humanização do ser humano e de construção da imortalidade neste mundo, colocando grande ênfase no desenvolvimento de uma vida privada informada pela *caritas*. Nesses termos, surgem comunidades com o fim específico de viver por meio da caridade, sendo o grande exemplo dessa proposta a criação dos monastérios.

---

<sup>60</sup> Arendt, 2005, p. 62-63.

<sup>61</sup> Como a fundação da relação entre as pessoas pautava-se na caridade, fator extraterreno, que apenas preocupa-se, subsidiariamente, com o mundo comum político, não é possível equacionar o papel relevante da igreja na vida medieval com a esfera pública: “A tensão medieval entre a treva da vida diária e o grandioso esplendor de tudo o que era sagrado, com a concomitante elevação do secular para o plano religioso, corresponde em muitos aspectos à ascensão do privado ao plano público da antiguidade. É claro que a diferença é muito marcante; pois, por mais «mundana» que se tornasse a Igreja, o que mantinha coesa a comunidade de crentes era essencialmente uma preocupação extraterrena. Somente com alguma dificuldade é possível equacionar o público com o religioso (...)” (Arendt, 2005, p. 43).

Deve-se pontuar que neste momento há uma valorização da “vida interior” nos monastérios. Nessas comunidades, ao se buscar um modelo de solidariedade que supera a vida política, tenta-se evitar o lado perverso da “vida interior”, constituído por um sentimento negativo da intimidade.<sup>62</sup>

Nas sociedades cristãs da Antiguidade Tardia, devido à ameaça constante a esses fiéis, a solidariedade entre os membros da comunidade cristã era fundamental. No entanto, por meio das paixões levadas a cabo pela intimidade negativa<sup>63</sup> – “O que há de mais privado no indivíduo, os sentimentos e motivações mais recônditos, os motivos da ação que permanecem impenetráveis para o grupo”<sup>64</sup> –, o ideal solidário pode ser destruído.

Dessa forma, a vida no monastério, apesar de querer conservar a “vida interior”, busca a simplicidade do coração como forma de evitar a intimidade negativa e promover a caridade entre os seus membros. Esse modelo redentor é pautado na construção de uma vida social bastante regrada que incentiva a leitura e a oração.

Nesse contexto de desvalorização do mundo comum político e de construção de um mundo comum extraterreno pautado na caridade, a idéia de liberdade altera-se. A liberdade, vivida na política por meio da ação e do discurso dos cidadãos entre si, passa a ser desenvolvida por meio da idéia de livre-arbítrio e vivenciada, principalmente, por meio da solidão.<sup>65</sup>

O livre-arbítrio pressupõe que, por meio da faculdade do espírito querer, o ser humano pode escolher entre duas opções previamente dadas ou

---

<sup>62</sup> Buscando a simplicidade do coração e o isolamento espiritual fora da cidade, os primeiros monastérios são fundados na Antiguidade Tardia, principalmente no oriente próximo. De acordo com Brown, “No paradigma monástico a cidade perde sua preeminência enquanto unidade social e cultural distinta. Em numerosas regiões do Oriente Próximo, o avanço do monasticismo marca o fim do esplêndido isolamento da cidade helenística em relação ao campo circundante” (Brown, 2002, p. 279). Com o advento da Idade Média, o modelo de monastério, com algumas alterações, foi fortemente introduzido na Europa. Neste momento, não se buscava mais o exílio no deserto ou a construção de uma vida absolutamente separada da cidade. Em verdade, procurava-se desenvolver um modelo de sociedade autônoma em relação ao mundo exterior ao monastério, porém relacionado com a cidade mundana. Nas palavras de Rouche: “Como diz são Bento, ‘o mosteiro deve ser construído, se possível, de tal forma que todo o necessário – quer dizer, a água, o moinho, o jardim e os vários ofícios – exerce-se no interior do mosteiro, de modo que os monges não sejam obrigados a correr para todos os lados lá fora, pois isso não é nada bom para as almas’. No entanto, ao contrário das comunidades judaicas, os cenobitas não cortam relações com o exterior e não se enquistam no tecido social. Hóspedes, peregrinos e noviços são ali acolhidos” (Rouche, 2002, p. 418-419).

<sup>63</sup> O sentido moderno da intimidade somente surge, de fato, na Idade Moderna, como será demonstrado na seção 1.6. deste capítulo.

<sup>64</sup> Brown, 2002, p. 244.

<sup>65</sup> Arendt, 2002, p. 205.

apresentadas. No contexto da Idade Média e na religião católica, as ações e os pensamentos, desenvolvidos pela vontade (querer) são escolhas livres de opções já existentes que podem afastar ou aproximar o ser humano da justiça e, por consequência, de deus.

Dessa forma, a liberdade foi trazida para dentro da alma do ser humano, tratando-se de um conflito no bojo da vontade. Agora, o fenômeno da liberdade não é mais uma relação intersubjetiva, e sim dotada de característica monológica, pois o debate que ocorre encontra-se dentro do ser humano entre o querer e o não querer algo por meio da faculdade da vontade, ou seja, não é uma proposta de liberdade política, e sim de liberdade interior.<sup>66</sup>

Assim, através da busca pela simplicidade do coração e da construção de um modelo de comunidade pautada na caridade, descobre-se o valor do silêncio nos monastérios:

A solidão da leitura devia, pois, levar ao silêncio. Trata-se de um valor novo indispensável ao recolhimento. “O nono grau de humildade”, diz sempre a regra, “é que o monge proíba sua língua de falar e, guardando silêncio, espere para falar quando interrogado”.<sup>67</sup>

Dessa forma, em razão da grande valorização do silêncio, a ação e o discurso tendem a ser desvalorizados dentro dessas comunidades, buscando a superação da construção do mundo comum pela política.

Na Idade Média, mesmo com a inexistência de uma separação clara em termos sociológicos das esferas pública e privada e a tentativa de superação do mundo comum construído politicamente pela caridade, indícios substanciais do espaço público permanecem,<sup>68</sup> principalmente, no que se refere à

---

<sup>66</sup> A faculdade da vontade é uma das três faculdades da *Vita Contemplativa*. A primeira faculdade é o do pensar, que busca um desligamento imediato da realidade, realizando um diálogo do eu consigo mesmo. No entanto, o “pensar não esgota a vida da mente, que também abrange o querer (a vontade) e o julgar (o juízo). (...) O querer tem como objeto projetos, pois a vontade transforma o desejo numa intenção, que decide o que vai ser. Já o julgar sobre o que foi é a faculdade pela qual juntam o geral, sempre uma construção mental, e o particular, sempre dado pela experiência” (Lafer, 2003, p. 86). Sobre a *Vita Contemplativa* e as faculdades do espírito (pensar, querer e julgar), veja-se Arendt, 1993.

<sup>67</sup> Rouche, 2002, p. 520.

<sup>68</sup> Através da história das idéias, torna-se nítida a manutenção do público e do privado na sociedade medieval, buscando-se manter o ideal romano sobre esses termos: “Se chego a considerar a maneira pela qual se exprimia o pensamento na Idade Média, se consulto o *Glossaire* de Du Cange, o de Niemeyer, o de Godefroy, descubro – sem surpresa, pois que a configuração semântica aparece a mesma nos dois extremos da cadeia, no século XIX e na Roma Clássica – que, no meio, ela não era diferente” (Duby, 2002a, p. 20). No entanto, conforme demonstrado nesta seção, ocorreram substanciais alterações sociológicas no



construção de um mundo compartilhado politicamente. Em primeiro lugar, a construção do mundo compartilhado, através do código de comportamento nobre, manteve a existência concreta do mundo comum político.

Ainda, por mais que parte da prática e da filosofia cristã fosse substancialmente pautada na vivência por meio da caridade, jamais foi possível a completa sucumbência do mundo comum político ou se esqueceu da necessidade de busca de excelência (imortalidade) por meio da ação através da política. No próprio interior dos monastérios – comunidades por excelência pautadas na construção de relações sociais informadas pela caridade – a construção de um espaço público que possibilitava a criação da imortalidade neste mundo e o desenvolvimento da vida política “foi suficiente para demandar regras e regulamentos adicionais, dos quais o mais relevante em nosso contexto foi a proibição da excelência e do subsequente orgulho.”<sup>69</sup>

Apesar das substanciais alterações na dinâmica entre o público e o privado na Idade Média, ainda é possível visualizar influências dessas especialidades conforme o período antigo. No entanto, com o advento do período moderno, ocorreu uma mudança profunda nessas categorias em virtude do surgimento da esfera social e do desabrochar da intimidade.

## **1.6. O Surgimento da Esfera Social**

A esfera social constitui-se, em verdade, na transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública, estabelecendo linhas difusas entre as questões que eram tradicionalmente tratadas no espaço público e aquelas que eram tratadas no espaço privado.

Em primeiro lugar, a garantia da propriedade privada e a função da riqueza foram radicalmente alteradas. Até o advento do período moderno, a propriedade privada e a riqueza garantiam ao ser humano a possibilidade de participar da vida política, além de preservarem ocultos assuntos que não eram

---

desenvolvimento do público e do privado medievais, assim como, será demonstrado ao longo deste capítulo, nos períodos moderno e contemporâneo.

<sup>69</sup> Arendt, 2005, p.64.

possíveis de serem trazidos ao público. Por essas razões, a propriedade privada e a riqueza eram garantidas.

No entanto, com o advento da Idade Moderna, o espaço público foi colonizado por assuntos particulares. Questões relativas à manutenção e ao desenvolvimento da vida biológica, tratadas e efetivadas anteriormente na esfera privada, invadiram a esfera pública moderna, tornando os dirigentes do Estado-nação chefes de uma grande família, composta por todos os cidadãos, nacionais.

O caráter familiar que as relações públicas e políticas passam a gozar a partir da Idade Moderna torna-se claro, por exemplo, nos governos populistas do início do século XX. Para que se compreendam bem as profundas mudanças ocorridas na época moderna, faz-se necessário transcrever este importante fragmento:

esquemáticamente falando, a Antigüidade grega concordava em que a mais alta forma de vida humana era a fala – *dzôon politikón* e *dzôon lógon ékhon*, na famosa definição dupla de Aristóteles, a Filosofia medieval e romana definia o homem como *animale rationale*; nos estágios iniciais da Idade Moderna, o homem era primariamente concebido como *homo faber* até que, no século XIX, o homem foi interpretado como um *animal laborans* cujo metabolismo com a natureza geraria a mais alta produtividade de que a vida humana é capaz.<sup>70</sup>

Assim, com o advento da modernidade, sendo a propriedade privada e a riqueza reconhecidas como fundamentais por si próprias e não mais meios que possibilitam o ingresso na vida pública, o ideal de homem passa ser aquele que desenvolve constantemente a atividade trabalho (*homo faber*), pois ele pauta o seu atuar na medida em que essa atitude seja útil e traga o melhor proveito para si e para o desenvolvimento da sua nação. Assim, através do seu trabalho, o *homo faber* com seu pensamento utilitário constrói-se um mundo comum que possui como objetivo a garantia da propriedade privada e da riqueza, além da promoção do processo vital para os membros da sociedade, os nacionais.

No entanto, quando o *homo faber* cria um mundo comum onde a sociedade política tem como função pensar e desenvolver mecanismos para suprir as necessidades da vida biológica de todos os nacionais, “As atividades

---

<sup>70</sup> Arendt, 2002, p. 95.

e relações de dependência que até então, estavam confinadas ao âmbito da economia doméstica, passam o limiar do orçamento doméstico e surgem à luz a esfera pública.”<sup>71</sup> Nesse momento, as pessoas têm a sua volta um mundo comum que procura apenas desenvolver as questões privadas e o processo vital, sendo o modelo de ser humano proposto aquele que pratica o labor e que se preocupa quase unicamente com sua vida biológica. Dessa forma, a forma padrão de ser humano torna-se o *animal laborans*.

No momento em que esses temas eminentemente privados ocupam quase toda a pauta da esfera pública, é formada uma nova esfera: a esfera social, que legitima e promove a propriedade privada e a riqueza não mais como requisitos de legitimação na participação da esfera pública, e sim como objetos, por excelência, da política moderna. Nas palavras de Arendt:

Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza.<sup>72</sup>

A esfera social acaba por minar a durabilidade do mundo comum, porque a proteção da e a busca pela riqueza, atitudes incentivadas e propostas por essa nova esfera, não detêm a necessária objetividade que o mundo comum compartilhado deve possuir. Isso ocorre em razão da riqueza, apesar de poder ser acumulada, ser por essência consumida, ou seja, não é durável.

Um dos significados do termo público era a construção de um mundo comum, ou seja, um conjunto de coisas que tinha por objetivo unir os seres humanos, assim como conceder o lugar específico de cada homem. No entanto, a partir do momento em que a riqueza é o principal conteúdo e a razão de ser da esfera pública, o mundo passa a perder o seu caráter de durabilidade, pois a função da riqueza é ser consumida, não desenvolvendo a objetividade necessária ao mundo – construção de um conjunto de artefatos que ao mesmo tempo em que une e separa os seres humanos.

A invasão dos assuntos privados no mundo público, gerando a nova esfera do social, mostra-se evidente com o advento da disciplina denominada

---

<sup>71</sup> Habermas, 2003, p. 33.

<sup>72</sup> Arendt, 2005, p. 78.

de economia política. Antes do período moderno, um saber intitulado de economia política seria impossível, já que esses termos são contrários entre si. De acordo com Sennett:

Os antigos atenienses costumavam separar o lugar onde faziam política, o Pnyx, do espaço econômico central da cidade, a Ágora. Esta separação reflete um postulado clássico do pensamento social, o de que a atividade econômica debilita a capacidade política das pessoas.<sup>73</sup>

O termo economia significa gestão dos assuntos privados, do lar. Esses negócios possuíam a função de propiciar a satisfação das necessidades biológicas, tornando possível a manutenção e a reprodução da vida biológica. Assim, a economia tinha como função desenvolver a melhor administração das coisas do lar, *locus* em que era possível utilizar-se da força legitimamente para saciar os imperativos biológicos.

A política, por sua vez, era a *praxis* pela qual os seres humanos desenvolviam a sua humanidade e formulavam atos, posicionamentos e discursos que buscavam a imortalidade. Nessa seara, o uso da força física não era aceito, pois não se estava no reino da necessidade (esfera privada), e sim no da liberdade.<sup>74</sup>

No âmbito político, qualquer atitude deveria ser legitimada por meio da ação e do discurso, porque não era possível empregar a violência contra os seus iguais (homens políticos). O espaço da liberdade (política) pressupõe o desenvolvimento das faculdades realmente humanas, superando o uso da força física. Ainda, o conteúdo da ação e do discurso não versava sobre o útil ou o necessário – assuntos peculiares ao privado –, e sim acerca de temas que possibilitavam aos humanos demonstrarem a sua importância para a *polis*, construindo, por essas ações, a sua imortalidade.

Dessa sorte, esses dois saberes eram absolutamente incompatíveis, sendo a lógica que explica esse conflito simples, já que “a economia opera no

<sup>73</sup> Sennett, 2006, p. 127.

<sup>74</sup> Nas palavras de Arendt (2002, p. 158): “Não devemos portanto nos surpreender ao lermos, no início da Economia (um tratado aristotélico apócrifo, mas escrito por um de seus discípulos mais próximos), que a diferença essencial entre uma comunidade política (a *pólis*) e uma casa privada (a *oikia*) está em constituir a última uma ‘monarquia’, o governo de um único homem, enquanto a *polis*, ao contrário, ‘é composta de muitos governantes’. (...) O governar a si mesmo e a distinção entre governantes e governados pertencem a uma esfera que precede o domínio político, e o que distingue este da esfera ‘econômica’ do lar é o fato de a *polis* basear-se no princípio da igualdade, não conhecendo diferenciação entre governantes e governados”.

terreno da necessidade e da ganância, ao passo que a política deveria operar no da justiça e do direito.”<sup>75</sup> No entanto, no período moderno, quando a esfera pública possui a função de debater o útil e o necessário para a manutenção e a reprodução da vida biológica, além de a riqueza ser o grande objeto do debate e das atividades políticas, não parece um absurdo a junção desses dois conhecimentos.

Em verdade, a reunião dos saberes econômico e político é uma consequência da transformação de interesses privados em assuntos públicos, pois:

A atividade econômica privatizada precisa orientar-se por um intercâmbio mercantil mais amplo, induzido e controlado publicamente; as condições econômicas, sob as quais elas ocorrem agora, estão fora dos limites da própria casa; são, pela primeira vez, de interesse geral.<sup>76</sup>

Bauman lança, também, interessantes razões para explicar o porquê da ênfase concedida à economia política para pensar as principais questões relativas à economia e à política modernas.<sup>77</sup> Como a economia política quer gerir as riquezas nacionais, buscando implementar os interesses privados na esfera pública, necessita promover uma forma de regulamentação do labor e do trabalho que seja compatível com seus objetivos e com as alterações ocorridas após o fim da Idade Média.

Ocorreu, com o advento da Idade Moderna e com o término da Idade Média, a emancipação do trabalhador das suas anteriores limitações. Um importante obstáculo se constituía na regulamentação profunda do ensino e do desenvolvimento das profissões livres por meio das associações de classes, dotadas de um grande caráter de hierarquia e hereditariedade de seus membros. Ainda, durante o período medieval, parte substancial do trabalho e do labor desenvolvidos era realizado pelos servos da gleba, os quais se encontravam vinculados diretamente a terra onde nasceram, não podendo movimentar-se livremente e trabalhar em local diverso do qual pertenciam.

No entanto, apesar da superação dessas barreiras medievais ao livre desenvolvimento dos trabalhadores e do trabalho, a emancipação do trabalho e

---

<sup>75</sup> Sennett, 2006, p. 127-128.

<sup>76</sup> Habermas, 2003, p. 33.

<sup>77</sup> Sobre o advento da economia política e a sua relação com o trabalho e a sociedade moderna, veja-se Bauman, 2001, p. 161-170.

dos trabalhadores não ocorreu em virtude das necessidades patrimoniais e da criação da economia política na Idade Moderna. Em verdade, houve a substituição de certo tipo de limitação e ordem (associação de classes e relações feudais) por uma nova ordem (regulação científica da economia política), “uma ordem pré-projetada, uma ordem ‘construída’, não mais o sedimento do vagar sem objetivo do destino e dos azares da história, mas produto de pensamento e ação racionais.”<sup>78</sup> Essa nova forma de regulamentação conseguiu, em uma sociedade em que o trabalhador podia movimentar-se livremente e os laços desenvolvidos pelas associações foram quase que extintos, explorar de forma científica o trabalhador livre.

Nesse contexto, o atual significado de sociedade é cunhado, segundo Arendt: “o que chamamos de «sociedade» é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma de organização é denominada de «nação».”<sup>79</sup> Assim sendo, a sociedade representa a união de um conjunto de indivíduos com interesses privados na manutenção e a reprodução da vida biológica pautada através do trabalho e, principalmente, do labor.

Como se trata da sociedade nacional o tipo de comunidade proposta pela esfera social, a característica específica desse modelo social é a etnicidade. O Estado-nação pauta-se na idéia de que preexiste ao nascimento dos cidadãos uma comunidade étnica, que concede raízes e um lar para os nacionais, devendo estes superar qualquer outro tipo de lealdade a outros grupos. Por pertencer a certa etnia e ser leal ao seu Estado e à sua nação, os nacionais tem garantidos destes atividades e políticas públicas suficientes e necessárias para promover e manter o seu processo vital.<sup>80</sup>

Nesse contexto, a sociedade é a forma por excelência de reunião dos indivíduos na esfera social, constituindo, por sua vez, a nação, que passa a exigir da esfera pública soluções para assuntos que eram privados, como a propriedade privada, a riqueza e a manutenção do processo vital.<sup>81</sup> Portanto,

---

<sup>78</sup> Bauman, 2001, p. 164.

<sup>79</sup> Arendt, 2005, p. 38.

<sup>80</sup> Sobre a idéia de Estado-nação e sua importância na discussão sobre comunidade e identidade, veja-se Bauman, 2001, p. 193-230 e Bauman, 2004.

<sup>81</sup> Nesse sentido, “a sociedade exige sempre que os seus membros ajam como se fossem membros de uma enorme família dotada apenas de uma opinião e de um único interesse” (Arendt, 2005, p. 49).

“termina aqui a possibilidade de descrever, em termos perfeitamente definidos, a profunda diferença entre os conceitos moderno e antigo de política. No mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si.”<sup>82</sup>

Com essas profundas alterações na relação entre público e privado devido ao advento da esfera social, a liberdade política foi ainda mais afrontada, pois a possibilidade de construção da imortalidade e da humanidade por meio da ação e da palavra é superada pela busca das necessidades humanas mais imediatas, questões típicas da espacialidade privada pré-moderna. Em verdade, a partir da Idade Moderna, especialmente com o advento das ciências sociais como a economia política ampliou-se:

ainda mais a brecha entre liberdade e política; pois o governo, que desde o início da idade moderna fora identificado com o domínio total do político, era agora considerado como o protetor nomeado não tanto da liberdade, como do processo vital, dos interesses da sociedade e dos indivíduos.<sup>83</sup>

A promoção pelos governos do desenvolvimento e manutenção do processo vital pode ser visto na nossa realidade a todo o momento. Em 16 de dezembro de 2007, o governo e a sociedade comemoraram que o crescimento econômico integrou 20 milhões de brasileiros, em cinco anos, à classe C, após terem permanecidos, anteriormente, nas classes D e E, ou seja, uma quantidade substancial de pessoas passou a consumir mais, possuindo um maior acesso às mercadorias e aos serviços comercializados.<sup>84</sup>

No dia 21 de dezembro, por sua vez, era noticiado que o desemprego caiu para o patamar de 8,2% da população economicamente ativa nas seis principais metrópoles do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador), sendo essa a taxa mais baixa deste de 2002.<sup>85</sup> Pode-se observar, sem muita dificuldade contemporaneamente, a importância que os assuntos ligados às necessidades biológicas básicas recebem.

Sendo assim, o modelo de convívio social produzido pela esfera social não concede mais ênfase à construção intersubjetiva da imortalidade por meio da ação e da palavra, e sim, por outro lado, tutela os interesses privados. A liberdade, conseqüentemente, em uma das suas acepções modernas e que foi

---

<sup>82</sup> Arendt, 2005, p. 42.

<sup>83</sup> Arendt, 2002, p. 196.

<sup>84</sup> Canzian, Folha de São Paulo, 16/12/2007, p. B1.

<sup>85</sup> Soares, Folha de São Paulo, 21/12/2007, p. B3.

legada para a sociedade contemporânea, passa a ser entendida como liberdade da política, ou seja, quanto menor o espaço ocupado pela política mais liberdade terão os cidadãos.

Em outras palavras, a liberdade negativa, uma das formas de ver e praticar a liberdade a partir da época moderna, assevera que há liberdade quando o Estado-nação garante sua não intervenção em parcela substancial da vida privada das pessoas, permitindo que os nacionais desenvolvam com bem quiserem essa parte de suas vidas. Assim, a liberdade não é mais vista como relação política entre os seres humanos por meio da ação e do discurso - fenômeno político propriamente dito de origem grega antiga -, e sim a ausência de intervenção política, que agora é entendida como ação estatal, na vida privada dos indivíduos.

Dentro dos pressupostos da esfera social, essa nova visualização do fenômeno da liberdade faz sentido, pois, se o Estado-nação possui como proposta a concretização dos assuntos privados, o objeto da política reduz-se a simples questão das necessidades da vida biológica, deixando todas as demais questões fora da pauta política, sendo a própria idéia de liberdade relacionada com a vida privada e, como se verá, com a intimidade. Dessa forma, concede-se, literalmente, a liberdade da construção de uma vida política verdadeira por meio da ação e do discurso.

Por meio da esfera social e da desnecessidade de uma vida política efetivamente exercida pelos cidadãos, sendo a liberdade, no seu aspecto negativo, relacionada com a ausência da política (inexistência de intervenção estatal), busca-se um tipo específico de segurança, concedida pelo Estado-nação, que “permite um desenvolvimento uniforme do processo vital da sociedade com um todo.”<sup>86</sup>

Sendo assim, claramente, ocorre o desaparecimento do abismo pré-moderno para adentrar na esfera pública. A propriedade privada e a riqueza, como requisitos à participação na esfera pública, filtravam os membros da espécie humana que possuíam a tranquilidade e o tempo necessários para a vida na esfera pública.

---

<sup>86</sup> Arendt, 2002, p. 196.



No entanto, com o surgimento da esfera social, todos os membros da espécie humana podem, legitimamente, participar, ainda que geralmente de forma pouco esclarecida, na vida política. Esse fenômeno ocorre porque a função da esfera pública é principalmente gerir uma grande economia doméstica, sendo lícito a todos os interessados (nacionais), independentes de sua riqueza e de suas propriedades, compartilhar ou, pelo menos, tomar parte dos assuntos gestados na esfera pública, agora conformada aos interesses da esfera social.

A síntese das alterações promovidas pela esfera social na Idade Moderna é bem feita por André Macedo Duarte, asseverando que Arendt:

argumenta que a revolução industrial, ao trazer a ampliação sem precedentes do âmbito das necessidades naturais e do trabalho, trouxe consigo a transformação do *homo faber*, o protótipo do homem moderno dos séculos XVII e XVIII, concebido como um trabalhador constantemente empenhado na manutenção do seu ciclo vital e da própria sociedade em que vive, por meio das atividades conexas do trabalho e do consumo. (...) A tese arendtiana é a de que, a partir do século XIX, cada vez mais o político e seus traços constitutivos fundamentais se viram sobredeterminados por interesses sócio-econômicos privados e pelo saber técnico que transforma o político em tecnocrata. O que resulta deste processo é a perda do espaço da liberdade para a necessidade, a perda da ação livre e espontânea para o comportamento repetitivo e previsível do trabalhador, a perda do espaço público e comunitário para os *lobbies* e grupos de pressão ocultos, a substituição da pluralidade de idéias políticas pelo pensamento único, o enfraquecimento da capacidade de consentir e dissentir em vista da obrigação de obedecer, enfim, o ofuscamento da novidade e da criatividade pelo eterno retorno do mesmo.<sup>87</sup>

Dessa maneira, houve substanciais mudanças nas vidas política e pública com o surgimento da esfera social. Profundas modificações também foram sentidas na esfera privada com a alteração da sua função e o advento da intimidade. A partir da modernidade, não há possibilidade de afirmar que a vida vivida na esfera privada é própria do idiota, assim como não é razoável concordar que a privacidade representa um simples refúgio do ser humano político.<sup>88</sup>

<sup>87</sup> Duarte, 2004, p. 46.

<sup>88</sup> Apesar de a esfera privada, com o advento da intimidade, representar um papel relevante na vida do sujeito, sendo uma forma de desenvolver uma subjetividade peculiar e libertária com o objetivo de fazer frente à padronização social proposta pela sociedade através da esfera social,

### 1.7. A Intimidade e a Reformulação da Vida Privada

Viver na esfera privada, como foi demonstrado, “significava literalmente um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa, até mesmo das mais altas e mais humanas capacidades do homem.”<sup>89</sup> Acreditava-se que uma vida desenvolvida somente no âmbito privado impunha privações aos membros da espécie humana, pois se encontravam no reino da necessidade sem terem avançado para o da liberdade política (esfera pública).

No entanto, com o surgimento da esfera social, a esfera pública não mais possui a função de desenvolvimento das qualidades essencialmente humanas e da imortalidade por meio da ação e do discurso. Em verdade, os assuntos relativos às necessidades biológicas são transformados em público. Nesse novo contexto, o conteúdo e a função da esfera privada também se alteram:

O que hoje chamamos de privado é um círculo de intimidade cujos primórdios podemos encontrar nos últimos períodos da civilização romana, embora dificilmente em qualquer período da antiguidade grega, mas cujas peculiaridades, multiformidade e variedade eram certamente desconhecidas de qualquer período anterior à era moderna.<sup>90</sup>

---

o desenvolvimento da vida entre os iguais, na esfera pública, por meio da ação e do discurso, ainda é fundamental. No período de resistência francesa na Segunda Guerra Mundial, quando o espaço político tornou-se esvaziado, as pessoas que originalmente estavam entretidas no desenvolvimento da vida a partir da esfera privada, concedendo enorme ênfase à intimidade e à liberdade interior, tiveram que participar da vida política. Esse fardo, em verdade, transformou a vida dessas pessoas. De acordo com Arendt (2002, p. 28-30), “René Char condensou a essência do que vieram a significar quatro anos de *Résistance* para toda uma geração de escritores e homens de letras europeus. O colapso da França, acontecimento totalmente inesperado para eles, esvaziara, de um dia para outro, o cenário político do país (...) e eles, a quem nunca ocorrera tomar parte nos negócios oficiais da Terceira República, viram-se sugados para política como que pela força de um vácuo. (...) Isso não durou muito. Após alguns curtos anos, foram liberados do que originalmente haviam pensado ser um ‘fardo’ e arremessados de volta àquilo que agora sabiam ser a leviana irrelevância de seus afazeres pessoais (...) a ‘opacidade triste’ de uma vida particular centrada apenas em si mesma. (...) Eles haviam perdido seu tesouro. Que tesouro era esse? Conforme eles mesmos o entenderam, parece ter consistido como que de duas partes interconectadas: tinham descoberto que aquele que ‘aderira à Resistência, *encontrara* a si mesmo’ (...) e não mais se suspeitaria de ‘hipocrisia’ e de ser ‘um ator da vida resmungão e desconfiado’, podendo permitir-se ‘desnudar-se’. (...) eles haviam sido, pela primeira vez em suas vidas, visitados por uma visão de liberdade (...).”

<sup>89</sup> Arendt, 2005, p. 48.

<sup>90</sup> Arendt, 2005, p. 48.

Por meio da ascensão do individualismo<sup>91</sup> e o surgimento da intimidade, viver na esfera privada não se constitui mais uma privação. Sobre essa questão, deve-se notar que, em primeiro lugar, o novo conteúdo e a nova função da esfera privada surgem, desde a época moderna, como opostas não apenas à esfera pública, mas também à esfera social.<sup>92</sup>

Jean-Jaques Rousseau foi o primeiro autor a manifestar-se claramente sobre a intimidade.<sup>93</sup> A intimidade constitui-se em uma rebelião do homem contra a opressão social, a padronização, que pervertia o coração humano.

Com o advento da modernidade, ao mesmo tempo em que se buscavam soluções padrões para a satisfação das necessidades biológicas dos seres humanos, esperava-se dos membros da grande família nação comportamentos padrões.<sup>94</sup> Assim,

a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a «normalizar» os seus membros, a fazê-los «comportarem-se», a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.<sup>95</sup>

Lipovetsky chama a sociedade moderna tradicional de moralista, já que busca estandardizar a conduta dos cidadãos por meio de profundos deveres

<sup>91</sup> O individualismo moderno possui como uma das suas características conceder ênfase ao desenvolvimento da individualidade, sendo esta conceituada como “uma expressão que se refere à maneira e à medida especiais em que a qualidade estrutural do controle psíquico de uma pessoa difere do de outra” (Elias, 1994, p. 54).

<sup>92</sup> Nas palavras de Arendt (2005, p. 48): “O fato histórico decisivo é que a privatividade moderna, em sua função mais relevante - proteger aquilo que é íntimo – foi descoberta não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e mais autênticos.”

<sup>93</sup> Arendt, 2005, p. 48-49.

<sup>94</sup> Como demonstra Norbert Elias, há uma teia de mecanismos de controle efetivados por organismos e atores sociais, os quais buscam a padronização de comportamentos e de atitudes humanos, propondo, muitas vezes, até a padronização da subjetividade humana. Desde tenra idade, os seres humanos são padronizados e controlados, principalmente, por meio dos pais e dos professores. Algumas ações de padronização são expressas por ordens ou comentários como os seguintes “Não mexa aí”, ‘Fique quieto’, ‘Não coma com a mãos’, ‘Onde está o seu lenço?’, ‘Não vá se sujar’, “Pare de bater nele”, ‘Aja como quer que ajam com você’, ‘Você não pode esperar?’, ‘Faça seu dever de matemática’, ‘Você nunca vai chegar a lugar nenhum’, ‘Trabalhe, trabalhe, trabalhe’, ‘Pense antes de agir’, ‘Pense em sua família’, ‘Pense no futuro’, ‘Pense no Partido’, ‘Pense na Igreja’, ‘Pense na Inglaterra’, ou ‘na Alemanha, na Rússia, na Índia, na América’, ‘Pense em Deus’, ‘Você não tem vergonha’, ‘Você não tem princípios?’, ‘Você não tem consciência’” (Elias, 1994, p. 98).

<sup>95</sup> Arendt, 2005, p. 50.

morais, que acabaram por oprimir, mais ou menos intensamente em razão do gênero, idade, classe social ou etnia, parcela substancial da população. No início da modernidade tradicional, a igreja, principalmente a Católica, realiza, ainda, uma forte padronização das atitudes humanas, procurando demonstrar que o homem só pode atuar adequadamente quando se afasta das paixões e emoções egoístas que advêm da sua natureza.

Apesar de a moral religiosa ter exercido um papel muito forte até pelo menos o começo do século XX, a sociedade moderna tradicional moralista possui como marco central um projeto social de deveres individuais laicos. Esses deveres servem para evitar que surja um ser humano sem limites, o qual possa desenvolver todos os seus anseios e desejos independente das conseqüências para si e para os demais membros do Estado-nação, alegando que sua atitude está em conformidade com os direitos humanos, em especial o direito à liberdade.

Não há dúvida de que, além de deveres, a modernidade tradicional concedeu ao ser humano um conjunto de direitos muito importantes, denominados de direitos humanos. Os direitos humanos pretendem garantir e efetivar a igualdade e a liberdade dos seres humanos nas sociedades democráticas liberais com o intuito de valorizar o indivíduo. No entanto, sem a existência de barreiras para o livre desenvolvimento do indivíduo, os quais eram plasmados em deveres de uma moral laica, não há possibilidade de efetivação do individualismo moderno. Assim:

Se, de um lado, é certo que as sociedades modernas tiveram sua base de apoio nos direitos soberanos do indivíduo, é também inegável que, ao mesmo tempo, sublinhavam a sujeição incondicional ao dever, a transparência da virtude, a necessidade de nos esforçarmos para transcender o círculo imediato de nossos meros interesses individuais. (...) De fato, a religião moderna do dever tomou o lugar antes ocupado pelo dever imemorial da religião, e para isso se valeu de uma hipérbole: “você deve...”<sup>96</sup>

Contra essa estandardização promovida pela esfera social que gera uma sociedade moralista laica, ainda que influenciada em determinados momentos de forma direta ou indireta pela moral religiosa, que floresce a intimidade. Assim, a intimidade “não tem lugar objetivo e tangível no mundo, nem pode a

---

<sup>96</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 4.

sociedade contra a qual ela protesta e se afirma ser localizada com a mesma certeza que o espaço público.”<sup>97</sup> A esfera social e a intimidade não possuem uma espacialidade geográfica bem delimitada para o seu desenvolvimento ao contrário da esfera pública, radicada na *polis*, e da esfera privada, situada na casa (lar), conforme o período pré-moderno.

A esfera social ao invadir tanto a esfera pública como a privada na Idade Moderna encontra-se em todo o lugar, não tendo um *locus* específico. A intimidade, por sua vez, trata-se de uma rebelião do indivíduo contra a constante opressão e padronização da esfera social, não possuindo um espaço predeterminado geograficamente, já que é desenvolvida a partir da subjetividade humana. Assim, o íntimo e o social são ambas formas subjetivas da existência humana.<sup>98</sup>

Interessante observar que, para Arendt, o indivíduo moderno surge da sua constante relação com a esfera social e com a vivência da intimidade, fundando uma subjetividade peculiar. São características desse novo sujeito e dessa revolucionária subjetividade a dificuldade de viver em sociedade e a impossibilidade de viver para além dela, pois apesar de o ser humano moderno não se sentir bem em sociedade, sabe que é inconcebível uma forma de existência fora da sociedade moderna. Ainda, marcam esse homem moderno a constante alteração do seu estado de espírito e uma subjetividade radical em todos os assuntos e ações relevantes aos seres humanos.<sup>99</sup>

Em verdade, a partir da Idade Moderna e através do fenômeno da intimidade, o indivíduo é visto de forma positiva, simbolizando “aquilo que a pessoa isolada é capaz de realizar, independentemente de todas as demais e em concorrência com elas, por energia e mérito próprios.”<sup>100</sup> Por outro lado, a sociedade representa aquilo que impede o desenvolvimento da subjetividade, igualando a todos e dificultando o avanço da personalidade individual.<sup>101</sup> Nesse contexto de desabrochar da intimidade, o desenvolvimento da autoconsciência

---

<sup>97</sup> Arendt, 2005, p. 48.

<sup>98</sup> Arendt, 2005, p. 48

<sup>99</sup> A descrição do homem moderno é feita por Arendt nos seguintes termos: “O indivíduo moderno e seus intermináveis conflitos, sua incapacidade de sentir-se à vontade na sociedade ou de viver completamente fora dela, seus estados de espírito em constante mutação e o radical subjetivismo de sua vida emocional nasceram dessa rebelião do coração” (Arendt, 2005, p. 49).

<sup>100</sup> Elias, 1994, p. 75.

<sup>101</sup> Elias, 1994, p. 75.

por meio da individualidade é o contrário da equalização proposta pela sociedade.

A importância do indivíduo moderno com sua subjetividade e intimidade pode ser observada com o florescimento da poesia e da música a partir de meados do século XVIII até quase o último terço do século XIX, acompanhado do surgimento do romance, assim como o declínio das artes públicas.<sup>102</sup>

O romance, ao contrário das artes públicas como o teatro, permite o contato direto e individual do leitor com a obra de arte. No modelo das artes públicas, o contato do público com a obra faz-se coletivamente, como nas platéias de concerto de música erudita e de teatro. Ainda, para a obra chegar até o público, é necessário um grupo de pessoas para intermediar essa relação, uma orquestra para tocar uma sinfonia ou um grupo de teatro para encenar uma peça.

No romance, seu autor comunica-se, sem intermediários necessários, com o público, o qual é composto, em cada leitura do livro, por um ser humano individual. Dessa forma, o público individualizado do romance, por não precisar reunir-se em platéia, pode escolher os melhores momento e lugar para a leitura. Portanto, o romance permite a subjetividade radical do homem moderno ter acesso à hora que lhe bem entender.

Além dessas características do romance, esse gênero literário torna possível que a intimidade do coração do autor e dos seus personagens relaciona-se com a subjetividade do leitor. Em verdade, o romance pode estabelecer um contato radical com o homem moderno que não é mais possível por meio das artes públicas tradicionais. Essa possibilidade de contato direto e profundo do autor do romance e seus personagens com o leitor é observada por Elias:

Podemos pensar no desenvolvimento do romance desde a segunda metade do século XIX. Nos textos em prosa dos séculos anteriores – e, certamente, não apenas nos textos *em prosa* –, o escritor mostrava-se predominantemente preocupado em dizer ao leitor o que as pessoas faziam, o que acontecia. Gradativamente, a atenção passou a se concentrar

---

<sup>102</sup> No que se refere ao surgimento do romance e das novas formas de expressão da poesia, ao declínio das artes públicas e à relevância da intimidade, assim se manifesta Habermas no tocante às suas consequências: “Modificam-se as relações entre autor, obra e público: tornam-se relacionamentos íntimos entre pessoas privadas; onde os interesses de ordem psicológica orientam-se para o “humano”, tanto para a introspecção quanto para a empatia mútua entre as pessoas privadas interessadas” (Habermas, 2003, p. 67).

não apenas na narração dos acontecimentos, mas em como as pessoas os vivenciam. Os autores descreviam uma paisagem, por exemplo, e ao mesmo tempo a chamada “paisagem interior”, no sentido mais estrito ou mais amplo do termo – *le paysage intérieur*. Descreviam encontros entre pessoas e, ao mesmo tempo, o “fluxo de consciência” delas ao se encontrarem.<sup>103</sup>

Há assim, no romance moderno, uma valorização da sinceridade dos sentimentos.<sup>104</sup> Nesses termos, o romance encontra grande acolhida no século XIX, pois realiza a intimidade de coração e o individualismo, questões fundamentais na Idade Moderna.

Ainda, para o pleno desenvolvimento da intimidade, as ações e as emoções que lhe correspondem devem ser vividas fora da esfera pública, não podendo ser vistas e ouvidas como os assuntos públicos. Conforme Arendt:

A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos; e, embora a intimidade de uma vida privada plenamente desenvolvida, tal como jamais se conheceu antes do surgimento da era moderna e do concomitante declínio da esfera pública, sempre intensifica e enriquece grandemente toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, esta intensificação sempre ocorre às custas da garantia da realidade do mundo e dos homens.<sup>105</sup>

A intimidade não pode ser trazida à tona da mesma forma que as questões públicas, pois seus assuntos e emoções são iluminados à meia-luz.<sup>106</sup> Não se quer dizer que todas as questões íntimas devam, necessariamente, ser escondidas de todos e somente vividas pelo indivíduo.

Em verdade, há gradações na forma de exposição pública da intimidade. Por exemplo, o amor, segundo Arendt, não pode ser trazido ao público sob pena de morrer ou extinguir-se. A amizade, por sua vez, pressupõe certa exposição pública para ser vivida.<sup>107</sup>

Nesse novo modelo societal desenvolvido a partir da Idade Moderna, em que o labor é a atividade por excelência que pauta a esfera social, as formas de excelência humana não são mais desenvolvidas pela esfera pública, e sim

---

<sup>103</sup> Elias, 1994, 87.

<sup>104</sup> Saldanha, 2005, p. 36.

<sup>105</sup> Arendt, 2005, p. 60.

<sup>106</sup> Arendt, 2005, p. 61.

<sup>107</sup> Arendt, 2005, p. 61.

pela intimidade,<sup>108</sup> principal fonte da nova esfera privada. Por meio da intimidade, a esfera privada possibilita o desenvolvimento da subjetividade que tenta escapar da padronização social. Assim, a vida privada deixa de ser caracterizada por um conjunto de privações, reconhecendo-a, de certa forma, como um pilar de libertação humana da estandardização.

A defesa e a promoção da vida privada moderna, a qual possui seu cerne na intimidade, constituem-se no principal conceito de liberdade cunhado a partir da Idade Moderna e que encontra enorme acolhida no mundo ocidental contemporâneo. Trata-se do conceito de liberdade negativa, sendo definida por Berlin como “a área em que um homem pode agir sem sofrer a obstrução de outros (...). Um homem não possui liberdade política, individual ou institucional, apenas se estiver sendo impedido de atingir uma determinada meta por outros seres humanos.”<sup>109</sup>

Tanto os liberais como os conservadores concordavam que uma parcela da vida privada moderna, que possuiu sua centralidade na intimidade, não pode ser afrontada pela estandardização social moderna, a qual é principalmente realizada pelo Estado e pautada no pensamento científico. Apesar de a maior parte dos pensadores políticos compreender a relevância da padronização de alguns deveres sociais e individuais pela ética moralista laica, já que um indivíduo sem limites impossibilitaria o desenvolvimento de um projeto social e estatal harmônico e adequado, há um mínimo da vida privada inviolável sob pena de os seres humanos não serem livres, e sim escravos.

No entanto, o conceito de liberdade negativa não impõe, necessariamente, a adoção do conceito de liberdade positiva, outro relevante aspecto da liberdade moderna, “que consiste em ser-se amo e senhor de si mesmo e (...) em não se ser impedido por outros homens de escolher o que quero (...).”<sup>110</sup> Essa definição propõe, principalmente, que os seres humanos sejam, eles mesmos, os governantes da sua sociedade política.

---

<sup>108</sup> Nesse sentido posiciona-se Habermas sobre a intimidade: “Esta (intimidade) é o local em que historicamente se origina a privacidade, no sentido moderno de uma interioridade livre e satisfeita. O sentido antigo de “privado” – o domínio onde reina a necessidade ditada pelas exigências de sobrevivência - está, ao mesmo tempo, ao que parece, em relação aos esforços e às relações de dependência do trabalho social, totalmente excluído do círculo íntimo da esfera privada, do lar” (Habermas, 2003, p. 43).

<sup>109</sup> Berlin, 1981, p. 136.

<sup>110</sup> Berlin, 1981, p. 142.



A liberdade positiva, por exemplo, está no bojo das lutas democráticas pelo fim do poder de governo ilimitado concedido aos reis absolutistas, porque é o povo que, fonte do poder político, deve governar. Também, nos processos de libertação nacional no período colonial ou imperialista, as “nações” colonizadas asseveram que os membros de sua etnia, e não os colonizadores externos, são os legítimos administradores do Estado. Ainda, através do conceito de liberdade positiva, certas classes, como os operários, por meio do pensamento marxista, reivindicam o poder político, já que são, na modernidade tradicional ocidental, a maior classe e, historicamente, o autogoverno do proletariado encontra-se determinado.

Importante observar que não se pode confundir a liberdade política, conforme desenvolvida na *polis* grega, considerada a verdadeira liberdade para Arendt, e a liberdade positiva. Na experiência grega, aqueles que eram cidadão construíam sua vida com o objetivo de forjar sua humanidade através da ação e do discurso. O ideal de liberdade positiva, apesar de em alguns momentos privilegiar a prática da ação e do discurso, não, necessariamente, utiliza-se destas atividades. Em verdade, nas democracias liberais, ainda que os cidadãos escolham seus representantes por meio da democracia representativa, os indivíduos nacionais, com exceção dos políticos profissionais e das pessoas engajadas, não concedem, em sua vida cotidiana, a devida importância à ação e ao discurso.

Nas democracias liberais, em que uma parcela substancial da vida privada é garantida, sendo vedada a sua injusta intromissão social, estatal e de outros indivíduos, assim como o povo, por meio dos seus representantes, constitui-se no detentor poder político, a liberdade negativa e a positiva “são um conjunto de conceitos que não se acham muito separados um do outro (...).”<sup>111</sup> No entanto, é possível que, por exemplo, em regimes democráticos, através da liberdade positiva, ocorra uma substancial afronta à vida privada dos cidadãos, violando, por exemplo, o direito de ser deixados a sós dos cidadãos.

Interessante observar que, nas democracias liberais, entende-se que a liberdade positiva (autogoverno) é limitada pela liberdade negativa, sob pena de ofensa à própria humanidade dos cidadãos. Em outras palavras, no

---

<sup>111</sup> Berlin, 1981, p. 142.

pensamento liberal e nas democracias liberais, em geral, a liberdade negativa prevalece no confronto com a positiva. Analisando a tradição liberal (Constant, Mill e Tocquville), Berlin assim define uma sociedade livre:

nenhuma sociedade é livre exceto se governada, de uma maneira ou de outra, por dois princípios interrelacionados: primeiro, que nenhum poder (mas apenas direitos) pode ser considerado absoluto, de forma que todos os homens, não importa o poder que os governe, tenham um direito absoluto de se recusarem a agir desumanamente; e, segundo, que há áreas limitadas, não traçadas artificialmente, onde os homens devem ser invioláveis (...).<sup>112</sup>

Dessa forma, as democracias liberais buscam conter o processo de padronização social promovido pelo Estado moderno, que pode muitas vezes ser levado a cabo um regime democrático que desconsidera a liberdade negativa, que se constitui na defesa do indivíduo e da vida privada. Os instrumentos principais nessa defesa são os direitos aptos a preservar a dita natureza humana (direitos naturais e humanos).

Por fim, nas características gerais da vida privada moderna, como bem demonstra Habermas, além dessa nova função da esfera privada pautada na intimidade, mantém-se a idéia de que na esfera privada encontra-se o dono da propriedade e da riqueza, assim como o pai de família, adquirindo essas questões matizes diferentes do período pré-moderno.

Apesar de o pai de família (chefe de família) ter perdido muitos dos seus poderes na organização do lar, os quais começaram a ser exercidos pelo Estado-nação - um dos mecanismos de atuação da esfera social -, e da relevância do seu papel como requisito para a vida política na *polis* - somente o chefe de família participava da política na Antiguidade em Atenas -, há ainda certa importância no exercício desse papel principalmente no desenvolvimento da organização do lar e no próprio advento do afeto nas relações familiares. Por outro lado, a propriedade privada e a riqueza, ainda que não sejam resguardadas em virtude de suas funções antigas - possibilitar aos seres humanos a prática da política -, tornaram-se ainda mais relevantes, já que foi construído todo um sistema social para a manutenção delas. Deve-se frisar que o local, por excelência, de gozo da propriedade privada e da riqueza é a esfera privada.

---

<sup>112</sup> Berlin, 1981, p. 165.

Dessa forma, nas palavras de Habermas:

O status de homem privado combina o papel de dono de mercadorias com o de pai de família, o de proprietário com o de “homem” simplesmente. A duplicação da esfera privada no nível mais elevado da esfera íntima (§6) oferece a base para uma identificação daqueles dois papéis sob o título comum do “privado”; nele também se baseia, em última instância, a compreensão política que a esfera pública burguesa tem de si mesma.<sup>113</sup>

Sendo assim, apesar de as democracias liberais utilizarem-se do argumento humanista de defesa da vida privada em razão da necessidade de garantir a intimidade dos seus cidadãos, não se deve esquecer que tutelar a vida privada é também preservar a propriedade privada, a riqueza e o desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Sem sombra de dúvidas, durante os períodos modernos e contemporâneos, as democracias liberais foram as que melhor defenderam a intimidade de seus cidadãos. De outro lado, não se pode esquecer que a garantia da intimidade não foi proposta apenas por fins humanitários, pois a defesa da vida privada, que modernamente possui seu centro na intimidade, também tutela a propriedade privada, a riqueza e as relações econômicas.

Devido à voracidade da esfera social na sua ânsia em conquistar novos espaços, tendo colonizado parte substancial das esferas pública e privada, pensa Arendt que a intimidade encontra-se ameaçada, pois não conseguirá resistir ao constante processo de padronização da esfera social.<sup>114</sup> No entanto, como será visto no segundo capítulo, a intimidade não foi destruída pela esfera social no período contemporâneo. Em verdade, apesar de incorporada pela esfera social, não foi extinta, e sim maximizada na sociedade de indivíduos contemporânea.

---

<sup>113</sup> Habermas, 2003, p.44.

<sup>114</sup> “No instante em que o labor foi liberado das restrições que lhe eram impostas pelo banimento à esfera privada – e essa emancipação do labor não foi consequência da emancipação da classe operária, mas a precedeu -, foi como se o elemento de crescimento inerente a toda a vida orgânica houvesse completamente superado e se sobreposto aos processos de perecimento através dos quais a vida orgânica é controlada e equilibrada na esfera doméstica da natureza. A esfera social, na qual o processo da vida estabeleceu o seu próprio domínio público, desencadeou um crescimento artificial, por assim dizer, do natural; e é contra esse crescimento artificial, por assim dizer, do natural; e é contra esse crescimento – não meramente contra a sociedade, mas contra uma esfera social em constante crescimento – que o privado e o íntimo, de um lado, e, de outro, o político (no sentido mais restrito da palavra) mostram-se incapazes de oferecer resistência” (Arendt, 2005, p. 56-57).

## 1.8 Isolamento e Desolação (Solidão): a Destruição da Vida Política e da Vida Privada

A possibilidade de destruição do agir e da construção política, assim como da vida privada contemporânea, que é pautada na intimidade, tornou-se nítida nos regimes totalitários. Para a compreensão dessas questões, é fundamental analisar as categorias do isolamento e da desolação (solidão) conforme apresentadas no livro “As Origens do Totalitarismo”, em especial no capítulo quarto, “Ideologia e Terror: Uma Nova Forma de Governo”, do terceiro livro, “Totalitarismo”.<sup>115</sup>

Conforme feliz síntese de Lafer:

o ‘isolamento’ (...) leva à impotência, frustrando a capacidade humana para a ação e o poder na esfera pública e (...) a ‘desolação’ (*loneliness*) (...) destrói a vida privada, exacerba o desenraizamento, impede o pensamento e reduz a condição humana exclusivamente ao metabolismo do *animal laborans*.<sup>116</sup>

O fenômeno do isolamento, apesar de não ser uma característica peculiar da forma de governo totalitária, já que também é vivida em governos tirânicos,<sup>117</sup> constitui parcialmente o ser do regime totalitário. Uma pessoa isolada é aquela que não possui outros seres humanos para agir em conjunto,

<sup>115</sup> O quarto capítulo designado de “Ideologia e Terror” substituiu as “Conclusões” da primeira edição do livro terceiro, “Totalitarismo”, que foram incorporadas aos demais capítulos. A questão sobre o isolamento e a desolação (solidão), fundamentais para a análise da destruição da vida política e da vida privada nos regimes totalitários, que eram originalmente tratadas nas “Conclusões”, com bem aponta Lafer – “Refiro-me ao que ela aponta nas conclusões do *The Origins of Totalitarianism* sobre o ‘isolamento’ (...) e sobre a ‘desolação’” (Lafer, 2003, p. 120) – são desenvolvidas, a partir da terceira edição, no quarto capítulo. Veja-se Arendt, 2000, p. 339-353.

<sup>116</sup> Lafer, 2003, p. 120.

<sup>117</sup> A tirania como forma de governo é definida como “um governo sem leis no qual o poder é exercido por um só homem. De um lado, o poder arbitrário, sem o freio das leis, exercido no interesse do governante e contra os interesses dos governados; e, de outro, o medo como princípio da ação, ou seja, o medo que o povo tem pelo governante e o medo do governante pelo povo (...)” (Arendt, 2000, p. 513). O governo tirânico possui como traço essencial a sua ilegalidade, pois os governos não-tirânicos agem dentro da legalidade, estabelecendo, por meio das normas postas, espaços para a ação e o discurso. Dessa forma, a tirania acaba com “as cercas da lei entre os homens (...) significa tirar dos homens os seus direitos e destruir a liberdade como realidade política viva; pois o espaço entre os homens, delimitado pelas leis, é o espaço vital da liberdade” (Arendt, 2000, p. 518).

impossibilitando a construção da liberdade política, pois “a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída.”<sup>118</sup>

Nas tiranias, ainda é possível que os seres humanos desenvolvam contatos na esfera privada, que é preservada, assim como permanecem, em grande parte, as capacidades de sentir, de inventar e de pensar. As atividades produtivas do homem são mantidas, estando o homem (*homo faber*) apto a desenvolver a construção de um mundo comum por meio do trabalho (fabricação).

Dessa forma, como a relação com o mundo comum não é absolutamente negada, a capacidade criativa permanece, já que é possível aos seres humanos “acrescentar algo de si mesmo ao mundo ao redor (...).”<sup>119</sup> Por existir um mundo comum, que une e separa as pessoas entre si, assim como em razão da garantia da vida privada, a faculdade do pensar é mantida.

O homem, em uma tirania, por meio do pensamento, pode suspender temporariamente a sua relação direta com o mundo e estabelecer o importante diálogo consigo mesmo, que é fundamental para um fazer e agir adequados e esclarecidos. Ainda, como a intimidade encontra-se substancialmente garantida, os seres humanos podem desenvolver seus sentimentos e buscar a construção de um modelo de vida privada em conformidade com seus anseios, definindo-os como pessoas particulares e especiais.

O fenômeno do isolamento foi substancialmente vivido na ditadura militar brasileira durante o período de 1964 a 1985, sendo a vida política absolutamente controlada pelos aparelhos estatais, reduzindo drasticamente a construção política por meio da ação e do discurso em especial a partir do Ato Institucional número cinco (AI-5), editado em 13 de dezembro de 1968. O AI-5, além de fechar o Congresso Nacional por prazo indeterminado, de cassar mandatos e de intervir no Poder Judiciário, afastando os ministros Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Victor Nunes Leal do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a realização de qualquer tipo de reunião pública e o “habeas corpus” em crimes políticos, também criou a censura prévia, que seria aplicada

---

<sup>118</sup> Arendt, 2000, p. 527.

<sup>119</sup> Arendt, 2000, p. 527.

às músicas e aos espetáculos. Nesse contexto, a política, desenvolvida pela ação e pelo discurso, não era mais apta a promover a liberdade política.

Apesar dessa intensa afronta aos direitos civis e políticos, a vida privada da maior parte dos brasileiros era garantida e tutelada pela ditadura brasileira desde que não afrontasse os interesses do governo militar. Não há dúvidas de que, se de um lado, a vida privada era garantida para a maior parte das pessoas que não ameaçavam o regime posto, por outro lado, os dissidentes políticos sofreram inúmeras afrontas à sua vida privada. Mesmo em suas casas e entre os seus amigos e parentes, os críticos ao regime militar tinham, constantemente, sua vida privada devassada, sua família e vida destruídas, sem falar na possibilidade de tortura e de morte por meio do próprio aparato estatal.<sup>120</sup>

No entanto, o totalitarismo, ao contrário das tiranias, como a desenvolvida pela ditadura militar no Brasil, elimina o cerne da vida privada dos cidadãos: a intimidade. Na desolação (solidão), o homem encontra-se absolutamente só, não conseguindo fazer-se companhia, sendo destruída as faculdades de pensar e de sentir.

É possível que uma pessoa só não se encontre desolada ou em estado de solidão, pois quem se encontra sozinho pode estar em companhia de si mesmo, já que é dotado da faculdade de pensar. Por outro lado, o desolado ou o solitário, mesmo que acompanhado de outras pessoas, não consegue fazer companhia a si mesmo. Dessa forma, a característica fundamental da solidão “é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está a sós, mas cuja identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos meus iguais.”<sup>121</sup>

Apenas a forma de dominação totalitária promove a desolação ou a solidão como mecanismo social a ser aplicado de forma universal. Em uma tirania, os seres humanos ainda desenvolvem as demais atividades da vida por meio do gozo de uma vida privada e a utilização das faculdades do pensar, do sentir e do criar, ainda que isolados. Mesmo tendo a liberdade política e a

---

<sup>120</sup> Sobre a vida privada dos brasileiros que se opunham à ditadura militar no Brasil, assim como a tentativa de restabelecer a construção política por meio da ação e do discurso, ver Almeida; Weis, 2006, p. 319-409.

<sup>121</sup> Arendt, 2000, p. 529. Saldanha apresenta outra visão da solidão, a qual se constitui na falta dos seus entes queridos, ou seja, parentes e grupo de amigos. Veja-se Saldanha, 2005, p. 61.

construção política negadas, os seres humanos exercem uma parte fundamental de atividades e de faculdades importantes.

Na condição totalitária, em que a liberdade política é negada, assim como toda forma de convívio libertário na esfera privada, não sendo possível, também, pensar, sentir ou criar, resta à massa totalitária pautar-se pela inumana e fria lógica dedutiva, ou seja, desenvolver conclusões a partir de premissas que aparentemente são evidenciadas como verdadeiras e, portanto, não são questionadas. Dessa forma, a solidão foi uma experiência que tornou possível os regimes totalitários:

O que prepara os homens para o domínio totalitário no mundo não totalitário é o fato de que a solidão, que já foi uma experiência fronteiriça, sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores. O impiedoso processo no qual o totalitarismo engolfa e organiza as massas parece uma fuga suicida dessa realidade.<sup>122</sup>

Os governos totalitários através do “raciocínio frio como o gelo” (nazismo) e de um processo dialético que nos “segura como um torno” (stalinismo) concederam aos sujeitos solitários um conjunto de premissas, tidas por verdadeiras e evidentes, que deveriam ser concretizadas a qualquer custo.<sup>123</sup> O nazismo, por acreditar que compreendia a lei da natureza, impôs a construção de um modelo de sociedade que deveria adiantar a extinção das raças inferiores e desenvolver um mundo “melhor” e em conformidade com a lei da natureza, prescrevendo que apenas as raças superiores irão prevalecer, sendo essa sua grande premissa.

De outro lado, o stalinismo, ao acreditar que a classe proletária estava destinada a ser o último ator social e histórico relevante, colocava como

---

<sup>122</sup> Arendt, 2000, p. 530.

<sup>123</sup> Tanto o stalinismo como o nazismo podem ser descritos como ideologias, ou seja, “pressupõem sempre que uma idéia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica” (Arendt, 2000, p. 522). Dessa forma, a partir de premissas que acreditam serem verdadeiras e evidentes, os governos totalitários podem desenvolver as maiores atrocidades, alegando o estrito seguimento do pensamento lógico: “a ‘classe agonizante’ consistia em pessoas condenadas à morte; as raças ‘indignas de viver’ eram pessoas que iam ser exterminadas. Quem concordasse com a existência de ‘classes agonizantes’ e não chegasse à consequência de matar os seus membros, ou com o fato de que o direito de viver tinha algo a ver com a raça e não deduzisse que era necessário matar as ‘raças incapazes’, evidentemente era ou estúpido ou covarde. Essa lógica persuasiva como guia da ação impregna toda a estrutura dos movimentos e governos totalitários” (Arendt, 2000, p. 524).

premissa de seu raciocínio a necessidade de construção de um sistema social que, a qualquer custo, eliminasse tudo e todos que pudessem afrontar essa lei da história.

Quando, a partir de um conjunto de idéias, tudo é possível, ainda que afrontando qualquer possibilidade razoável e em confronto com a realidade, o domínio total foi efetivado através dos governos totalitários. Esse período nefasto da humanidade mostrou-nos a importância da vida política, desenvolvida através da ação e do discurso por meio da liberdade política. Também, o nazismo e o stalinismo tornaram patente, ao negar a vida privada contemporânea, a relevância da intimidade e da liberdade interior.

Nesse momento de negação da vida política e da vida privada, pautada na liberdade interior e na intimidade, o ser humano foi reduzido a um simples *animal laborans*, não podendo construir sua imortalidade e uma subjetividade libertária. Contemporaneamente, apesar de a intimidade ser afrontada em certas circunstâncias e momentos, é equivocado afirmar que nosso modelo de sociedade contemporânea tende a abolir a importância da intimidade e da vida privada. Ocorre exatamente o contrário, já que as questões íntimas e privadas invadem todos os aspectos da vida atual.

Na sociedade contemporânea, “o interesse pela vida privada sobrepõe-se, de longe, a qualquer preocupação com a vida pública. Meu salário; meu emprego; minha família; meu sexo; meu sentimento, *mon petit bonheur*, enfim, é o que importa.”<sup>124</sup> A vida íntima, nesse contexto, entendida como aquela que os seres humanos podem desenvolver aspectos essenciais da sua individualidade, no que se refere à estilização de preferências ou inclinações, é muito valorizada no tempo presente.

Dessa forma, não há dúvidas de que o “risco de uma sociedade totalitária, que leve o interesse coletivo a esmagar ou controlar, de modo paranóico, a intimidade amorosa, atualmente, me parece mínimo.”<sup>125</sup> A compreensão de como a intimidade e a vida privada constituem-se nos valores e práticas bastante difundidas pelo nosso modelo social, assim como as consequências dessa grande ênfase à personalização e à individualização, é o objeto de estudo do segundo capítulo.

---

<sup>124</sup> Costa, 1999, p. 96.

<sup>125</sup> Costa, 1999, p. 140.



## **2. PRIVATIZAÇÃO E PERSONALIZAÇÃO DA VIDA: O DOMÍNIO DA INTIMIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

### **2.1. Questões Preliminares**

No primeiro capítulo, as características gerais dos fenômenos público e privado foram apresentadas. Nessa reconstrução histórica do público e do privado, fundamental na compreensão da vida privada moderna e de seus paradoxos, observa-se o surgimento do fenômeno da intimidade na Idade Moderna em razão da padronização realizada pela esfera social.

Este capítulo tem como escopo verticalizar os aspectos gerais da intimidade e da vida privada traçados no capítulo anterior, com o intuito de aprofundar a compreensão sobre o assunto. Como não poderia ser diferente, já que a intimidade e a vida privada, assim como a esfera pública, são construções históricas e humanas, dar-se-á lugar privilegiado à história das idéias e à história da vida cotidiana.

A questão do moralismo e, conseqüentemente, a sua relação com a padronização social tratam-se de duas questões fundamentais da modernidade tradicional ocidental. Ao analisar a vida privada moderna, o tema da estandardização das subjetividades, com o intuito de conter um individualismo sem limites, prejudicial à sociedade e ao próprio indivíduo, é constantemente repisado pelos estudiosos do tema, apontando-se o moralismo como o principal mecanismo regulador.

No entanto, o moralismo, apesar de em parte possuir um argumento razoável para sua atuação – a construção de uma sociedade e de um indivíduo adequados e equilibrados –, promoveu uma intensa opressão contra os seres humanos, em especial às mulheres, aos filhos, aos proletários e aos pobres em geral. Assim, surge a intimidade, constituindo-se em um refúgio contra essa padronização.

Esse é um fenômeno complexo que, se não for analisado com argúcia e minúcia, leva os estudiosos do tema e as pessoas em geral a paradoxos,

aparentemente sem soluções, ou a leituras absolutamente desconectadas do contexto social. Cita-se um exemplo.

Muitas ações, como os projetos arquitetônicos, de urbanização e de saneamento de algumas cidades no final do século XIX e no começo do século XX, conforme será visto neste capítulo com a análise desse processo na cidade do Rio de Janeiro, promoveram, ao mesmo tempo, a padronização social moralista moderna e o seu oposto, ou seja, o modelo de vida privada pautado na intimidade.

Assim, não se podem fazer leituras simplistas, as quais asseveram que as referidas transformações foram somente progressistas, pois ajudaram, por exemplo, na introdução de quartos individuais e na construção de um sistema de higiene que relaciona intimamente o ser humano com seu corpo, ou apenas opressoras, já que sistematicamente oprimiram os pobres que residiam nas grandes cidades. Essas leituras em nada ajudam na construção de uma análise que possui como finalidade reescrever, na melhor medida possível, os paradoxos da intimidade, da vida privada e da vida cotidiana, além da relação do moralismo e da liberdade com essas facetas do humano.

Sendo assim, este capítulo desembocará na importante discussão acerca do fim do moralismo e da ampliação da intimidade no Século XX. A principal função deste capítulo é a compreensão do fenômeno moderno e contemporâneo da intimidade, da vida privada e da vida cotidiana.

Trata-se, dessa forma, de uma releitura da sociedade moderna e contemporânea (hipermoderna), a fim de, com ênfase no aspecto descritivo, fornecer linhas de leituras importantes para o assunto. Ainda, a partir da análise descritiva, observa-se que a intimidade e a vida privada contemporâneas, apesar das suas facetas libertárias e progressistas em alguns aspectos e práticas, também desenvolvem, de certa forma, características individuais e sociais negativas e opressoras.

Após a constatação da existência de aspectos individual e socialmente negativos, a pergunta normalmente a ser feita é: o que alterar e como modificar os aspectos opressores da intimidade, da vida privada e da vida contemporânea? Sobre essa questão cabem algumas considerações.

A principal resposta a essa questão passa pela discussão sobre a liberdade, o que será feito ao final deste capítulo. De outro lado, deve-se deixar

claro que este trabalho não procura, como objetivo principal de sua preocupação, solucionar esse problema. Duas são as razões.

Em primeiro lugar, este trabalho propõe-se a reescrever analítico-descriptivamente a intimidade e a vida privada, pois acredita que uma leitura mais profunda desse fenômeno pode auxiliar a discussão sobre a temática e, posteriormente a sua realização, é possível construir propostas de soluções mais sólidas e factíveis para o aspecto negativo da intimidade e da vida privada contemporâneas. Ainda, o desenvolvimento de uma resposta factível e profunda a esta pergunta, em razão do atual estado da arte contemporânea sobre o assunto e, em especial, em virtude das dificuldades e dos obstáculos sociais e individuais, ainda não pode ser esboçado adequadamente.

## **2.2. Modernidade e Sociedade Moralista: Ética do Dever**

A modernidade é marcada pela valorização e pelo desenvolvimento do individualismo. Até o advento da modernidade, os seres humanos eram valorizados em conformidade com o papel que desempenhavam na comunidade e em razão do grupo específico que pertenciam. No entanto, a partir da Idade Moderna, as pessoas, apenas por pertencerem à espécie humana, são dotadas de direitos e deveres inerentes à dita natureza humana.

A ênfase concedida ao individualismo pode ser vista através de alguns elementos fundamentais de filosofia do direito e de filosofia política. É nítida a idéia individualista na construção da categoria dos direitos naturais no jusnaturalismo moderno (jusracionalismo).

Os seres humanos, assim que nascem, são dotados de direitos inerentes à sua humanidade, sendo esses direitos essenciais para o desenvolvimento da vida biológica, política e econômica dos seres humanos. Assim, para que o indivíduo possa desenvolver a sua história pessoal de maneira adequada, é essencial a garantia do direito à vida, à igualdade e à liberdade, além da proteção à propriedade privada, que era considerada essencial para a manutenção da vida por alguns jusnaturalistas modernos como Locke.

Nesse contexto, a burguesia emergente postula que o direito positivo – direito posto em determinada comunidade, em certo tempo histórico, por agentes históricos reais e de acordo com um procedimento específico – promova, garanta e efetive os direitos naturais. O povo, comandado pela burguesia emergente, começa a exigir que os direitos naturais sejam concretizados pelos monarcas da época.

Deve-se atentar que a dicotomia entre direito natural e direito positivo é antiga,<sup>126</sup> no entanto a idéia de direito natural, nas escolas jusnaturalistas anteriores, não se encontrava relacionada diretamente à promoção do individualismo. No jusnaturalismo antigo (jusnaturalismo cosmológico), o direito natural era a ordem natural das coisas, cosmo, o qual organiza tanto a vida dos seres vivos como os entes inanimados.

Durante o jusnaturalismo medieval (jusnaturalismo teocêntrico), além da diferença entre direito natural e direito positivo, ganhou força a idéia de direito eterno (lei eterna), que era a vontade e a razão divinas. Dessa sorte, o direito natural era uma parte do direito eterno compreendido pelos seres humanos, sendo este perfeito e justo, pois foi Deus que criou o céu e a terra, além de ter feito o homem.

Com o advento do jusnaturalismo moderno, a fonte de legitimidade do direito natural não é mais a natureza cosmológica ou a divina, e sim a natureza humana. De acordo com Ludwig, ocorreu:

um constante processo de autonomia do sujeito, na medida em que passou à condição de fundamento, ponto de partida e limite de tudo. Afirma-se a autonomia da Razão, não mais subordinada à ordem cósmica, nem à ordem sobrenatural.<sup>127</sup>

Sendo assim, na modernidade, o direito positivo é considerado adequado e justo apenas na medida em que concretiza os direitos naturais, os quais são inerentes ao ser humano e conhecidos racionalmente, promovendo uma vida adequada e a concretização da idéia de indivíduo.

A segunda categoria filosófica que deixa clara a importância do indivíduo é o conceito de contrato social. Nesse momento histórico, a legitimação da comunidade política não é mais pensada por meio da filosofia aristotélica, que concede importância ao desenvolvimento histórico das

<sup>126</sup> Sobre o jusnaturalismo, veja-se Ludwig, 2006, p. 79-92 e Lyra Filho, 2006, p. 39-44.

<sup>127</sup> Ludwig, 2006, p.84.

comunidades até a formação de grupos maiores, como o Estado. Em verdade, na modernidade, a legitimação do Estado é produto de um contrato social, que é celebrado pelos indivíduos no estado de natureza.

A Idade Moderna cria um mecanismo de legitimação do Estado Moderno absolutamente individualista. No estado de natureza, devido à existência de problemas individuais, os seres humanos reúnem-se e resolvem pactuar a criação da sociedade civil e do Estado. Assim, por meio do contrato social, concede-se à vontade dos indivíduos a legitimação para a atuação de um ente supra-individual com o objetivo de resolver os problemas que os indivíduos, isoladamente, não estavam aptos a solucionar.

O contrato social<sup>128</sup> deixa claro sua característica individualista, em primeiro lugar, por ser realizado pela forma padrão que os indivíduos criam direitos e deveres entre si. A idéia de contrato pressupõe que, por meio da autonomia privada, os seres humanos podem alterar suas vidas e patrimônios. Esse instrumento individualista é trazido para o campo político para validar os governos que seguiam o contrato social estabelecido.

Dessa forma, “O ponto de chegada (a sociedade civil) é o momento em que os indivíduos isolados e não associados, e que se comportam segundo suas paixões, instintos e interesses, passam a viver em união, numa vida conforme a razão”,<sup>129</sup> que está devidamente atenta aos seus interesses individualistas. Assim, até o Estado Moderno somente encontra sua fonte de legitimidade na medida em que promove a individualidade. Essa questão fica ainda mais patente com o advento das revoluções burguesas e da efetivação dos direitos naturais por meio dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

A categoria dos direitos humanos, terceira categoria individualista essencial na modernidade tradicional, não menos relevante na sociedade contemporânea, foi desenvolvida devido à necessidade de positivação dos direitos naturais. Como muitos Estados descumpriam os direitos naturais – igualdade, liberdade, vida e propriedade - e, na modalidade contratualista

---

<sup>128</sup> Sobre a idéia de contrato social e no que se refere aos contratualistas modernos, veja-se Bobbio, 1996, p. 61-74.

<sup>129</sup> Ludwig, 2006, p. 89.

lockeneana,<sup>130</sup> a sociedade política possui a função de garantir e efetivar esses direitos, foram realizadas revoluções burguesas com o intuito de promover os direitos naturais através da sua não violação pelo Estado e da sua defesa quando outros particulares afrontassem os direitos de outrem.

A Declaração Universal do Homem e do Cidadão é taxativa nesse sentido no seu artigo 16, pois somente há Estado legítimo quando existe separação dos poderes e garantia dos direitos naturais. Em verdade, os direitos humanos nada mais são do que os direitos naturais concretizados pelos Estados nacionais, sendo os governos legítimos e constitucionais na medida em que defendem os direitos humanos (naturais). Esses três elementos do indivíduo alteraram substancialmente o modelo social vigente, pois:

O novo regime político já não é só o governo da lei, em oposição ao governo dos homens, celebrado por Aristóteles, mas sim o governo conjunto dos homens e das leis: dos homens, que fazem as leis, e das leis, que encontram seu limite em direitos preexistentes dos indivíduos, que não podem prevaricar (...).<sup>131</sup>

Sendo assim, após o desenvolvimento e a concretização dessas três importantes categorias, pode-se afirmar que a figura do indivíduo, por meio dos seus direitos inalienáveis, reina soberana. Nesse processo histórico, político e filosófico, foi desenvolvida uma forma particular de ética, a dos direitos humanos, podendo esse fenômeno ser assim descrito:

a proclamação dos direitos humanos não se reduz a uma ética pura – porquanto seu papel consiste em enunciar a matriz de ordenamento do novo pacto social –, mas nem por isso seu significativo ético é menos saliente. As idéias de soberania individual e de igualdade civil, parte constitutiva da civilização democrática-individualista, exprimem os “princípios

<sup>130</sup> Locke possui uma concepção otimista sobre a natureza humana ao contrário de Hobbes, que pensa que o ser humano, no estado de natureza, por inexistir um ente supra-individual, concretiza de forma tirânica suas paixões, afrontando os interesses de outros indivíduos. Assim, para este pensador, surge o Estado com o objetivo de trazer ordem e paz social. Dessa forma, “o Estado tem o poder ilimitado sobre os cidadãos, para conter as forças destrutivas destes” (Kaufmann, 2002, p. 87). De outro lado, Locke acredita que no estado de natureza há problemas devido à inexistência de um ente supra-individual para resolver os conflitos entre os seres humanos, criando-se o Estado apenas com o intuito de resolver os litígios e efetivar os direitos naturais. Dessa maneira, “a sociedade resulta de uma reunião de indivíduos, visando garantir suas vidas, sua liberdade e sua propriedade, ou seja, aquilo que pertence a cada um. É em nome dos direitos naturais do homem que o contrato social entre os indivíduos que cria a sociedade é realizado, e o governo deve portanto comprometer-se com a preservação destes direitos” (Marcondes, 2005, p. 199).

<sup>131</sup> Bobbio, 2003a, p. 198.

básicos e inquestionáveis da razão moral e do direito natural que não podem ser ab-rogados por nenhuma lei humana. São “verdades evidentes por si”, e simbolizam o novo valor absoluto dos tempos modernos: o indivíduo humano.<sup>132</sup>

Na modernidade, o objetivo é o desenvolvimento integral do ser humano, e não mais a efetivação da ordem natural das coisas (cosmo) ou a vontade divina. Dessa sorte, a busca por liberdade e felicidade é especialmente exacerbada, deixando o prazer de ser visto através da idéia de miséria humana.

No entanto, apesar da enorme importância concedida ao individualismo, à felicidade, à liberdade e aos prazeres, a ética moderna tradicional não promoveu padrões morais libertinos ou aboliu a existência de deveres sociais rígidos que buscavam certa padronização das atitudes individuais. Pelo contrário, a ética moderna tradicional construiu um conjunto substancial de deveres que tinham por objetivo, exatamente, evitar a completa hedonização da vida e a supressão dos deveres morais.

A corrente ética moderna que se sagrou vencedora, sendo dominante (hegemônica) em um primeiro momento na modernidade, postulou a criação de barreiras morais para evitar o desenvolvimento de uma subjetividade sem limites ou de um individualismo absolutamente egoísta. Dessa forma:

Se, de um lado, é certo que as sociedades modernas tiveram sua base de apoio nos direitos soberanos do indivíduo, é também inegável que, ao mesmo tempo, sublinhavam a sujeição incondicional ao dever, a transparência da virtude, a necessidade de nos esforçarmos para transcender o círculo imediato aos meros interesses individuais.<sup>133</sup>

No momento em que o ser humano via-se, de fato, como centro de todas as coisas e, por meio dos seus direitos humanos, podia guiar sua vida da forma que melhor aprouvesse-lhe, buscando prazeres materiais e físicos, não é possível afirmar que a figura do individualismo absolutamente egoísta e hedonista prevaleceu, em verdade, devido a questões sociais e econômicas, foi a figura do individualismo moralista vencedora no primeiro modelo individualista da modernidade.<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 2.

<sup>133</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 4.

<sup>134</sup> Pode-se observar que o individualismo absolutamente hedonista e egoísta não se sagrou vencedor, pois, apesar de a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ser uma vitória

Em primeiro lugar, economicamente, não houve, no começo da modernidade, a defesa completa do egoísmo e do hedonismo individual. Em verdade, por meio da economia política, de certa forma, buscava-se padronizar os anseios e as condutas dos cidadãos, a fim de efetivar as necessidades, principalmente as vitais, assim como possibilitar que o mercado compreenda a dinâmica social e possa colocar em circulação produtos e serviços para atender os desejos e as necessidades humanas.

No que se refere ao consumo promovido pelo mercado capitalista até 1880, a maior parte das mercadorias eram vendidas a granel, sem a “personalização” dos produtos por meio das marcas e a publicidade sobre os produtos era praticamente inexistente. Apesar de se construir um modelo de sociedade que deveria promover os interesses e os desejos dos indivíduos, o surgimento de um indivíduo hedonista através do consumo não se manifestou intensamente até o capitalismo industrial.

A partir de 1880 até 1950, é desenvolvida a primeira forma de sociedade de consumo, na qual os indivíduos por meio de marcas e de propagandas são estimulados a consumirem um conjunto substancial de produtos. Nesse período:

as técnicas de fabricação com processo contínuo permitiram produzir em enormes séries mercadorias padronizadas que, embaladas em pequenas quantidades e com nome de marca, puderam ser distribuídas em escala nacional, a preço muito baixo.<sup>135</sup>

---

do indivíduo, esta só foi efetivada cronologicamente de forma bastante lenta: “A Declaração dos Direitos do Homem marca, segundo Louis Dumont, o triunfo do indivíduo. Mas, no século XIX, este permanece como uma categoria abstrata, ainda mal definida. O cidadão conquista lentamente a plenitude de seus poderes. Estabelecido de uma vez por todas em 1848, o sufrágio universal é exclusivamente masculino. O segredo do voto não é garantido até 1913” (Corbin, 1997, p. 415). Ainda, no que se refere à França, a inviolabilidade do domicílio é efetivada em 1792 e a impossibilidade de perquirições noturnas, em 1795. O homossexualismo, mesmo não sendo mais um delito, é severamente repreendido pela ética laica moralista. Sobre o controle das cartas pelo Estado, este apenas renunciou a esse direito na Terceira República. No entanto, os pais podem supervisionar as cartas de seus filhos, assim como os internos e os detidos podem ter suas correspondências lidas pelos diretores do estabelecimento educacional ou prisional. Em relação ao avanço histórico de valorização do individualismo hedonista, veja-se Corbin, 1997, p. 415-417. Ainda, no artigo “Dois Conceitos de Liberdade”, Berlin consegue demonstrar como o próprio liberalismo, que a princípio defendia com grande ênfase à autonomia individual e à vida privada, passou a tolerar e até mesmo prescrever certa padronização através do moralismo, que julgavam ser importante no desenvolvimento do caráter dos seres humanos para, posteriormente, poderem gozar da liberdade negativa – não intromissão do Estado na vida privada. Veja-se Berlin, 1981, p. 133-175.

<sup>135</sup> Lipovetsky, 2007, p. 27.



Essa primeira fase da sociedade de consumo no Brasil ocorreu em especial a partir da década de 30 do século passado, período a partir do qual foi desenvolvida “uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos.”<sup>136</sup>

Ainda, outra característica na fase I da sociedade de consumo, em razão do avanço tecnológico nos transportes e na comunicação, foi o escoamento regular de mercadorias, que possibilitou um consumo periódico dos produtos.

Apesar de os produtos não serem mais vendidos a granel e possuírem marcas, além de a propaganda ter crescido substancialmente, postulava-se uma forma de consumo ainda bastante racional, que evita endividamentos excessivos e que promove um modelo de consumo pautado na prévia economia para posterior gasto. Por outro lado, mesmo com o advento das marcas, a padronização no consumo é reinante, sendo impossível atender, de maneira personalizada, por meio do consumo, os desejos e anseios dos indivíduos. Deve-se pontuar, também, que essa forma de consumo limitada e padronizada permaneceu restrita à elite econômica, passando ao largo da grande massa populacional.<sup>137</sup>

Sendo assim, não há um indivíduo absolutamente egoísta, pois uma sociedade hedonista provocaria intensa imprevisibilidade, que, na visão do pensamento econômico à época, dificultaria a construção de uma sociedade capitalista e o desenvolvimento de um mercado adequado. Não se deve esquecer que um sujeito sem limites pode colocar em dúvida a própria função das práticas padrões e padronizantes do Estado e do mercado, dificultando substancialmente o fluxo de mercadorias e de serviços.

De outro lado, é preciso observar que as correntes críticas ao liberalismo como o republicanismo rousseauiano tiveram um grande peso no desenvolvimento de uma ética moderna laica moralista, apesar de o seu

---

<sup>136</sup> Mello; Novais, 2006, p. 562.

<sup>137</sup> Alguns dados deixam claros como o consumo de equipamentos modernos encontrava-se circunscrito a uma pequena parte da população: “Nos Estados Unidos, em 1929, contam-se dezenove automóveis para cem habitantes, e na França e na Grã-Bretanha dois para cem habitantes. Em 1932, há nos Estados Unidos 740 aspiradores, 1580 ferros de passar e 180 fornos elétricos para 10 mil pessoas contra respectivamente, na França, 120, 850, oito. Na França, o uso dos aparelhos eletrodomésticos permaneceu muito tempo associado ao luxo: ainda em 1954, apenas 7% dos lares estão equipados com um refrigerador. A fase I criou um consumo de massa inacabado, com predominância burguesa” (Lipovetsky, 2007, p. 28-29).

projeto social ter sido implementado apenas subsidiariamente devido à hegemonia do liberalismo político e econômico. Críticos à idéia de que o Estado deve pautar suas condutas principalmente com base no princípio da pequena intervenção na vida dos particulares, os republicanos propõem o civismo.

Por meio da idéia de civismo é prescrito que a função da sociedade política não é, primordialmente, respeitar a esfera particular da vida das pessoas. Em verdade, os republicanos propõem que uma sociedade adequada somente pode ser pautada na construção coletiva de seus membros objetivando a efetivação do bem comum. No entanto, o bem comum só é factível quando os cidadãos seguem um conjunto rígido e extenso de deveres morais.<sup>138</sup>

No início da modernidade tradicional, com o intuito de concretizar um individualismo saudável, ocorreu uma substancial valorização de um modelo ético moralista, que superaria o moralismo místico divino<sup>139</sup> e a ética do individualismo hedonista e egoísta. Assim, “a exigência ética suplantou a adoração mística, os deveres para com os homens passaram à frente dos deveres para com Deus”,<sup>140</sup> tudo com o intuito de construir um modelo de sociedade individualista que, com base na padronização moralista, fosse apta a desenvolver uma forma de convívio harmônico entre os cidadãos e o modelo de mercado capitalista existente à época.

A ética laica do dever, pautada substancialmente no discurso científico tanto das ciências naturais como das emergentes ciências sociais, foi a

---

<sup>138</sup> Rousseau propõe que, em uma sociedade republicana, deve-se promover a vontade geral, que conseguiria concretizar o bem comum. No entanto, só é possível efetivar o bem comum, superando os desejos individuais e egoísticos, quando os indivíduos agirem como cidadãos comprometidos com os deveres cívicos, sendo esses deveres ensinados aos indivíduos para transformarem-se em cidadãos. Veja-se Marcondes, 2005, p. 200-201. A proposta rousseauiana não se sagrou vencedora na modernidade tradicional. Apesar de ter sido muito importante no início da Revolução Francesa, foi posteriormente superada pelo liberalismo político e econômico, que concedem substancial importância aos interesses privados e individuais. No que se refere à Revolução Francesa, ao moralismo revolucionário e ao republicanismo, veja-se Hunt, 1997, p. 21-51, já sobre a vitória do liberalismo político e econômico e a família liberal, veja-se Perrot, 1997a, p. 93-103, e Perrot, 1997b, p. 105-119.

<sup>139</sup> Até o desenvolvimento da ética laica do dever, no ocidente prevalecia a estrita ligação entre religião e ética. Nessa forma ética, a principal maneira de fazer os homens seguirem as prescrições morais era o temor a Deus, sendo a ética moderna “uma tentativa – ou melhor, uma série de tentativas – de estabelecer uma ética objetiva, racional ou empírica, ou ao mesmo tempo racional e empírica, ao fim e ao cabo, laica” (Bobbio, 2003b, p. 183). Sobre a ética laica e a ética religiosa, veja-se Bobbio, 2003b, p. 179-191.

<sup>140</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 12.

principal forma desenhada na modernidade para conter o individualismo absolutamente hedonista e egoísta. No momento em que o individualismo é bastante valorizado, o discurso religioso cai substancialmente em descrédito.

Por outro lado, apesar de a ética laica do dever ser a principal forma de padronização das condutas dos seres humanos, sendo imperioso aos indivíduos seguirem um conjunto substancial de deveres morais, não é possível esquecer-se do papel do moralismo religioso, em especial do cristão, no desenvolvimento de barreiras ao individualismo absolutamente hedonista e egoísta. Esse papel da ética cristã do dever é ainda maior no Brasil devido à intensa relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro, tendo sido a religião católica a oficial do Estado brasileiro até o advento da República.<sup>141</sup> Não há dúvidas de que a ética cristã do dever, em razão da cientificização do conhecimento e da relevância do individualismo, perdeu parte substancial da sua força, sendo, a partir de então, sempre que possível, fundamental aliar-se à ética laica do dever, a fim de promover os seus objetivos.

Esse individualismo moralista, que prescreve a obediência aos deveres morais da ética laica do dever e, subsidiariamente, aos da ética cristã do dever, buscou, por exemplo, tornar minoritária ou extinguir um tipo de individualismo absolutamente individualista como o proposto nos romances do Marquês de Sade. Sade, aristocrata francês que, apesar de não ter sido assassinado durante a Revolução Francesa, pela sua imoralidade e loucura, permaneceu internado ou preso grande parte da sua vida adulta, escreveu livros que são a narrativa de um projeto de indivíduo sem limites.

Nos romances de Sade, liberdade significa poder gozar sem limites mesmo que os desejos dos indivíduos afrontem física e psicologicamente outras pessoas, causando até a morte destas. Esse indivíduo sem limites sadeano não possui qualquer outro compromisso do que o com seus instintos, vontades e desejos, inexistindo um projeto social que possibilitasse o desenvolvimento harmônico da vida em sociedade.<sup>142</sup>

---

<sup>141</sup> Acerca da relevância do moralismo católico no Brasil, no período em que já era predominante na Europa e implementava-se no Brasil a ética laica do dever, veja-se Mello; Novais, 2006, p. 609-615.

<sup>142</sup> Sobre o individualismo absolutamente hedonista e egoísta e a obra de Sade, veja-se Hunt, 1997, p. 44-51.

Por fim, deve-se deixar bem claro que o moralismo posto pela corrente hegemônica da modernidade tradicional não era contrário ao individualismo, apenas procurava estabelecer obstáculos para que os indivíduos, na busca de seus interesses e prazeres, não inviabilizassem a construção de um projeto social e do mercado capitalista. Os deveres morais públicos e privados eram aceitos porque se acreditava que somente pela defesa de certos valores e princípios poder-se-ia garantir um modelo de individualidade adequado, edificando uma vida individual e familiar diversa do “inferno” sadeano.

### **2.3. A Sociedade Moralista Moderna e o seu Caráter Opressivo**

Apesar de a sociedade moralista moderna procurar corretamente colocar limites ao sujeito absolutamente hedonista e egoísta, a fim de tentar construir um projeto de sociabilidade adequado, a ética moralista laica não promoveu hegemonicamente um modelo emancipador da sociedade e do indivíduo. Ainda que tenha superado o misticismo imoderado do período medieval e buscado construir um projeto social baseado na promoção do ser humano, a ética laica do dever causou uma substancial padronização seguida de opressão social. Sendo assim:

Até data bastante recente, a lógica da vida política, produtiva, moral, escolar, protecionista consistia em imergir o indivíduo nas regras uniformes, em eliminar o máximo possível as formas de preferências e expressões singulares, em afogar as particularidades idiossincráticas numa lei homogênea e universal que fosse a “vontade geral”, as convenções sociais, o imperativo moral, os regulamentos fixos e padronizados, a submissão e a abnegação (...).<sup>143</sup>

Dessa forma, de um lado, a constante uniformização da ética moralista laica foi um elemento fundamental para o desenvolvimento da esfera social e para a constante estandardização da vida, promovendo um modelo político que busca essencialmente a manutenção e o desenvolvimento do processo vital dos seres humanos, causando um esvaziamento da política como produção da imortalidade, conforme visto no capítulo um. Como consequência

---

<sup>143</sup> Lipovetsky, 2006, p. XVII.

dessa padronização, surge a intimidade como esfera espiritual que permite ao ser humano desenvolver a sua individualidade e construir de forma única sua vida e suas relações mais calorosas com outros indivíduos e consigo mesmo.

Por outro lado, a ética do dever moderna produziu um intenso processo de discriminação de grupos, classes, gênero e idade. Essas formas de opressão são o objeto de análise desta seção, que demonstrará como a ética do dever moderna, ao tentar colocar limites ao sujeito absolutamente hedonista e egoísta, produziu uma substancial tirania, principalmente na vida cotidiana e privada.

No que se refere à sexualidade, ela “elucida facilmente essa preeminência da cultura do dever”,<sup>144</sup> assim como as opressões desenvolvidas em seu nome. Com o advento de Estados laicos e a valorização da ciência na compreensão das questões sexuais, todas as formas de sexualidade que extrapolassem o limite da cópula normal eram reprovadas e caracterizadas como desvios libidinosos indesejáveis para os padrões moralistas.

Devemos pontuar que, nas questões relativas à sexualidade, a análise científica produzida pela modernidade, ainda que por meio de outros princípios, deu seqüência à idéia moralizadora desenvolvida anteriormente por pensadores romanos na antiguidade<sup>145</sup> e pela Igreja Católica no período medieval. Essa questão torna-se clara no estudo do modelo de sexualidade e nos deveres propostos pelos médicos sanitaristas no século XIX:

os sanitaristas do século XIX alertaram os cônjuges sobre as “posturas ilegítimas”, que poderiam construir um risco de provocar esterilidade ou aborto. Condenaram a felação, o coito anal e a masturbação recíproca, rotulada de “serviço ignóbil”; incentivaram o comedimento nos passatempos amorosos; em nome da “higiene sexual”, condenaram a excessiva frequência de relações, bem como a prática do ato sexual após os cinquenta ou sessenta anos.<sup>146</sup>

Ainda, mesmo que por meio da medicalização sexual tenha-se dado uma maior atenção ao prazer feminino, essa relativa importância não caminhava no sentido de efetivar certa liberalização sexual para a mulher. Em

---

<sup>144</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 16.

<sup>145</sup> Sobre o comedimento na busca do prazer sexual na antiguidade romana, veja-se Brown, 2002, p. 232-234. Ainda, sobre a manutenção dos ideais sexuais romanos na modernidade tradicional, veja-se Perrot, 1997b, p. 114-116.

<sup>146</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 16-17.

verdade, objetivava formular um mecanismo que a dissuadisse da prática do adultério.

Sendo assim, apesar de utilizarem princípios científicos pautados na análise empírica e teórica, as prescrições da ética laica não se dissociaram substancialmente do moralismo anterior, principalmente o proposto pela doutrina católica. Ainda, nas sociedades modernas tradicionais, “Embora seja verdade que os modernos restituíram a prerrogativa de inocência original à natureza humana, ficaram muito longe de reconhecer como legítimo o desejo libidinoso.”<sup>147</sup>

A ética moralista moderna também não concedeu igualdade de direitos e de deveres nas práticas sexuais. Mesmo a ética do dever sendo pautada na valorização dos direitos humanos, sendo um deles o da igualdade, os deveres sexuais eram mais amenos para os homens. Se, por um lado, de certa forma, era permitido, ainda que não recomendável, ao homem freqüentar prostíbulos e gozar de alguns prazeres efêmeros, de outro lado, a virgindade e a castidade eram exigidas para as mulheres.<sup>148</sup>

Deve-se observar que o objetivo da ética laica do dever nos assuntos sexuais e familiares não era a produção de prazer para a mulher, e sim a geração de uma prole saudável e de uma família ideal que por meio da obediência a deveres bem formulados poderia desenvolver uma relação adequada entre os cônjuges e educar corretamente os filhos. Assim, ao criar pessoas e personalidades sadias, a família contribuía para a formação de uma nação equilibrada e virtuosa, pois as famílias constituíam-se no principal grupo formador da comunidade nação.

Na família nuclear, composta pelo casal unido pelo matrimônio e os filhos, forma moralmente desejada a partir do século XIX, acreditava-se na necessidade de serem encenados, no bojo familiar, papéis bem definidos para

---

<sup>147</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 17.

<sup>148</sup> Esse é o discurso padrão e a prática proposta pelo moralismo ético moderno, no entanto, ainda que de forma desigual, privilegiando os homens, os prazeres da sexualidade puderam ser desenvolvidos por alguns grupos de mulheres em certas regiões antes do matrimônio ou independentemente do casamento. Sobre o desenvolvimento da sexualidade no século XIX, veja-se Corbin, 1997, p. 528-544.

que a família pudesse desenvolver-se de maneira satisfatória, principalmente possibilitando aos filhos a gestação de uma personalidade adequada.<sup>149</sup>

Tanto nas práticas sexuais, as quais só eram completamente legítimas, no âmbito moral, quando praticadas dentro do casamento, como nas familiares, os deveres deviam ser fielmente cumpridos. Dessa sorte, o marido possuía obrigações específicas e padronizadas com sua esposa, assim como esta as tinha em relação àquele. Ainda, os pais necessitavam, por meio de seus papéis sociais de pai e de mãe, seguir um conjunto substancial de deveres.

Pode-se observar o caráter opressor desses deveres morais no estudo das doenças psicológicas desenvolvidas pelas mulheres no século XIX. Essas patologias surgiram em razão da enorme quantidade de obrigações absolutamente opressoras que as mulheres precisavam desenvolver nos seus papéis de boa mãe e esposa. Apesar de longa, deve-se fazer a citação abaixo pelo seu caráter esclarecedor no que se refere ao controle e à histeria feminina:

O quão bem essa estabilização nuclear funcionou pode ser julgada a partir do catálogo de “queixas” da medicina familiar do século XIX. (...) A “doença verde” era um nome comum usado para designar a prisão de ventre crônica nas mulheres; Carl Ludwig, um médico da Universidade de Marburgo, pensava que a causa dela estava no temor que as mulheres tinham de peidar depois de comer, levando ao constante aumento de tensão das anquinhas. A “doença branca” acometia as mulheres que temiam sair de casa, até mesmo para os seus quintais, por causa do medo de serem espiadas por estranhos; ficavam assim sem exercícios, de modo que seus rostos adquiriam cores pálidas. Na obra de Breuer sobre a histeria (anterior a Freud), sintomas tais como o riso compulsivo são apresentados como reações a depressões no lar, que evitavam que a pessoa fosse consistentemente agradável; essa reação era “uma queixa tão comum entre mulheres respeitáveis” que parecia comportamento normal.<sup>150</sup>

Nesse contexto, o divórcio, apesar de permitido em alguns momentos em determinados países, como na França em 1792, tendo sido abolido em 1816 e voltado a vigorar em 1884, por óbvio, não era moralmente aceitável, já

<sup>149</sup> Em relação aos papéis e às figuras desenvolvidos dentro da ou relacionados com a família – pai, mãe, filho, irmão, parentes, criados e vizinhos –, assim como os deveres morais de cada um dos personagens, veja-se Perrot, 1997c, p. 121-185.

<sup>150</sup> Sennett, 1989, p. 227-228. Partindo dessas constatações apresentadas por Sennett e desenvolvendo questões sobre o pudor e a vergonha feminina, veja-se Corbin, 1997, p. 450-453.

que destruíra o modelo tradicional de família pautado na existência de pai, mãe e filhos.<sup>151</sup> Por fim, no que se refere à sexualidade, deve-se notar que, assim como no período medieval, a sua discussão é evitada e muitas vezes proibida ou transformada em um discurso científico patolizante por meio da medicalização psicológica e psiquiátrica.

Ainda que a ética moralista laica tenha prevalecido na modernidade tradicional, o hedonismo e as práticas sexuais libertárias avançaram, mesmo que a passos curtos, apontando uma relativa valorização na busca de prazeres e na tentativa de conceder igualdade sexual. Nesse sentido, pode-se elencar:

a difusão, desde fins do século XVIII, das “práticas comportamentais contraceptivas” e, mais tarde, de outras técnicas de controle de natalidade; intensificação da atividade sexual antes do casamento e da gravidez precoce, a partir de 1800; a procura, em larga escala, do aborto clandestino (às vésperas da Primeira Guerra Mundial, calcula-se ter havido de 100 a 400 mil interrupções de gravidez); uma difusão mais ampla da literatura obscena; a irrupção do nu feminino no teatro, em cartões postais e nas fotografias.<sup>152</sup>

A padronização das condutas, nítida na ética laica do dever desenvolvida na modernidade tradicional, influenciou, também, sobremaneira a família operária e os pobres, em especial, urbanos.<sup>153</sup> Por meio dos deveres moralistas, os arautos da moral intentavam ensinar à classe operária e aos pobres em geral, que eram considerados corrompidos e precisavam ser salvos por meio da adoção de deveres individuais e sociais, a construir ordem e virtude na vida cotidiana familiar.

Assim, era prescrito que a freqüência habitual a bares e que o consumo de bebidas alcoólicas constituíam-se em práticas inadequadas, necessitando o chefe da família (homem adulto) estar, após o trabalho, em sua casa para a manutenção de uma normal vida em família. A ética moralista também promoveu uma batalha contra o nascimento de filhos ilegítimos – sendo sancionados principalmente os filhos ilegítimos e as mães desses filhos,

<sup>151</sup> No que se refere ao direito ao divórcio na França, tanto os aspectos legais como os sociológicos, veja-se Hunt, 1997, p. 37-43.

<sup>152</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 18.

<sup>153</sup> Como bem coloca Hall, analisando a vida privada inglesa do século XIX, “A classe operária não adotou inteiramente a representação burguesa do modo de vida ideal, mas integrou certos aspectos do discurso religioso ou laico que pareciam razoáveis e respondiam a certas necessidades” (Hall, 1997, p. 73). Dessa forma, apesar de seletiva, é inegável que o moralismo da ética do dever também foi adotado pelos pobres e operários. Sobre a moralização dos pobres, veja-se Hall, 1997, p. 71-82.



mostrando mais uma vez como as mulheres eram discriminadas intensamente na ética laica do dever -, além de evitar a promiscuidade sexual nos lares.

As famílias proletárias e as pobres, assim como as burguesas, deveriam possuir também os papéis sociais de pai, mãe e filhos bem delimitados, pois só assim seria possível formar uma família adequada que promoveria corretamente a personalidade de seus membros. No entanto, era bastante comum a existência de famílias compostas por mãe e filhos.

A ausência do pai nas famílias proletárias e nas pobres, devido ao abandono da família ou à necessidade de trabalhar em outra cidade, era criticada severamente pelo moralismo reinante. Nas famílias sem a presença constante dos pais, era ainda mais comum o estabelecimento de laços sociais diversos entre parentes e filhos para o cuidado e para a criação destes, já que na maioria das vezes as mães e os filhos mais velhos deviam trabalhar intensamente a fim de garantir o sustento da família. Assim, por exemplo, “Nos anos 1860, assistentes sociais de Londres e de Paris temiam a desmoralização dos pobres, e ligavam essa desmoralização com as condições familiares em que o pobre vivia.”<sup>154</sup>

A educação dos filhos gerava deveres tanto para os pais como para os filhos. A partir do século XVI e XVII, a promoção da personalidade infantil e a proteção da criança passaram a ser um dos deveres fundamentais da família e dos pais. De outro lado, os filhos deveriam seguir as ordens emanadas por seus pais, principalmente na infância e na adolescência, recolocando em funcionamento “um modelo de disciplina centrado na autoridade dos pais e nos deveres filiais de obediência.”<sup>155</sup>

Como se sabe, o modelo de educação pautado na obediência aos comandos formulados pelos pais causou grande sofrimento e opressões aos filhos. Muitas vezes, de forma tirânica, os pais obrigavam os filhos a seguirem profissões para as quais estes não tinham a menor habilidade e vocação. Também são conhecidas as imposições de casamento que os pais formulavam aos seus filhos, impossibilitando que estes estabelecessem autonomamente seu projeto familiar e sua afetividade. Cobertos pela idéia de que os comandos formulados pelos pais deveriam ser seguidos devido à necessidade de estes

---

<sup>154</sup> Sennett, 1989, p. 226.

<sup>155</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 20.

estabeleceram ordens para os seus filhos objetivando sua boa educação, uma forma de relação substancialmente opressiva foi concretizada entre pais e filhos.

Não se deve esquecer, também, da existência da filantropia social tanto laica como religiosa.<sup>156</sup> Com o intuito de prestar auxílio às classes populares, foram desenvolvidas associações civis que, ao mesmo tempo em que proporcionavam auxílio material direto, propagavam a moralidade pública e privada. Principalmente com a revolução industrial, as condições da classe operária demonstraram-se insalubres e indignas. Nesse momento, a filantropia social tentou ensinar, conforme visto acima, a ética moralista padrão para a dita classe “corrompida”.

Os filantropos acreditavam que a razão das mazelas sofridas pela população pobre encontrava-se no desenvolvimento de atitudes contrárias aos deveres morais, sendo esse descumprimento das obrigações responsável pelo alcoolismo, concubinato, pornografia e prostituição. Não se observava que o maior problema sofrido pelos operários era a inexistência de uma quantidade razoável de renda que possibilitasse uma vida minimamente digna para possibilitar o desenvolvimento do seu processo vital e do seu espírito. Em verdade, por meio da filantropia, que ao mesmo tempo em que fornecia auxílio material – por exemplo: moradia, alimentação, ajuda na obtenção de trabalho e serviços médicos e educacionais – tentava “educar” a classe corrompida na prática da ética do dever, a fim de instituir uma vida boa para os operários e os pobres em geral.

Nessa época, através da filantropia social, o caráter opressor da ética do dever mostrou-se mais uma vez. Precisa-se enfatizar que:

o embate contra a imoralidade se faz acompanhar de métodos violentos de abordagem, de iniciativas agressivas e inquisitoriais. Na verdade, era tal a extensão do flagelo que ganhou foros de legitimidade o recurso a uma persistência sistemática, a uma “santa violência” (...).<sup>157</sup>

---

<sup>156</sup> Apesar de a filantropia social ser fortemente pautada na atuação de associações civis religiosas, deve-se pontuar que estas comungavam do projeto da ética laica do dever, que era sanear as morais pública e privada. Assim, o principal objetivo dessas instituições religiosas, na prática filantrópica, é a efetivação da ética laica dos deveres, isto é, implementar o moralismo público e privado, sendo secundárias, pelo menos em um primeiro momento, a evangelização ou a conversão. Veja-se Lipovetsky, 2005a, p. 23-24.

<sup>157</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 22.

O moralismo laico também foi intensamente promovido por órgãos estatais, por exemplo, nas políticas públicas de segurança e de obras. Na história brasileira, não se pode esquecer das políticas e das ações moralistas e higienistas desenvolvidas a partir de meados do século XIX nas maiores cidades brasileiras.

Tomemos por exemplo a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, e, posteriormente, até a construção de Brasília, capital da República. No início do século XX, a população da cidade do Rio de Janeiro constituía-se em cerca de um milhão de pessoas, sendo em sua maioria composta por negros ex-escravos ou seus descendentes, que migraram, principalmente, da região decante do Vale do Paraíba em busca de melhores oportunidades de vida nas atividades portuárias.

A população pobre e, em especial, a negra residiam nos casarões antigos da região central, desocupados pela elite local em razão da degradação espacial causada pela demasiada concentração populacional. Esses palacetes, divididos em pequenos quartos, eram habitados de forma precária, visto que não existia uma infra-estrutura adequada para a imensa quantidade de moradores. Ainda, nesses cortiços, as pessoas viviam na mais absoluta promiscuidade. Dessa forma:

Para as autoridades, eles (pobres da região central) significavam uma ameaça permanente à ordem, à segurança e à moralidade públicas. Por essa razão foram proibidos os rituais religiosos, cantorias e danças, associadas pelas manifestações rítmicas com as tradições negras e, portanto, com a feitiçaria e a imoralidade. Assim como o marechal Floriano comandou a extinção das escolas de capoeira e a perseguição sem limites a seus mestres e praticantes.<sup>158</sup>

Sendo assim, as autoridades públicas, alegando a necessidade de moralizar a população e evitar o enorme risco à saúde pública em virtude das condições sanitárias que aquela população pobre representava, formularam um plano em três dimensões para conter a ocupação desordenada da região central do Rio de Janeiro. Dessa forma, o Presidente da República Rodrigues Alves nomeou o engenheiro Lauro Muller, o médico Oswaldo Cruz e o engenheiro Pereira Passos, com poderes ilimitados, para, respectivamente, reformar o porto, promover o saneamento básico e realizar alterações urbanas.

---

<sup>158</sup> Sevcenko, 2006, p. 21.

As reformas no porto e o projeto de urbanização demoliram muitas residências no centro da cidade, despejando inúmeras famílias sem qualquer projeto de realocação em outra área. Assim:

essas multidões juntaram restos de madeira dos caixotes de mercadorias descartados no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercam a cidade (...). Era a disseminação das favelas.<sup>159</sup>

Aqueles que não foram para os morros construíram cortiços subumanos em outras partes da região central que não foram reurbanizadas. No entanto, se o poder público, nessas novas regiões paupérrimas, observa-se qualquer risco de ordem sanitária, mandava evacuar a construção e, posteriormente, demolia-a, sem qualquer indenização aos interessados e sem um projeto de realocação dos antigos moradores.<sup>160</sup>

Dessa forma, por meio do moralismo, conforme visto nas diversas esferas da vida cotidiana nesta seção, a esfera social procurou padronizar os comportamentos dos cidadãos, a fim de tentar desenvolver um modelo social adequado que controlasse o indivíduo absolutamente hedonista e egoísta. Esse moralismo, aplicado tanto na esfera privada como na vida pública, gerou, por outro lado, uma intensa opressão, principalmente, às crianças, às mulheres e aos mais pobres.

#### **2.4. O Surgimento da Intimidade na Sociedade Moderna Moralista e a Atenuação da Ética do Dever**

Nesse contexto moralista, a intimidade foi essencial para que os seres humanos, apesar da intensa disciplina e padronização, pudessem desenvolver de forma autônoma, ainda que limitada, sua personalidade e sua subjetividade em uma sociedade disciplinar, moralista e opressora. A intimidade, construção basilar da vida privada a partir da Idade Moderna, permite que o ser humano construa relações pessoais e autônomas consigo mesmo, com outros

<sup>159</sup> Sevcenko, 2006, p. 23.

<sup>160</sup> Sobre os cortiços, favelas, palacetes e vilas nas cidades modernas brasileiras no final do século XIX e no começo do século XX, veja-se Wissenbach, 2006, p. 137-170.

indivíduos e com certos locais. Assim, por meio da liberdade individual privada, que pressupõe a liberdade negativa – garantia da vida privada-, as pessoas podem desenvolver ações, atividades e sentimentos peculiares e particulares.

Uma questão deve ficar bem clara: a intimidade e a padronização são fenômenos opostos, mas complementares. Explica-se. Apesar de moralista e de padronizante, a sociedade moderna tradicional concretizava o culto à personalidade, já que concede extrema relevância à personalidade de cada ser humano.

Para se destacar tanto pública como privadamente, as pessoas deveriam demonstrar possuir uma personalidade interessante e adequada.<sup>161</sup> Em verdade, os seres humanos buscavam no outro a autenticidade, ou seja, compreender por meio dos pequenos gestos imersos nos deveres sociais a verdadeira personalidade das pessoas. Como os indivíduos eram valorados e medidos através da sua personalidade, a prática do autocontrole foi sistematicamente adotada, isto é, tomar o máximo cuidado para que, por meio das ações e das aparências, não fosse construído um tipo de personalidade que não é bem visto socialmente.

Os deveres morais, além de buscarem construir um indivíduo e uma sociedade adequados e equilibrados, concediam às pessoas que os seguiam a certeza de que a sua personalidade seria bem vista pelos outros. Assim, a adoção das diversas obrigações morais no campo da sexualidade, da família e

---

<sup>161</sup> A importância da personalidade na vida pública e em especial na política fica clara no famoso caso Dreyfus. O capitão francês de origem judaica Alfred Dreyfus foi injustamente acusado de ter fornecido informações militares aos alemães. Pela acusação, Dreyfus foi condenado à prisão perpétua. Posteriormente, descobriu-se que a carta francesa enviada aos alemães não fora redigida por Dreyfus, e sim pelo coronel Esterhazy. Apesar das evidências, Esterhazy foi julgado inocente em 1898 na Corte Marcial e o coronel Picquart, comandante da Inteligência Militar Francesa a partir de 1886, que acusou o coronel Esterhazy, foi preso em 12 de janeiro de 1898. Diante dessas questões, Émile Zola redigiu o famoso texto “Eu acuso”, o qual demonstra claramente como a vida pública de um homem era medida pela sua personalidade individual. Como bem coloca Sennett, o texto “Eu Acuso” é formalmente uma carta endereçada ao Presidente da República Francesa Felix Faure, em que Zola, no estilo “homem a homem” discute com Faure. Zola tinha legitimidade para exigir e entrar em polêmica com o Presidente de sua República porque a política era agora medida, principalmente, pela personalidade das pessoas. Como Zola julgava que a personalidade adequada de um Presidente não poderia compactuar com os absurdos do caso Dreyfus, se Faure nada fizesse para alterar as injustiças do caso Dreyfus, sua personalidade não era compatível com o posto de primeiro magistrado do país. Ainda, interessante observar como a personalidade dos envolvidos no caso Dreyfus são fundamentais na narrativa de Zola para compreender de que lado encontra-se a justiça naquele caso. Veja-se Zola, 1989, p. 427-435 e Sennett, 1989, p. 296-308.

da educação garantia que as pessoas obedientes a esses comandos não seriam discriminadas negativamente.

A padronização social dos deveres garante aos indivíduos que suas personalidades serão bem vistas pelos demais indivíduos. No entanto, se a personalidade é construída apenas pelos deveres morais, todos os indivíduos seriam absolutamente iguais. Nesse contexto, a intimidade surge como o principal valor que pode desenvolver subjetividades autônomas e particulares.

Assim, apesar de a intimidade ser uma construção moderna contrária à padronização social proposta pelos deveres morais, tanto a intimidade como os deveres morais desenvolvem o culto à personalização da vida durante o período inicial da modernidade tradicional, que valoriza o processo de individualização moderno. O moralismo constitui-se na busca de um indivíduo limitado por deveres morais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade e um indivíduo adequados e virtuosos. Por outro lado, a intimidade permite ao ser humano, limitado e padronizado pelas obrigações morais, desenvolver de forma autônoma uma parcela substancial da sua personalidade em especial na sua vida privada e cotidiana.

Nesse contexto, sistematicamente, ao contrário do que previu Hannah Arendt – extinção da intimidade em razão da padronização promovida pela esfera social –, a intimidade foi conquistando, ainda que lentamente, um maior espaço na vida individual e social das sociedades modernas tradicional e contemporânea, superando e modificando inúmeros deveres morais responsáveis pela estandardização social. Em verdade, a intimidade, após o seu florescimento na modernidade tradicional, cresce em importância nas práticas cotidianas e na vida pública contemporâneas.

O começo desse aumento gradativo de relevância da intimidade pode ser visto na sociedade moderna tradicional moralista, já que relevantes alterações nos deveres morais e, principalmente, uma maior valorização da intimidade e da exposição da personalidade transformaram a prática cotidiana e social.

Algumas práticas e atividades são exemplares nesse sentido.<sup>162</sup> Em primeiro lugar, deve-se pontuar que ao longo do século XIX a importância concedida ao prenome avançou. Há certo decréscimo no costume de conceder ao novo membro da família um prenome igual ao de um tio ou avó. Em verdade, no caminho da individualização, buscam-se prenomes mais originais, diferentes dos utilizados pelos familiares próximos, no sentido de promover uma adequada personalização do novo indivíduo.

Ainda, em razão da banalização das agendas, cartões de visitas e cadernos empresariais ou educacionais, as formas de representação do eu (nomes e apelidos) são intensamente utilizados nesses novos objetos. Há também um avanço quantitativo na utilização de retratos pintados ou fotográficos em casas, assim como no número de pessoas que porta consigo o seu retrato pessoal e de seus entes próximos. Essa democratização no acesso ao retrato ocorreu devido, além do culto à personalidade, à criação da fotografia, que diminuiu substancialmente o preço dos retratos pessoais.

Sobre as cartas e os diários íntimos, observamos o aumento substancial do seu uso, já que cada vez mais as pessoas querem exprimir-se intimamente consigo mesmo (diários)<sup>163</sup> ou com pessoas do seu círculo familiar ou de amizade (cartas). A difusão das cartas foi possível, pois, além da ânsia de o indivíduo expressar a sua intimidade, os avanços na comunicação e no transporte permitem que essa subjetividade reinante percorra inúmeros quilômetros, às vezes até ultrapassando oceanos e continentes. Dessa forma, o avanço científico e tecnológico auxiliou na maior expressão da intimidade e da personalidade.

Também, com a alteração da dinâmica do corpo e da alma, observa-se um progresso na valorização do corpo e da individualidade. Até o século XIX, em virtude da forte influência do pensamento cristão, concedia-se uma maior

---

<sup>162</sup> Sobre o desenvolvimento da intimidade, da vida privada e da personalização na sociedade moderna tradicional moralista, assim como sua relação com o moralismo e a superação de alguns deveres morais, veja-se Corbin, 1997, p. 419-611.

<sup>163</sup> A prática de escrever sobre si mesmo é recomendada com ênfase, de forma generalizada, a partir do século XIX. Trata-se de um exercício de desenvolvimento da personalidade, que permite um maior conhecimento de si próprio e uma análise de pensamentos e atitudes. Assim, “Manter um diário íntimo é também disciplina de interiorização; deposita-se sobre o papel a discreta confissão. A escritura permite a análise da culpabilidade íntima, registra tanto os fracassos da sexualidade como o sufocante sentimento da incapacidade de agir, repisa as resoluções secretas” (Corbin, 1997, p. 457). Sobre os diários íntimos e a prática de escrever sobre si, veja-se Corbin, 1997, p. 456-460.

importância à alma do que ao corpo, porque se acreditava que o corpo constituía-se apenas no receptáculo material e orgânico onde era depositada a alma, a qual eternizava e individualizava o ser humano.

No entanto, com o aumento do estudo sobre o corpo humano, observou-se que inúmeras patologias psíquicas eram ocasionadas em razão de anomalias físicas. Dessa forma, a ciência médica começou a prescrever um cuidado maior não só com a mente, mas também com o corpo. Consequentemente, uma das primeiras questões levantadas pelos médicos, em especial os sanitaristas, foi a necessidade de melhorar a higiene individual das pessoas, as quais tinham péssimos hábitos, contribuindo para o desenvolvimento de doenças físicas e psíquicas.

Essa obrigação de alterar os hábitos higiênicos, assim como cuidar da saúde corporal, foi assimila, gradativamente, na vida cotidiana no século XIX.<sup>164</sup> Na seção anterior, foi visto como o discurso higienista oprimiu os pobres por meio da filantropia social e por meio da ação estatal, sendo um exemplo o projeto sanitário e urbanístico da cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX. Sem negar essa e outras facetas negativas do discurso higienista, esse pensamento e sua prática trouxeram inúmeros benefícios – melhora na qualidade de vida, aumento na expectativa de vida, redução das doenças e etc. -, assim como tornaram possível um desenvolvimento maior da intimidade.

Nesse movimento, o leito individual tornou-se uma necessidade sanitária em especial nos hospitais, além de os médicos lutarem contra a promiscuidade do quarto coletivo, apontando razões científicas para a adoção de quartos individuais como, por exemplo, a imprescindibilidade de uma grande quantidade de oxigênio no quarto, fundamental à respiração. Assim, com a constante adoção do quarto individual, alterou-se substancialmente a relação do indivíduo consigo mesmo, pois:

A nova solidão do leito individual conforta o sentimento da pessoa, favorece sua autonomia; facilita o desabrochar do monólogo interior; as modalidades da prece, as formas do devaneio, as condições do adormecer e do despertar, o desenvolvimento do sonho, e do pesadelo, tudo é transformado. Ao passo que se atenua o calor da fraternidade

---

<sup>164</sup> Corbin, 1997, p. 439.



e se desenvolve na criança a exigência da boneca ou da confortadora mão materna.<sup>165</sup>

Assim, o quarto individual torna possível, especialmente com o avanço da sua adoção na pequena burguesia, o desabrochar da intimidade e uma maior individualidade, pois este novo aposento estava relativamente isolado do exterior e da própria família. Ainda, devido à existência de um espaço particular, as pessoas podiam organizar esse quarto em conformidade com seus anseios e desejos.

Essa “onda” de higienização também chegou até o corpo do sujeito, pois “A reconhecida influência do físico sobre o moral valoriza e recomenda o limpo.”<sup>166</sup> A ciência demonstrou, através do desenvolvimento da teoria da transpiração, a necessidade de aprofundar os antigos cuidados com a higiene pessoal e íntima, criando sistemas arquitetônicos mais adequados para colocar à distância os excrementos e promovendo um cuidado maior com o corpo.

Assim, a partir de 1900, a utilização dos sanitários é difundida e, posteriormente, o uso do banheiro populariza-se. Essas duas novidades permitiram que os seres humanos tivessem um maior cuidado com o seu corpo, além de possibilitar ao sujeito permanecer em profundo contato com seu corpo em um espaço absolutamente privado e individual que veda o acesso de outros.

Dessa forma, a nova gestão do corpo modificou profundamente a relação do indivíduo consigo mesmo, devido à necessidade de cuidar de si mais intensa, e com a sexualidade, já que se espera higiene e limpeza do seu marido e da sua mulher. Ainda, alterou-se a moral coletiva, pois a sujeira passa a ser fortemente relacionada com os pobres “corrompidos”.

Com o avanço da intimidade e as alterações trazidas com o processo de higienização, o individualismo e o papel da subjetividade progrediram bastante. Nesse contexto, o monólogo interior das pessoas, buscando o desenvolvimento de um eu autônomo por meio da subjetividade, cresceu quantitativa e qualitativamente.

No entanto, o diálogo consigo mesmo, muitas vezes, em determinados momentos e em certas idades, requer interlocutores mudos, sendo,

---

<sup>165</sup> Corbin, 1997, p. 440.

<sup>166</sup> Corbin, 1997, p. 442.

cronologicamente na vida de uma pessoa, em especial na da menina, a boneca o primeiro desses “personagens”. Para as crianças, as bonecas funcionam como confidentes da sua vida particular e cotidiana, estabelecendo um profundo laço psicológico. Assim, com o passar dos anos, esses brinquedos passam a ter, cada vez mais, aparência de seres humanos reais, fabricando-se bonecas que falam e até andam, incentivando e possibilitando uma maior interação entre esses dois personagens.

O outro interlocutor mudo, que incrementa e promove o monólogo interior, é o animal de estimação, que, principalmente a partir do século XIX, estabelece uma profunda relação afetiva com o seu dono. Além de seu papel no desenvolvimento do diálogo consigo mesmo dos sujeitos, os animais ajudam a construir a afetividade dos seres humanos, já que estes criam uma relação íntima intensa com esses bichos.

Ainda, os animais funcionam como companheiros das mulheres em suas casas, local por excelência onde passam parte substancial do seu dia e das suas vidas, sendo também cúmplices, principalmente das mais ricas e solitárias, nas suas incursões pela realidade exterior a casa. Os bichos de estimação são, igualmente, os fiéis amigos na velhice, fazendo companhia nos momentos finais da vida, geralmente marcado pelo abandono e pelo isolamento.

Sobre a leitura, além da difusão do romance como forma por excelência de arte na modernidade tradicional, superando substancialmente o papel concedido às artes públicas como o teatro, deve-se apontar a mudança da importância do livro para o indivíduo e a generalização do seu acesso. No início do século XIX, na França, um livro equivalia a um terço do salário agrícola, constituindo o hábito de ler em um luxo desfrutado por poucos.

No entanto, no decorrer do século XIX, começa-se a difundir os gabinetes de leituras, lojas que emprestam livros por volume ou assinatura, ampliando o acesso tanto para a elite como para as pessoas relacionados com a elite – camareiras, porteiros, balconistas e costureiras. Ainda, além das bibliotecas estatais, compostas essencialmente por clássicos do pensamento e da literatura, criou-se uma intensa rede de bibliotecas. Assim, começaram a surgir bibliotecas escolares, paroquiais e populares, nestas difundindo-se os textos mais fáceis (simples), acessíveis à parte substancial da coletividade.

Dessa forma, o costume de ler, desenvolvido especialmente pela elite, passa a ocupar grande parcela da vida da maioria das pessoas, sendo os analfabetos significativamente incentivados a aprender a ler e as crianças, a criar o hábito da leitura. Ainda, a forma de leitura e o objeto (tema) dos livros alteram-se substancialmente. Sobre o primeiro, o hábito de ler em voz alta, em grupo, foi gradativamente substituída por uma leitura individual e intimista, geralmente realizada no quarto individual ou em outro local pessoal confortável.

De outro lado, o romance e a poesia modernos são as espécies literárias mais apreciadas pelos novos leitores no século XIX “às custas dos autores clássicos e dos livros de história.”<sup>167</sup> Essa mudança na espécie literária apenas demonstra a importância do individualismo, da personalidade e da intimidade, já que na poesia e no romance modernos o principal assunto tratado diz respeito aos desejos, aos anseios e às emoções do indivíduo. Dessa forma, o conteúdo dos livros segue os rumos traçados pelas demais alterações na leitura: o aprofundamento da intimidade e da personalização.

Deve-se, por fim, fazer menção a dois elementos da intimidade e do fenômeno de personalização desenvolvidos no século XIX. O primeiro diz respeito à categoria de amigos íntimos, pois:

A escolha de uma amiga íntima constitui um episódio importante na vida de uma adolescente. As mães favorecem o desenvolvimento de relações duráveis entre moças sérias e absolutamente francas. Esperam que a solidez de um relacionamento assim, antítese da frivolidade das amizades mundanas, será um destes pontos fixos que permitirão que sua filha se oriente na existência.<sup>168</sup>

Na sociedade moralista tradicional, em que todas as atitudes e palavras são extremamente relevantes para se compreender a personalidade e o caráter das pessoas, torna-se necessário estabelecer amizades sinceras e verdadeiras a fim de livrar-se da pesada carga de deveres, os quais sempre impõem um enorme autocontrole ao sujeito, podendo assim os seres humanos serem absolutamente sinceros nessas relações. Dessa forma, através dos amigos verdadeiros e íntimos, cria-se uma relação calorosa entre as pessoas para além das frias e padronizantes obrigações da ética laica do dever.

---

<sup>167</sup> Corbin, 1997, p. 496.

<sup>168</sup> Corbin, 1997, p. 514.

Ainda, no momento em que a personalização e a intimidade são construções culturais importantíssimas, as pessoas passam a ter um substancial interesse em conhecer a personalidade e a vida íntima dos outros indivíduos. Nesse contexto, ocorre um incremento na busca por informações sobre a personalidade, a vida privada e a intimidade das pessoas famosas e dos políticos, que, pelo prestígio no campo das artes, política e economia, tornam-se modelos a serem seguidos.

No entanto, essa busca por informações começou a causar enorme incomodo às pessoas famosas, que tinham suas vidas expostas ao grande público por meio da imprensa, em especial a imprensa. Assim, não conseguiam por meio da intimidade e da vida privada desenvolverem um projeto de vida que superasse a estandardização proposta pelo moralismo.

No seio da sociedade moralista, desenvolve-se a intimidade como uma forma de edificação individual essencial à formação do caráter e de relações verdadeiras e calorosas do sujeito consigo mesmo, com os outros seres humanos e com o mundo a sua volta. Dessa forma, nos espaços não ocupados pelos deveres morais, a vida íntima e privada, que buscam um processo cada vez maior de personalização, florescem.

## **2.5. Sociedade Pós-Moralista: a Superação da Ética do Dever na Pós-Modernidade**

A conclusão do quarto volume da “História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial”, escrito por Michelle Perrot, aponta corretamente que:

O alvorecer do século XX esboça, sob certo ponto de vista, uma outra modernidade. A expansão do mercado, o aumento da produção, a explosão das técnicas impulsionam uma redobrada intensidade de consumo e de intercâmbio. Os cartazes publicitários excitam o desejo. As comunicações instigam a mobilidade. Trem, bicicleta, automóvel estimulam a circulação de pessoas e coisas. Cartões-postais e telefonemas personalizam a informação.<sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> Perrot, 1997d, p. 612.

No entanto, esse novo projeto de modernidade apenas começa a se desenvolver, com ênfase, a partir da metade do século XX, após o término da Segunda Guerra Mundial e com a alteração da sociedade de consumo para a sua segunda fase, que incluiu um número maior de pessoas. Em verdade, a fase II da sociedade de consumo aperfeiçoou o processo de democratização do acesso às mercadorias que se iniciou na fase I (1880-1950).

Produtos emblemáticos da sociedade de consumo, como automóvel, televisão e aparelhos eletrodomésticos, passam a ser consumidos por um número maior de pessoas. Dessa forma, desenvolveu-se uma sociedade da abundância, de um lado, nos países capitalistas centrais,<sup>170</sup> em razão da ampliação do poder de compra na maior parte das camadas sociais e, de outro, ocorreu um aumento no consumo e na massa de consumidores nos países capitalistas em desenvolvimento, sendo um exemplo desses países o Brasil.

No Brasil, esse aumento no consumo ocorreu de forma diferente na elite econômica, na classe média e na população mais pobre. Em razão da intensa concentração de renda brasileira, a elite, nesse momento, possui um poder de compra muito grande. No que se refere à classe média, devido aos serviços e a muitos produtos terem um valor mais baixo no Brasil do que na Europa e nos Estados Unidos da América, a classe média constitui-se em uma grande camada consumidora. Por fim, as famílias pobres, a partir do momento em que as mulheres e os filhos conseguiram colocação no mercado de trabalho, ainda que não haja estabilidade nessas atividades, não sendo apenas o pai o mantenedor da casa, o poder de consumo, ainda que não na mesma intensidade das duas camadas anteriores, cresceu.<sup>171</sup>

---

<sup>170</sup> Os números da França sobre o aumento de consumo são esclarecedores: “A época vê o nível de consumo elevar-se, a estrutura de consumo modificar-se, a compra de bens duráveis espalhar-se em todos os meios: na França, a participação das despesas de alimentação em domicílio passa, no orçamento das famílias, de 49,9%, em 1950, a 20,5% em 1980; entre 1959 e 1973, o consumo de bens duráveis progride 10,3% ao ano em volume” (Lipovetsky, 2007, p. 32).

<sup>171</sup> Sobre a fase II da sociedade de consumo no Brasil, “Mesmo com salários baixos, o grosso dos trabalhadores comuns pôde se incorporar, ainda que mais ou menos precariamente, aos padrões de consumo moderno, com o auxílio da mulher, empregada doméstica ou operária, e da filha e do filho, que labutam no escritório de empresas ou nos serviços em geral. Poucos puderam se beneficiar dos financiamentos para a casa própria (...). O jeito era o de sempre: juntar dinheiro, comprar um terreno a prestação, construir o mínimo, depois ir aumentando a casa. (...) Os padrões de alimentação caminharam na direção do produto industrializado em massa (...). Os padrões de higiene foram incorporando algumas das inovações: a escova e a

A fase II da sociedade de consumo, principalmente nos países capitalistas centrais, com o maior consumo de produtos, proporcionou uma melhoria nas condições de existência, assim como difundiu o crédito e permitiu que as pessoas superassem um tipo de consumo pautado apenas nos bens estritamente necessários para o desenvolvimento da vida. Assim, pela primeira vez, “as massas têm acesso a uma demanda material mais psicologizada e mais individualizada, a um modo de vida (bens duráveis, lazeres, férias, moda) antigamente associado às elites sociais.”<sup>172</sup>

Dessa forma, na segunda fase da sociedade de consumo, há uma busca ainda maior pela racionalização do processo produtivo, passando as organizações econômicas, através da adoção da produção em escala e dos métodos científicos de gestão e de organização do trabalho, a fabricar produtos em grande quantidade e vendê-los com uma pequena margem de lucro. Nesse momento, imbuídos da idéia de grande quantidade de venda e pequena margem de lucro, ampliam-se o auto-serviço e a abertura de supermercados, que são os embriões dos hipermercados.

Ainda, ao lado da revolução industrial e comercial da sociedade de consumo na sua fase II, devemos abordar ainda dois pontos relevantes. O primeiro versa sobre a redução do tempo útil dos produtos e dos serviços. Munido do objetivo de criar uma sociedade de consumo que permanentemente produza e venda uma enorme quantidade de serviços e produtos, a durabilidade material dos produtos diminuiu.

Além de a durabilidade material ter sido reduzida, importa observar que a sociedade de consumo na fase II gera uma extrema diversificação dos produtos e uma constante renovação das mercadorias por meio da moda, encurtando ainda mais o tempo útil de um determinado produto. Dessa forma, devido à existência cada vez maior de um conjunto substancial de produtos

---

pasta de dentes, o sabonete barato, o papel higiênico ainda que áspero, o desodorante barato, (...). Os padrões de limpeza da casa se transformaram: na cozinha, onde se instalou o fogão a gás de botijão, havia detergente, sapólio, bom bril, panelas de alumínio e louças baratas. Os padrões de vestimenta incorporam a roupa barata produzida agora pela indústria: a calça jeans, para homens e mulheres, a camiseta; (...). E vieram os eletrodomésticos: o radinho de pilha, sempre o primeiro a ser comprado, a geladeira, tão indispensável no clima quente, a sonhada televisão (...): em 1960, estavam em uso apenas cerca de 600 mil televisores preto-e-branco; em 1979, 12,3 milhões” (Mello; Novais, 2006, p. 622-623). Para uma densa análise do projeto moderno e do capitalismo no Século XX no Brasil, estudando com profundidade nossa sociedade de consumo, ver Mello; Novais, 2006, p. 560-657.

<sup>172</sup> Lipovetsky, 2007, p. 33.

apresentados pela publicidade, com preços menores e maiores facilidades no sistema de crédito, o consumo cresceu rapidamente. Também, com o advento de um sistema de moda que velozmente altera o valor de uso dos produtos e serviços, a sociedade de consumo da segunda fase consegue produzir um modelo de constante consumo.

Como há necessidade perene de consumo por parte das pessoas e o aumento da compra de serviços e de produtos representa um incremento nos prazeres e na felicidade dos sujeitos, mais do que nunca a análise das rendas dos consumidores de determinado país é fundamental e passa a ser um relevante índice para aferir a qualidade de vida de seus membros. O raciocínio é simples. Partindo das premissas 1) uma maior renda permite um maior consumo, 2) um maior acesso a bens gera mais prazeres e felicidade e 3) o gozo de prazeres e a felicidade são fundamentais para uma boa vida, conclui-se que quanto maior a renda dos indivíduos melhor será a sua qualidade de vida.

A mudança na sociedade de consumo foi um dos principais elementos que, em conjunto com o processo crescente de individualização, de personalização e de valorização da intimidade e de liberalização dos costumes, gerou a sociedade pós-moralista em primeiro lugar pós-moderna e, posteriormente, hipermoderna.

Sobre a individualização, personalização e valorização da intimidade na sociedade pós-moralista, trata-se da continuação do processo que foi iniciado ainda na fase moralista, que, além de aumentar a relação do sujeito com o seu corpo, propôs uma enorme importância à subjetividade e à sua relação consigo mesmo e com um mundo íntimo. Essa personalização da vida atingiu em diversos graus, porém sempre com bastante relevância, tanto a elite como as classes populares.

Não se deve esquecer que, com o aumento da renda familiar proporcionado pela inclusão das mulheres e dos filhos no mercado trabalho e com o advento da industrialização no Brasil, foi possível a construção de moradias mais dignas, que proporcionam espaços individuais para os seus membros, como o quarto individual, e promovem um maior cuidado e uma

relação mais intensa e íntima com o corpo, devido à popularização do banheiro.<sup>173</sup>

A sociedade pós-moralista, além de manter o processo contínuo de personalização da vida e valorização da intimidade, é marcada pela intensa liberalização dos costumes. Deve-se notar que a liberação sexual e dos costumes, através da contracultura, era absolutamente contrária ao modelo da ética moralista laica do dever e buscava não só destruir o moralismo reinante, assim como alterar completamente a sociedade, o indivíduo e as relações capitalistas:

Entre as décadas de 1960-1970, a difusão das idéias marxistas, freudianas, nitzscheanas e estruturalistas (tanto nos círculos intelectualizados e estudantis como em toda a vastidão abrangida pela mídia) deu especial relevo à negligência pela religião do dever. Em bloco, os problemas referentes à revolução, às aspirações pessoais, à vida libertária ocuparam o lugar da retórica do dever; os temas da livre manifestação individual e emancipação sexual tomaram a dianteira em relação aos parâmetros de virtude; o referencial *psí* preenche aquele espaço antes reservado à fraseologia condenatória.<sup>174</sup>

O movimento de contracultura iniciado em diversos países na década de 1960, desenvolvido intelectualmente em especial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, buscava originalmente a completa alteração das relações sociais e, conseqüentemente, a superação da ética moralista do dever laica, que era considerada um instrumento para a disseminação de um modelo social e individual injusto e opressor. Em verdade, o movimento de liberalização dos costumes objetivava a construção de uma sociedade mais libertária que era contrária ao modelo de sociedade de consumo.

Por meio da contracultura, intentava-se desenvolver relações sociais e individuais mais verdadeiras que passavam ao largo das propostas de uma sociedade consumista pautada na obtenção de prazeres por meio da compra de produtos. O movimento libertário da década de 1960 colocava em xeque a forma de trabalho padrão, buscando uma maior liberdade para o homem viver

---

<sup>173</sup> As casas e as habitações brasileiras seguiram, ainda que em um ritmo mais lento de popularização, o processo de individualização da casa, que agora é habitada pela família nuclear (pais e filhos) e composta por quartos separados para os filhos e os pais, além da adoção de banheiros, água tratada, tratamento de esgoto e luz elétrica. Sobre o processo de transformação dos lares no século XX, na França, veja-se Prost, 1997, p. 62-76.

<sup>174</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 30.



a vida como melhor aprouver-lhe sem a necessidade de seguir uma vida regrada pelo trabalho tradicional.

A atividade trabalho,<sup>175</sup> que até o advento da revolução industrial era desenvolvido principalmente em casa e em família, passa a ser realizada em um ambiente externo, como o escritório e a fábrica. Com essa alteração, perde-se o vínculo pessoal e caloroso existente no seio da família, desenvolvem-se relações mais impessoais e pautadas em deveres morais propostos, principalmente, pela ética laica do dever.<sup>176</sup>

As correntes hipercríticas ao capitalismo formularam um outro tipo de trabalho e sociabilidade que, ao mesmo tempo em que sana as necessidades básicas dos seus membros por meio de uma organização do trabalho mais humana e menos padronizada, retomando a privatização do trabalho, constroem laços mais calorosos e permanentes com aqueles que a integram. No modelo da contracultura, por exemplo nas comunidades *hippies*, o trabalho é desenvolvido dentro daquele grupo, que é composto por inúmeros indivíduos reunidos em modelos familiares alternativos ao padrão da família nuclear. Dessa forma, esses sujeitos defendem um outro projeto social, o qual é bastante diverso do modelo capitalista vigente à época, o qual era pautado na família nuclear, constituindo a esfera privada, e na extrema valorização do trabalho dentro do gerenciamento científico de produção.

Nesse momento, os ideais de casamento e de fidelidade entre os membros da sociedade conjugal, assim como a estruturação da família, sofrem inúmeras críticas pelo seu caráter opressor. A contracultura, por sua vez, prescreve formas de relacionamento mais flexíveis e o desenvolvimento de famílias em que os membros têm deveres mais amenos e substancialmente diferentes do padrão familiar, inexistindo, muitas vezes, papéis bem definidos para os pais e os filhos.

Ainda, a fidelidade é vista como um ideal ultrapassado o qual serviu muitas vezes para oprimir as pessoas impedindo-lhes que fosse desenvolvido o amor livre e verdadeiro. Assim, as discussões éticas são, para a

---

<sup>175</sup> No segundo capítulo, quando se usa o termo trabalho, refere-se tanto à atividade trabalho como ao labor, terminologias adotadas por Arendt e apresentadas no primeiro capítulo.

<sup>176</sup> Sobre o processo de alteração da realização do trabalho da esfera privada do lar para a esfera social pública, veja-se Prost, 1997, p. 21-59. No que se refere à burocratização e à institucionalização do trabalho, veja-se Sennett, 2006, p. 23-79.

contracultura, além de enfadonhas, formas diretas ou indiretas de opressões social e individual, devendo ser superadas pela completa hedonização da vida e pela liberalização dos costumes.

No Brasil, a partir da década de 60 do século passado, também ocorreu um intenso processo de liberação dos costumes em especial os sexuais. No entanto, como neste período existia um moralismo exacerbado no governo militar (1964-1985), pautado em um cientificismo retrogrado e no catolicismo conservador, a liberalização dos costumes avançou mais lentamente do que em relação a outros países como a França. A juventude, tanto a politizada e de esquerda como a afastada da contestação ao regime militar, através da adoção de métodos contraceptivos, de uma maior prática do sexo antes do casamento, da atenuação dos deveres familiares, da possibilidade do divórcio em 1977 e da popularização da família monoparental transformou a ética do dever, apontando para a construção da sociedade pós-moralista.<sup>177</sup>

Dessa forma, através da fase II da sociedade de consumo que, por meio do prazer gerado por um maior consumo de produtos e de serviços, do aprofundamento do individualismo, da personalização e da intimidade - manutenção de uma tendência que advém desde a sociedade moderna tradicional moralista - e da liberalização dos costumes - fruto principalmente dos movimentos hipercríticos ao capitalismo -, cria-se a sociedade pós-moralista, que pode assim ser definida:

Sociedade pós-moralista é a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que a moral já não exige o devotamento a um fim superior, em que os direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em que as lições de moral são encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das mídias.<sup>178</sup>

No momento em que a sociedade pós-moralista surge, há uma profunda alteração no funcionamento social e cultural nas sociedades capitalistas, principalmente sentidas nas sociedades centrais, com maior ênfase, e nos

<sup>177</sup> Sobre as alterações na vida privada durante o regime militar em especial sobre a liberalização dos costumes e as alterações nos relacionamentos amorosos e na família, veja-se Almeida; Weis, p. 320-409. No que se refere aos arranjos familiares no Brasil, para se observar o aumento nos divórcios e separações, nas uniões afetivas não matrimonializadas e nas famílias monoparentais no período de 1940-1995, veja-se Berquó, 2006, p. 412-437.

<sup>178</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 27.

ditos países em desenvolvimento. Esse momento apresentou algumas características importantes como a enorme expansão do consumo e da comunicação de massa; o retrocesso e o enfraquecimento dos modelos normativos autoritários e disciplinares desenvolvidos pela ética do dever; o amplo aprofundamento do processo de individualização, de hedonização e psicologização da vida; e a forte desilusão com os processos de alteração revolucionária total da realidade por meio da política, produzindo um desencantamento com a e na militância política.<sup>179</sup>

A maior parte dessas características passa a compor a sociedade brasileira a partir de 1970. No entanto, como o governo brasileiro era ditatorial, existindo um inimigo político bastante claro para os militantes democráticos e de esquerda: a ditadura, não se pode dizer que a militância política tenha sofrido um profundo desencantamento. Ainda, o processo de liberalização dos costumes, que aponta para uma maior hedonização e individualização da vida, em razão do moralismo militar e do conservadorismo de parte da Igreja Católica brasileira, foi menos intenso do que o ocorrido na Europa Ocidental.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que surge a sociedade pós-moralista, desenvolve-se a sociedade pós-moderna, com o intuito de plena realização do indivíduo, concedendo todos os elementos necessários para transformar o moralismo social reinante e implementar a sociedade pós-moralista, em que os deveres não são mais propostos sob comandos como “você deve fazer isso...”.

A pós-modernidade postula a ausência de limites e deveres ao livre desenvolvimento da personalidade e ao gozo dos prazeres. Propõe-se uma sociedade *cool* (tranqüila), isto é, sem os pesos dos deveres morais padrões, sendo a felicidade completa o único objetivo legítimo a ser seguido, podendo ser escolhido o meio individual que lhe for mais interessante.

Apesar de o termo pós-moderno compreender adequadamente uma alteração social e cultural importante que, entre outros fatores, implementou uma sociedade pós-moralista que valoriza intensamente a vida privada e a intimidade, contemporaneamente, não é mais apropriado para compreender a

---

<sup>179</sup> Lipovetsky, 2005b, p. 52.

sociedade atual. Não há dúvida de que as pressões e as imposições sociais retornaram ao tempo contemporâneo.

Cada vez mais os jovens procuram desenvolver disciplinadamente suas habilidades profissionais; empregam o seu tempo de vida intensamente na qualificação profissional; dedicam-se ao trabalho; buscam relações amorosas sólidas principalmente sobre o manto da fidelidade; e disciplinam sua vida atribulada pelos compromissos diários para ter um tempo fixo para o cuidado com o corpo, ou seja, o tempo atual é de controle e disciplina. Assim, não é possível compreender que o atual modelo social busca a completa hedonização sem limites.<sup>180</sup>

Dessa forma, os elementos que captam adequadamente o período contemporâneo devem ser buscados, a fim de se entender quais são os papéis

---

<sup>180</sup> Neste trabalho, procura-se acentuar os aspectos sociais e individuais da mudança de paradigma ou era. Sendo assim, o objetivo primordial não se constitui em observar as alterações epistemológicas, arquitetônicas ou artísticas promovidas pela pós-modernidade ou pela modernidade contemporânea. Sobre as mudanças epistemológicas, veja-se Santos, B. S., 2002, p. 55-117 e Lyotard, 1998, e no que se refere à alteração pós-moderna na cultura, nas artes e na arquitetura, veja-se Jameson, 2000. Ainda, no que se refere à alteração societal e individual, segue-se as principais linhas do pensamento desenvolvido por Gilles Lipovetsky, que realiza profunda análise do individualismo contemporâneo. Para este autor, a história recente é dividida em duas eras – modernidade tradicional e hipermodernidade –, existindo um período transitório, pois “Do pós ao hiper: a pós-modernidade não terá sido mais que um estágio de transição, um momento de curta duração. Este já não é mais o nosso” (Lipovetsky, 2005b, p. 58). A principal mudança da pós-modernidade para a hipermodernidade é de que a completa busca por liberalização e hedonização da vida, reinante naquela, foi substituída nesta por um retorno ao controle social do indivíduo que agora já não é feito pela ética do dever e concede amplo espaço ao autocontrole. Uma outra análise importante sobre o projeto social contemporâneo é o traçado por Boaventura de Sousa Santos (2002), o qual afirma que o modelo moderno, que buscava equilibrar regulação (ordem) com a emancipação (solidariedade), terminou como um projeto moderno capitalista e contrário à emancipação social. Há perspectivas importantes analisadas por Santos que se adota neste trabalho. A idéia de que a modernidade não é necessariamente capitalista - o socialismo também o é -, no entanto se tornou capitalista, constitui-se premissa deste texto. Sendo assim, quando se fala em modernidade tradicional, pós-modernidade e hipermodernidade, pressupomos que ela é capitalista, fator consolidado a partir de meados dos séculos XIX (Santos, B. S., 2002, p. 15). Ainda, Santos aponta corretamente a necessidade de desconstrução de alguns valores modernos, como o moralismo opressor da ética do dever, além de denunciar que relevantes diretrizes, quase consensuais, como defesa do meio ambiente, superação do racismo, sexismo e homofobia, busca por qualidade de vida e efetivação de todos os direitos humanos, e não só dos que ajudam no desenvolvimento do capitalismo e do individualismo, não são praticadas cotidianamente. Também, o autor deste trabalho pensa que qualquer proposta de mudança emancipatória encontra-se primeiro na mente dos seus ideólogos e apenas secundariamente na realidade imediata. No entanto, discorda-se da principal tese de Santos, a qual afirma que estamos em uma transição paradigmática, pois o projeto moderno, estruturado pelos pilares da regulação e da emancipação, atualmente é apenas composta por aquele, tendo esse paradigma entrado em crise. Parece ao autor deste trabalho que, conforme Lipovetsky, essa transição já ocorreu e a hipermodernidade, com seus aspectos positivos e negativos, apesar de ainda embrionária e em muitas características opressora, constitui-se no novo paradigma ou era social.

exatos concedidos à intimidade e à vida privada, assim como seus efeitos na vida social, cultural e política. Nesse contexto, anota-se a importância da utilização do termo pós-moderno para representar o final da década de 60, a década de 70 e o começo da década de 80 do século XX, porque:

O *pós* de *pós-moderno* ainda dirigia o olhar para um passado que se decretara morto; fazia pensar numa extinção sem determinar o que nos tornávamos, como se se tratasse de preservar uma liberdade nova, conquistada no rastro da dissolução dos enquadramentos sociais, políticos e ideológicos. Donde seu sucesso. Essa época terminou.<sup>181</sup>

A época pós-moderna chegou ao seu fim, pois o modelo *cool* de sociedade foi alterado para um tipo social que, apesar de diverso da modernidade tradicional e da ética laica do dever, exerce um substancial controle individual e social. Mesmo com o retorno do controle social, não regressaram, de forma hegemônica socialmente, a ética laica do dever e, por consequência, o moralismo. Em verdade, a sociedade pós-moralista e o desenvolvimento da vida privada e da intimidade não param de crescer.

## **2.6. Sociedade Pós-Moralista e Hipermoderna: Panorama Geral através dos seus Pilares Constitutivos (Indivíduo, Eficiência Técnica e Mercado)**

A hipermodernidade ou a segunda modernidade, nas sociedades capitalistas centrais e na maior parte dos países em desenvolvimento, de caráter primordialmente liberal econômico e político, constitui-se no projeto social e cultural hegemônico. Em linhas gerais, a hipermodernidade retira os seus três pilares básicos – mercado, eficiência técnica e indivíduo – das limitações existentes na modernidade tradicional.

A hipermodernidade não é um processo de negação da modernidade tradicional, e sim um processo de maximização dos seus princípios básicos. Não se trata de construir um projeto social e cultural que seja posterior à modernidade (pós-modernidade). Em verdade, o objetivo é remover os

---

<sup>181</sup> Lipovetsky, 2005b, p. 53.

obstáculos para o desenvolvimento do mercado, da eficiência técnica e do indivíduo. Assim:

Longe de decretar-se o óbito da modernidade, assiste-se a seu remate, concretizando-se no liberalismo globalizado, na mercantilização quase generalizada dos modos de vida, na exploração da razão instrumental até a “morte” desta, numa individualização galopante. Até então, a modernidade funcionava enquadrada ou entravada por todo um conjunto de contrapesos, contramodelos e contravalores. Não estamos mais naquele mundo.<sup>182</sup>

O liberalismo político, filosofia política defensora do cidadão contra o poder arbitrário do Estado e que propõe um modelo de liberdade pautada no livre desenvolvimento dos particulares na sua vida privada, e o liberalismo econômico, pensamento econômico e político que postula a menor intervenção do Estado na economia, asseverando que quanto menor a ingerência maior serão as trocas justas e adequadas reguladas pelo mercado, não encontram um contramodelo teórico que possa incentivar, por meio da sua adoção prática, a alteração da sociedade capitalista como um todo na maior parte dos países centrais e em desenvolvimento.<sup>183</sup>

No Brasil, no final da República Velha, ocorreu uma intensa crítica ao liberalismo, porque este não conseguiu promover a modernização necessária. Nesse momento, afirmava-se que os partidos políticos, ao invés de serem um elemento necessário, na democracia, para o desenvolvimento coletivo e individual dos cidadãos, serviam para concretização dos anseios particulares. Dessa forma, o Estado não buscava o interesse público, e sim os anseios de alguns particulares.

Assim, o ideal liberal é fortemente atacado por uma visão estatal mais intervencionista a partir da Revolução de 1930 e, principalmente, com o advento do Estado Novo, “regime autoritário estabelecido em 10 de novembro do ano anterior com o intuito explícito de varrer do país obstáculos

<sup>182</sup> Lipovetsky, 2005b, p. 53-54.

<sup>183</sup> As principais teses do liberalismo clássico ou tradicional, em linhas gerais, são: 1) a função do governo é principalmente a defesa das liberdades negativas, 2) apologia ao humanismo antropocêntrico e grande fé no individualismo, 3) defesa da legalidade e dos direitos humanos, principalmente de primeira geração (direitos de defesa do cidadão principalmente contra o Estado), 4) consentimento como base de governo, ênfase na democracia representativa e constitucionalismo como forma de desenvolvimento de um Estado limitado, 5) crença no mercado como um importante mecanismo para a concretização de trocas justas e 6) valorização do trabalho, da propriedade privada, da concorrência e do livre mercado. Para uma análise mais profunda sobre o liberalismo, veja-se Macedo, 1995.

estabelecidos pelos ‘ultrapassados’ princípios liberais, que insistiam em sobreviver.”<sup>184</sup> Após o fim do Estado Novo, até o advento do golpe de Estado de 1964, o relevante papel intervencionista do Estado continuou, tendo, por outro lado, retornado os princípios liberais políticos.

No entanto, a partir do golpe de Estado militar de 1964, os direitos políticos, a democracia representativa e os direitos civis foram profundamente afrontados. Esse sistema político autoritário convivia com um modelo econômico confuso que misturava um intervencionismo estatal desplanejado e alguns princípios liberais econômicos, como a livre iniciativa para as principais áreas.<sup>185</sup>

Após o fim do regime militar, observamos a prevalência do liberalismo, ainda que em duas versões diversas. Utilizando da dicotomia do liberalismo atual proposta por Macedo,<sup>186</sup> o período presidencial de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso pode ser descrito como neoliberal e o de Lula, como liberal social.

Esquemáticamente, no período neoliberal de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, 1) prevaleciam as liberdades econômicas, deixando em segundo plano os direitos prestacionais, 2) a dinâmica do mercado para controlar adequadamente a economia era considerada suficiente, sendo as intervenções estatais necessárias apenas para corrigir as eventuais falhas do mercado e 3) acredita-se que a história e a humanidade rumam em direção de um futuro melhor. Por outro lado, no período liberal social de Lula, 1) há uma maior valorização dos direitos políticos e sociais, 2) apesar de acreditar no seu papel fundamental, afirma-se que o mercado não é eficiente na produção de bens públicos e na capacidade de distribuição de bens e de rendas para os indivíduos nacionais e 3) a possibilidade de regresso civilizacional é considerada seriamente, constituindo a participação humana no desenvolvimento societal ferramenta importantíssima na construção social.

Independente do tipo de liberalismo contemporâneo adotado (neoliberalismo ou liberalismo social), se for considerado outros projetos sociais, é possível asseverar que o mercado, a técnica e o individualismo

---

<sup>184</sup> Gomes, 2006, p. 512.

<sup>185</sup> Sobre a política brasileira da República Velha ao final do regime militar brasileiro, veja-se Gomes, 2006, p. 490-558.

<sup>186</sup> Macedo, 1995, p. 39.

encontram-se hipervalorizados e sem barreiras concretas que dificultem substancialmente a concretização desses valores.

Por outro lado, o socialismo, projeto de sociedade pautado na ditadura do proletariado, e o comunismo, modelo social em que não há o aparelho estatal e inexistem classes sociais, estão desacreditados. Em primeiro lugar, pois o proletariado contemporâneo, sujeito histórico da revolução socialista/comunista, não se constitui em uma classe homogênea com os mesmos anseios e problemas, tendo sido retirado desse sujeito histórico grande parte do seu caráter revolucionário.

Ainda, a maioria dos países que adotaram o socialismo não construiu, substancialmente, um projeto social, cultural e individual mais democrático e emancipador, tendo, por outro, em alguns momentos, suas práticas sido mais opressoras do que as das sociedades capitalistas. Por fim, a alteração do capitalismo não parece factível, principalmente, porque a maioria da população, apesar das mazelas trazidas pelo sistema capitalista, não se propõe a mudá-lo profundamente, contentando-se com o liberalismo social.<sup>187</sup>

O republicanismo, projeto social, individual e político que propugna pela construção do bem comum e do compromisso com a vida pública, enfatizando a importância da participação política intensa, também não se apresenta como um modelo social factível de ser implementado na maior parte dos países centrais e em desenvolvimento. São duas as principais razões que obstam a concretização do republicanismo nos tempos contemporâneos.

A primeira é que o republicanismo, pelo menos o tradicional, impõe o virtuosismo, uma das facetas da ética laica do dever. Sendo assim, há uma dificuldade desse sistema social para se amoldar ao modelo de regulamentação atual, que é pautado em uma maior autonomia do sujeito avessa à padronização rígida dos deveres sociais.

A outra razão, não menos importante, é a extrema relevância que a vida privada adquiriu no desenvolvimento da personalidade e na vida cotidiana das pessoas. Sem dúvida, grande parte da população não é favorável a uma

---

<sup>187</sup> O panorama histórico durante a maior parte do Século XX foi absolutamente diverso, pois o socialismo demonstrava-se mais factível e aceito por uma parcela maior da população, ocorrendo revoluções socialistas em diversos países como na Rússia, na China e em Cuba. Sobre as idéias políticas no século XX, veja-se Berlin, 1981, p. 43-73.



redefinição da sociedade que conceda um menor valor à sua vida privada e à intimidade, atribuindo maiores deveres públicos, porque:

Sem dúvida, qualquer interpretação da palavra liberdade, mesmo que seja uma interpretação incomum, deve incluir um mínimo daquilo que chamei de liberdade “negativa”. Deve haver um lugar onde não me sentirei frustrado; um ser a quem outros proíbem fazer qualquer coisa sozinho não é um agente moral e não poderia, legal ou moralmente, ser reconhecido como ser humano, mesmo que um fisiologista, um biólogo ou até um psicólogo se sentissem compelidos a classificá-lo como um homem.<sup>188</sup>

No contexto moderno, que é reafirmado na hipermodernidade, a impossibilidade de intromissão na vida privada pelo Estado e por outros indivíduos não autorizados – liberdade negativa – constitui-se na característica que proporciona humanidade aos seres humanos. Importante ser observado que, na questão da liberdade, há uma completa alteração.

Somente era humano, na Antiguidade, aquele que participava da esfera pública. Por outro lado, atualmente a definição dos traços humanistas encontra-se no desenvolvimento da vida privada contemporânea, a qual é pautada na idéia de intimidade. Dessa forma, em regra, qualquer afronta à vida privada e à intimidade é considerada como limitação da liberdade.

No que se refere à eficiência técnica, mesmo com substanciais oposições ao seu uso, sua utilização não pára de crescer, assim como a aprovação popular do desenvolvimento de novas tecnologias. As críticas às novas técnicas foram diversas, mas as principais mostravam como os novos aparelhos e sistemas científicos oprimiram o ser humano, podendo assim ser sintetizadas: 1) o desenvolvimento das máquinas industriais, principalmente durante o começo da revolução industrial no século XIX, criou um tipo de trabalho extenuante e indigno, 2) as técnicas modernas e contemporâneas foram empregadas para fins não humanistas como captação maior de lucros e desenvolvimento de armas de guerra letais e mortais, 3) a adoção de máquinas, principalmente dos computadores, diminui enormemente os serviços prestados pelos seres humanos, causando um substancial desemprego estrutural e 4) o aperfeiçoamento técnico aumentou a poluição e a destruição dos recursos naturais, causando um gigantesco impacto natural.

---

<sup>188</sup> Berlin, 1981, p. 162.

Mesmo com todas essas críticas, o avanço técnico não foi estancado. Em verdade, mais do que nunca, a maioria da população vê com bons olhos o desenvolvimento tecnológico e sua popularização, pois, apesar de a tecnologia extinguir inúmeros empregos, o aumento na qualificação profissional permitiria que as pessoas tivessem acesso ao mercado de trabalho das profissões mais qualificadas, suprimindo a diminuição do emprego com baixa qualificação.

No que se refere ao caráter anti-humanitário da tecnologia, ainda que ela não sirva, muitas vezes, aos princípios humanitários emancipatórios, a técnica possibilitou um grande avanço na qualidade de vida das pessoas. São diversos os campos em que a tecnologia ajudou a emancipar o homem.

Citam-se dois exemplos positivos do desenvolvimento científico. Não há a menor dúvida de que os avanços no campo médico possibilitaram diminuir a taxa de mortalidade em todos os períodos da vida humana devido à criação de novos métodos e de procedimentos que se popularizam rapidamente. De outro lado, o acesso ao conhecimento e a difusão da comunicação por meio da computação e da internet deve ser louvado.

O terceiro pilar e mais importante para este estudo – o individualismo – não apenas foi mantido como as amarras em que estava imerso devido ao moralismo da ética laica do dever foram superadas. Em verdade, existiram três tipos (modelos) de individualismo desde a modernidade tradicional: individualismo moralista (modernidade tradicional), individualismo permissivo (pós-modernidade) e individualismo “politicamente correto” ou autocontrolado (hipermodernidade).<sup>189</sup>

A idéia de um indivíduo sem limites, que inspirou o surgimento da ética laica do dever e que foi substancialmente concretizada pelo individualismo permissivo, não recebe respaldo no tempo atual, apesar de uma análise rápida da realidade social contemporânea poder apontar, como padrão, um indivíduo absolutamente sem limites, hedonista e egoísta.

Não há dúvidas de que cada domínio da hipermodernidade:

apresenta uma vertente excrescente, desmensurada, ‘sem limites’. (...) Até os comportamentos individuais são pegos na engrenagem do extremo, do que são prova o frenesi consumista, o doping, os esportes radicais, os assassinatos

---

<sup>189</sup> Essa classificação é feita, principalmente, a partir da teoria de Lipovetsky. Sobre o individualismo permissivo, veja-se Lipovetsky, 2006, p. 31-110.

em série, as bulimias e anorexias, a obesidade, as compulsões e os vícios.<sup>190</sup>

Assim, não se pode negar que, por diversos fatores racionais e irracionais, além de sociais e individuais, uma parte considerável das pessoas desenvolve um individualismo sem limites que prejudica uma vida social, afetiva e biológica adequada e saudável, assim como, muitas vezes, afronta à vida de outras pessoas nos mais diferentes aspectos.<sup>191</sup> No entanto, deve-se deixar claro que a grande maioria das pessoas constitui-se em subjetividades controladas e regradas.

A razão do controle é simples: ocorreu uma internalização, pelos indivíduos, do “homo oeconomicus”,<sup>192</sup> que, nos diversos campos da vida – sexualidade, trabalho, religião, política, procriação, sindicalismo e etc. –, busca uma maximização dos ganhos e uma redução das perdas. A conduta que pauta a vida das pessoas contemporâneas constitui-se em um outro tipo de controle, o autocontrole, em que a autonomia do indivíduo é acentuada.

Apesar de autonomamente o indivíduo poder participar de orgias sexuais constantes, sendo este um exemplo de individualismo permissivo sem limites, a maior parte das pessoas assim não age, pois acredita que amealharia poucos ganhos e muitas perdas. Se, de um lado, teria um substancial acréscimo nos prazeres carnavais imediatos, de outro lado, devido a essa vida desregrada, poderia ter dificuldades em ter um bom rendimento no trabalho e nos estudos, prejudicando sua vida futura, além de se expor ao contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Ainda, provavelmente, por não ter um relacionamento amoroso mais sólido, não terá um companheiro fiel para confortá-lo nos momentos difíceis e ajudá-lo a esboçar e a desenvolver seus projetos em uma sociedade individualista que, muitas vezes, apenas se pode contar com as pessoas mais próximas.

---

<sup>190</sup> Lipovetsky, 2005b, p. 55.

<sup>191</sup> Laymert Garcia dos Santos apresenta casos paradigmáticos em que os três pilares da modernidade – indivíduo, mercado e técnica – encontram-se no extremo e sem limites estabelecidos: “A tecnociência fornece essa possibilidade porque o que a caracteriza é precisamente a ausência de limites, isto é, a abolição de todas as fronteiras, a abolição de todos os interditos. A tecnociência autoriza a realização dos mais loucos desejos de conquista: desejo de tudo fazer e de tudo saber” (Santos, L. G., 2003, p. 243). Sobre a ausência de limites na hipermodernidade, veja-se Santos, L. G., 2003, p. 229-245.

<sup>192</sup> Lipovetsky, 2005b, p. 56.

Assim, cabe à pessoa, na maior parte das vezes, optar, autonomamente, pela atitude a ser tomada e pela forma de portar-se na vida cotidiana. Portanto, não há mais um conjunto substancial de deveres previamente estipulados que obrigam o indivíduo a atuar de certa maneira.

Em verdade, aumentou-se o grau de autonomia concedida ao ser humano para desenvolver sua vida se comparado com a modernidade tradicional. No entanto, mais do que nunca, a história individual, ou seja, o conjunto de resultados práticos positivos e negativos da trajetória individual, passa a ser de inteira responsabilidade do indivíduo, já que se tratam de escolhas feitas sem imposição direta do moralismo.

Por óbvio, essa forma de compreender o desenvolvimento pessoal pressupõe a existência de um sujeito racional, que pode pensar e desenvolver ações de forma autônoma, avaliando as vantagens e as desvantagens. Assim, há uma extrema valorização das ciências e dos saberes que ajudam os indivíduos a desenvolver um caráter e uma personalidade adequados.

Nesse contexto, os livros de auto-ajuda ensinam ao indivíduo formas de atuar que podem beneficiar-lhe, trazendo mais ganhos do que perdas. Importante observar que esse saber trabalha por meio de sugestões às pessoas, e não de prescrições impositivas aos moldes do moralismo tradicional. Esses conselhos só serão adotados se, autonomamente, os indivíduos assim o quiserem.

Ainda, no caso das pessoas que, devido à intensa flexibilidade da vida contemporânea e ao seu constante grau de incerteza, tem dificuldades substanciais de atuar individual e socialmente, pois, em meio a tanta “liberdade”,<sup>193</sup> não se vêem aptas a tomar qualquer decisão, há os tratamentos psicológicos e psiquiátricos. Entre as inúmeras funções, essas terapêuticas buscam restabelecer, por meio de uma subjetividade adequada, um sujeito controlado e regado através de sua própria autonomia e que está disposto a assumir a responsabilidade por suas atitudes e ações.

A segunda modernidade, apesar de concretizar a emancipação do indivíduo do moralismo tanto laico como religioso, também promove, por meio

---

<sup>193</sup> O termo liberdade, neste trecho, refere-se à importância que a liberdade negativa – espaço da vida privada garantido contra a intromissão do Estado e dos demais particulares – recebe no período contemporâneo, inexistindo padrões fixos de agir impostos pelo moralismo.

da intimidade e da vida privada, direta ou indiretamente, certas opressões, além de paradoxalmente, por outro lado, postular um retorno da ética. Ainda, há profundas alterações dos anseios por proteção da vida privada contemporânea. Esse é o tema da próxima seção.

## **2.7. Dilemas da Vida Hipermoderna e Alterações na Vida Privada Contemporânea**

Apesar dos indícios de que o individualismo moralista não é mais o modelo padrão de indivíduo hegemônico em nossa sociedade, sendo substituído pelo individualismo “politicamente correto” ou autocontrolado, em virtude do ressurgimento da ética em diversos campos, poderia se indagar se não houve um regresso do individualismo moralista. Não parece ao autor deste trabalho que ocorreu um retorno predominante do individualismo moralista na maior parte das sociedades centrais e em desenvolvimento, mesmo com a volta das discussões éticas na hipermodernidade.

A sociedade pós-moralista é uma realidade nas sociedades contemporâneas democráticas e liberais, que representam a maior parte dos países centrais e uma quantidade substancial dos países em desenvolvimento. No entanto, ainda há, em certos assuntos, um peso relevante do discurso moralista opressor nessas sociedades. Dessa forma:

A lógica pós-moralista é a *tendência dominante* de nossa cultura ética, porém não exclusiva. Por isso, comporta também o aparecimento de fenômenos contraditórios, como o crescimento de movimentos caritativos e humanitários, a consolidação ou o ressurgimento de ações explicitamente moralistas, voltadas contra o aborto e a pornografia.<sup>194</sup>

Mesmo que não haja um regresso hegemônico do moralismo, este é importante em inúmeros assuntos e atitudes sociais e individuais, sendo a superação do moralismo uma pauta ainda relevante nas práticas e discursos progressistas. Citam-se alguns exemplos.

---

<sup>194</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 27.

William Kristol, editor da “Weekly Standard” e ideólogo neoconservador norte-americano, observa que, na disputa pela indicação do Partido Republicano nas eleições presidenciais norte-americanas, o melhor candidato dos conservadores seria Mike Huckabee, ex-governador do Estado de Arkansas.

Alega Kristol que via Huckabee como o melhor pois unia o posicionamento conservador em diversos temas, por exemplo, contrariedade ao casamento de homossexuais.<sup>195</sup> Dessa forma, é nítido o moralismo opressor, adotado por muitos cidadãos norte-americanos, sobre uma questão essencial ao ser humano contemporâneo: a orientação sexual.

De outro lado, a discussão sobre a liberalização dos costumes sexuais ainda enfrenta forte resistência do moralismo em especial o cristão. No Brasil, a discussão sobre o aborto, proposta em 2007 pelo ministro da saúde José Gomes Temporão, em virtude principalmente do moralismo cristão e laico, não prosperou.

Na Espanha, por sua vez, o Partido Socialista Operário Espanhol, do premiê José Luis Zapatero, começou o ano de 2008 em enfrentamento político com a Igreja Católica, principalmente a espanhola, em razão das profundas reformas das leis de costumes no Parlamento. Coordenada pela Igreja Católica, “milhares de pessoas participaram da manifestação em defesa da família tradicional cristã em Madri (...).”<sup>196</sup>

Apesar da importância minoritária do moralismo, o atual modelo ético, mesmo que imponha alguns deveres, não o faz, hegemonicamente, através do moralismo:

Depois de uma fase caracterizada pela “contra-moral” contestatória, pela recusa das normas repressivas e pelo hedonismo liberacionista, o tema ético retorna vigorosamente à pauta dos discursos sociais das democracias.

Não nos equivoquemos com isso. Bem sumariamente, o que se define como “retorno da moral” não significa de modo algum uma volta à religião tradicional do dever. (...) O que se difunde é a ética, mas nunca e em nenhum lugar a idéia do dever irreduzível. Assim, somos ávidos por regras justas e equilibradas, mas não de renúncia pessoal; queremos regulamentações, não imposições, “especialistas”, não fiscais da moral. Em suma, fazemos um convite à responsabilidade,

<sup>195</sup> Kristol, Folha de São Paulo, 09/01/2008.

<sup>196</sup> Folha de São Paulo, 06/01/2008, p. A14.

mas não exigimos uma inteira imolação ao próximo, à família e à nação.<sup>197</sup>

Mesmo tendo ocorrido um retorno da ética após o individualismo permissivo – modelo desenvolvido nas décadas de 60 e 70 do século XX –, na hipermodernidade não há um regresso, de forma preponderante, do moralismo por meio do novo padrão ético. Em verdade, o modelo ético contemporâneo desvincula-se do moralismo.

Assim, através dessa separação, foi construído um projeto paradoxal na ética hipermoderna: reunir o hiperindividualismo com o princípio da solidariedade. Se não se impõem deveres morais fixos através de uma moralidade individual e social rigorosa, concedendo-se enorme relevância à busca dos interesses individuais, por outro lado, procuram-se, a fim de efetivar o princípio da solidariedade, outras maneiras de difundir esse novo projeto ético. Dessa maneira, uma importante forma de desenvolver a ética hipermoderna constituiu-se na construção de regras dialogadas que, por meio de regulações geradas da forma mais plural e consensual possível, buscam a concretização da justiça e da solidariedade sem diminuir substancialmente a autonomia individual.

Esse modelo ético, apesar de buscar a solidariedade, não se propõe a afrontar consideravelmente os pilares da hipermodernidade – mercado, eficiência técnica e individualismo. Sendo assim, o novo modelo ético, por exemplo, postula uma ética empresarial que regule e traga a maior justiça possível nas relações entre as empresas, os funcionários, os demais agentes econômicos e os cidadãos sem afrontar o ideal capitalista. Se a ética empresarial puder, além de trazer certa justiça nas relações desenvolvidas pela empresa, gerar lucro, ainda melhor.

A ética contemporânea, no campo da técnica e da sua utilização, busca criar mecanismos que possibilitem o desenvolvimento dos processos produtivos e de consumo através da menor violação dos interesses difusos e coletivos. Um exemplo nesse campo é a responsabilidade socioambiental da

---

<sup>197</sup> Lipovetsky, 2005a, p. 26.

empresa, a qual deve concretizar o desenvolvimento sustentável, com o intuito de diminuir os danos à natureza e à saúde humana.<sup>198</sup>

Deve-se deixar claro: ao tentar unir o hiperindividualismo à solidariedade, o novo modelo ético não propõe a construção de limites muito rígidos ao indivíduo a fim de não o imobilizar através da defesa da solidariedade. Em verdade, a nova ética faz um chamamento de responsabilidade, o qual só pode ser aceito autonomamente, porque não é composto por muitos deveres morais exteriores ao indivíduo, como era no período moralista.

Vê-se, assim, o surgimento do hiperindividualismo, podendo esta figura ser comparada a Narciso,<sup>199</sup> já que os seres humanos, na construção da sua história individual, intentam desenvolver as chances e oportunidades cotidianas com o objetivo de trazer-lhes o maior benefício possível e de ampliar os prazeres da forma mais equilibrada, prejudicando minimamente os demais indivíduos. Dessa forma, Narciso decide as questões apresentadas de forma a ter mais ganhos individuais do que perdas em todos os aspectos da sua vida – sexualidade, trabalho, procriação, educação, família, política, sindicalismo e etc. -, não concedendo papel relevante à coisa pública. Sendo assim, para Narciso, nesse contexto:

A *res publica* se desvitalizou, as grandes questões “filosóficas”, econômicas, políticas ou militares despertam uma curiosidade semelhante àquela despertada por qualquer acontecimento comum, todas as ‘superioridades’ vão minguando aos poucos, arrebatadas que são pela vasta operação de neutralização e banalização sociais. Apenas a esfera privada parece sair vitoriosa dessa maré de apatia; cuidar da saúde, preservar a própria situação material, desembarar-se dos “complexos”, esperar pelas férias: tornou-se possível viver sem ideais, sem finalidades transcendentais.

---

<sup>198</sup> O tema da responsabilidade socioambiental deixa claro o paradoxo entre a busca do hiperindividualismo, hipertecnicismo e hipermercado (indivíduo, técnica e mercado livres dos entraves formulados pela modernidade tradicional na hipermodernidade) e a solidariedade social. Como bem pondera Altenfleder, a maior parte dessas ações apenas serve ao “marketing” das empresas, não realizando, de fato, projetos que busquem degradar menos a natureza e a saúde humana. Veja-se Altenfleder, Folha de São Paulo, 11/01/08, p. A3. Essa questão deixa nítida uma das idéias centrais da sociedade hipermoderna, a qual pode ser assim resumida: deve-se tentar equilibrar o mercado, o indivíduo e a técnica com a solidariedade social, no entanto, muitas vezes, na prática, a concretização desta é muito pequena e daqueles, substancial.

<sup>199</sup> Sobre a figura de narciso como representante do hiperindividualismo, veja-se Lipovetsky, 2006, p. 31-110 e Lipovetsky, 2007, p. 153-370.



Os filmes de Woody Allen e o sucesso que têm são o próprio símbolo desse hiperinvestimento do espaço privado (...).<sup>200</sup>

Na hipermodernidade, ao contrário da vida pública, há valorização da intimidade, da vida privada e da personalidade. O individualismo autocontrolado atribuiu-se limites autonomamente, em verdade, para poder desfrutar de uma vida privada e íntima melhor. Sendo assim, por exemplo, as pessoas dedicam-se ao trabalho e à educação, recusando muitas vezes os prazeres imediatos, com o objetivo de ter tranquilidade financeira para viver uma vida adequada na esfera privada e íntima a médio e longo prazos.

Os relacionamentos humanos com objetivos mais duradouros são estabelecidos na esfera privada e íntima, a fim de buscar uma maior estabilização do sujeito em um mundo bastante flexível. Ainda, as relações pessoais e íntimas foram potencializadas pela internet e pela computação, porque pessoas próximas sentimentalmente, por mais distantes fisicamente que se encontrem, podem comunicar-se rapidamente através dos novos meios de comunicação. Também, por meio da tecnologia informática, as pessoas conseguem relacionar-se próxima e calorosamente com inúmeros indivíduos que, em um primeiro momento, não se conhecem fisicamente.

Por meio de “blogs”, páginas na internet em que as pessoas podem publicar textos pessoais, sendo que muitos funcionam como diários íntimos acessados por qualquer pessoa conectada à rede internacional de computadores, a intimidade foi potencializada. No entanto, apesar de a intimidade ser valorizada, não é mais possível afirmar que os assuntos íntimos encontram lugar propício ao desenvolvimento apenas em círculo menor de pessoas longe do conhecimento dos demais indivíduos.

Em verdade, uma parte da intimidade das pessoas ainda requer e precisa da intensa defesa contra o conhecimento de sentimentos, de ações e de assuntos relativos à vida privada ao contrário da tendência publicizante de alguns aspectos da vida privada e da intimidade. Por exemplo, muitas vezes, devido à persistência na discriminação negativa em relação aos homossexuais através do moralismo opressor, desde que o indivíduo assim o queira, é legítimo e necessário que a informação sobre a sua orientação sexual não seja publicizada aos demais.

---

<sup>200</sup> Lipovetsky, 2006, p. 32-33.

Por outro lado, inúmeros assuntos que antes eram encobertos pelo manto da intimidade agora são amplamente expostos às pessoas em geral de maneira voluntária pelos próprios indivíduos. Deve-se frisar que a publicização da intimidade e da vida privada é um fenômeno cada vez mais intenso e aceito socialmente.

Principalmente em razão dos avanços tecnológicos, as pessoas voluntariamente abrem mão de assuntos que tradicionalmente estariam contidos sobre o manto da intimidade, gerando, portanto, a devida proteção contra os olhares públicos. Tal aspecto se torna patente quando os indivíduos fornecem voluntariamente, em sites como “YouTube”, vídeos íntimos, assim como quando, por meio do site “orkut”, desenvolvem publicamente relações bastante íntimas com outros indivíduos e tornam coletivas inúmeras informações pessoais.

Não há dúvida de que vivemos em uma sociedade da intimidade, pois o que as pessoas valorizam são suas vidas privadas, as quais possuem seu centro no fenômeno da intimidade, já que o desenvolvimento da e o compromisso com a vida pública encontram-se bastante enfraquecidos. No entanto, a forma como a intimidade é desenvolvida e protegida muda substancialmente na sociedade hipermoderna em comparação com a modernidade tradicional.

Se, de um lado, é necessário proteger inúmeras informações e assuntos íntimos da publicidade, existindo um grande reclamo nesse sentido, de outra parte, a intimidade tolera tranqüilamente em muitos casos, por vontade dos indivíduos e com apoio da sociedade, sua aparição pública. Na modernidade tradicional, a intimidade constitui-se no principal reduto de defesa contra o moralismo laico e religioso. Já no período hipermoderno, a vida pública perde ainda mais a importância em relação à modernidade tradicional, tendo as propostas políticas emancipatórias de transformação profunda da sociedade perdido a adesão dos indivíduos, além de a intimidade reinar soberana inexistindo a afronta do moralismo na maior parte dos casos e de a vida privada representar a forma por excelência de construção da humanidade.

Aqui há um relevante paradoxo da hipermodernidade. Como o tempo contemporâneo valoriza efusivamente a intimidade, a princípio, a sua tutela deveria significar que a intimidade é resguardada do conhecimento público.

Por outro lado, ocorre o exato contrário, porque se observa uma publicização intensa da vida privada. A sociedade da intimidade amplia a exposição voluntária da intimidade, além de violar, com um grau de intensidade alto, a vida íntima daqueles que não se propõem a divulgá-la.

Esse paradoxo pode ser reescrito superando a aparente contradição. Como na sociedade hipermoderna a vida privada, pautada na intimidade, representa para o indivíduo o desenvolvimento da sua humanidade, dos seus prazeres, do seu afeto e dos seus projetos de vida, há um anseio, ainda maior do que na modernidade tradicional, em conhecer a vida privada das outras pessoas, assim como de os indivíduos publicizarem voluntariamente sua intimidade. Como a intimidade constitui-se na principal experiência existencial humana, sua publicização recebe ares de natural.

Dessa forma, não crê o autor deste trabalho que, em linhas gerais, seja correta a tese de Arendt de que a intimidade não resistiria à atuação da esfera social.<sup>201</sup> Em verdade, a esfera social e a sua defesa da propriedade privada, a garantia da riqueza por si só e a construção de um sistema social que se importa primordialmente com a efetivação da vida biológica do ser humano é absolutamente compatível, atualmente, com a vida privada e a intimidade.

Tal fenômeno tornou possível ao ser substituída a forma totalmente padronizante do moralismo através do surgimento do pós-moralismo. Não há dúvidas de que o pós-moralismo produz outras formas de mazelas, porém não se pode negar a importante função da superação no moralismo privado e social que vigorou com força, pelo menos, até 1970.

Ainda, não se acredita em uma das teses de Saldanha quando assevera que “os enormes aumentos demográficos que ocorrem hoje em todo o mundo tendem, ao que parece, a diminuir a proporção do privado, agravando as pressões que a consciência individual sofre crescentemente.”<sup>202</sup> Apesar do aumento demográfico, observa-se que os estilos de vida e as práticas sociais apontam cada vez mais para o individualismo e a valorização da intimidade. Ao se observar as pessoas nas ruas das grandes cidades, vê-se nitidamente que os indivíduos estão absolutamente comprometidos com sua intimidade, exercendo pouco influencia na sua vida todas aquelas pessoas à sua volta.

---

<sup>201</sup> Arendt, 2005, p. 56-57.

<sup>202</sup> Saldanha, 2005, p. 11.

De outro lado, poderia ser dito que as regras e as metas no trabalho contemporâneo afrontam a intimidade das pessoas por meio da padronização imposta. Em parte essa afirmativa é verdadeira. No entanto, o trabalho passa a ter sentido como um instrumento para que o ser humano possa, por meio do salário recebido, construir na sua vida privada uma vida prazerosa.

Assim, há uma profunda relação entre o trabalho e a construção da vida privada e da intimidade. Dotado de dinheiro, pode o indivíduo viajar sozinho ou acompanhado dos seus entes queridos; construir ou comprar uma casa aconchegante para a vivência da intimidade; consumir produtos que preenchem muitas vezes parte do seu vazio existencial; ter acesso às artes; desenvolver-se educacionalmente; e realizar tantas outras atividades direta ou indiretamente relacionadas com a individualidade e com a vida privada.

Antes de terminar este capítulo, faz-se necessário apontar alguns aspectos negativos da sociedade hipermoderna e pós-moralista no campo social e individual. Citam-se alguns exemplos.

Por mais que as pessoas busquem a felicidade e considerem-se felizes, observa-se um grande vazio existencial na vida das pessoas, que pode ser comprovada pela forte procura aos saberes psicológicos e aos livros de auto-ajuda. Se, de um lado, a superação do moralismo foi importante, de outro lado, a maior parte dos indivíduos não se sente bem individual e socialmente.

No que se refere à economia, mesmo a maior parte da população apoiando o sistema capitalista, o atual projeto de desenvolvimento do trabalho gera enorme apreensão, estresse e desgostos a enorme parcela da população. Uma das principais questões diz respeito à constante instabilidade empregatícia.

Por mais que o funcionário siga as diversas metas e objetivos propostos pela empresa e o seu estatuto de ética, além de trabalhar arduamente, dificilmente sente-se seguro no emprego. Como a vida contemporânea depende, para parte substancial da população, do salário, promotor da vida biológica e das benesses da vida privada, o grau de preocupação e ansiedade é alto, inexistindo garantias empregatícias que permitam aos indivíduos elaborar um projeto de vida a médio e a longo prazo.

Se, por um viés, a liberalização dos costumes suplantou inúmeros preconceitos moralistas, em razão da superação de alguns costumes e

padrões, também gerou outras adversidades. No tocante aos relacionamentos amorosos, os indivíduos tentam viver uma relação que traga felicidade para si, tendendo a repudiar e a terminar relações infelizes. Dessa forma, apesar de os laços amorosos corretamente buscarem a felicidade, os términos desses romances trazem, geralmente, enorme triste para uma das partes, pois normalmente um dos parceiros tem a intenção de manter a relação.

Ainda, a possibilidade de divórcio constitui-se em uma conquista extremamente progressista. No entanto, quando os casais possuem filhos, em virtude das desavenças e das brigas existentes durante o período de término, os filhos sofrem bastante com a conturbada relação entre seus pais.

Sendo assim, os laços sociais mais intensos foram rompidos, permanecendo o indivíduo à deriva e à sua própria sorte. Mesmo que a vida privada seja absolutamente defendida pela maior parte da população, vendo com péssimos olhos a necessidade de cumprir deveres coletivos e públicos, cada vez mais as pessoas sentem-se sozinhas e buscam relacionar-se com os demais, por exemplo, por meio da internet e de seus diversos instrumentos. No entanto, como, muitas vezes, os indivíduos somente querem encontrar uma pessoa que acolha aos seus interesses, não compreendendo que o outro (alteridade) possui seus próprios anseios, as relações humanas tornam-se difíceis.

Não há uma fórmula mágica que resolva os atuais problemas contemporâneos dos indivíduos e da sociedade. Em verdade, pensa o autor deste trabalho que a superação do moralismo e a ênfase concedida à intimidade e à vida privada foram fatores, em geral, positivos na história ocidental. De outro lado, a extrema relevância do privado, por sua vez, também causou substanciais problemas às pessoas.

Sendo assim, prescritivamente, este trabalho julga fundamental retomar o desenvolvimento da vida pública, do espaço público e da coisa pública (República). Não se trata de tarefa fácil, no entanto, com a extrema valorização da esfera privada, observa-se que os seres humanos, para alterarem os aspectos negativos do tempo atual, devem, por meio da atividade do agir, construir novas propostas, regulamentações e ideais que, ao mesmo tempo em que garantam à intimidade, promovam um mundo comum possível de ser compartilhado solidariamente.

Como bem salienta Saldanha:

O homem: é provável que somente o homem tenha a vivência do público e do privado. Ocioso dizê-lo, bem como dizer que só os seres humanos criam problemas, criam cidades (as construções das abelhas são outra coisa) e transformam as dificuldades em experiência. O homem como ser histórico; o humano como presença e qualificação.<sup>203</sup>

Atualmente, quase todas as experiências fundamentais dos seres humanos são praticadas e vivenciadas no plano privado e íntimo. Assim, chegou o momento de revalorizar o seu aspecto público.

Crê-se que o reviver do fenômeno público deve ser pautado na idéia de pluralidade arendtiana que, através da liberdade política, pode construir um mundo no qual, não negando as particularidades de cada ser humano, seja factível a construção dialogada para além dos interesses privados dos indivíduos.

Se, por um lado, a construção política, a qual informa a esfera pública, encontra-se cada vez mais desacredita pelos indivíduos, de outro lado, em virtude dos males que afrontam as pessoas e as sociedades contemporâneas, também é possível que os seres humanos compreendam a necessidade de construção de uma sociedade mais solidária e menos individualista, além de comprometida com a vida e com a coisa públicas.

Em verdade, infelizmente, não há substanciais indícios que acontecerá um maior implemento da solidariedade e da vida pública contemporaneamente. No entanto, não se deve ser pessimista em assuntos humanos, pois sempre existe a possibilidade de um novo começo.

Arendt, ao analisar o fenômeno totalitário, que destruiu a cultura humanista, oprimindo e exterminando milhões, mesmo assim não foi pessimista, terminando o livro “Origens do Totalitarismo” da seguinte forma:

Mas permanece também a verdade de que todo o fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo”, disse

---

<sup>203</sup> Saldanha, 2005, p. 146.

Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo, ele é, na verdade, cada um de nós.<sup>204</sup>

O término do moralismo, em um aspecto, colocou fim a um conjunto de deveres sociais e individuais opressores, no entanto, ao valorizar exacerbadamente o desenvolvimento da vida privada, criou outros problemas. Como disse bem Arendt, todo fim é um novo começo.

Sabe-se que a valorização da intimidade e da vida privada com o fim do moralismo trouxe vantagens aos seres humanos, porém, neste novo começo, outras lutas e demandas aparecem, as quais devem e podem ser enfrentadas por meio da construção política, dialógica e solidária, basta querermos. Há um mundo por ser pensado e criado, seja bem-vindo à sua construção.

---

<sup>204</sup> Arendt, 2000, p. 531.

### **3. RECONHECIMENTO JURÍDICO DA INTIMIDADE E DA VIDA PRIVADA: CONSTRUÇÃO TEÓRICA, POSITIVAÇÃO E DILEMAS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS**

#### **3.1. Questões Preliminares**

A vida privada dos indivíduos é a principal forma de desenvolvimento da maior parte das relações e dos valores considerados essenciais aos seres humanos. O elemento central das vidas privadas moderna e contemporânea é a intimidade, um valor que se opõe à padronização social, propondo a construção de relações afetivas e pessoais com certo grupo de pessoas e com determinados espaços e animais, além de revolucionar a interação do indivíduo com o seu corpo e com a sua mente.

Sendo a vida privada e a intimidade questões tão relevantes para os modernos assim como para os contemporâneos, por consequência, o direito foi chamado a tutelar esses importantes valores e relações como bens jurídicos. Dessa forma, este capítulo apresentará como o direito começou a tutelar a vida privada e a intimidade, como essa proteção desenvolveu-se e quais são os aspectos jurídicos mais relevantes.

Assim, propõe-se, mais uma vez, uma análise histórica, neste momento, da tutela jurídica da vida privada e da intimidade, acreditando que o olhar histórico pode, novamente, ajudar na compreensão da intimidade e da vida privada. Nessa empreitada, buscar-se-á observar como os desenvolvimentos históricos e sociais influenciaram o desenvolvimento da proteção da personalidade humana e, por consequência, da intimidade e da vida privada.

A história da proteção jurídica da personalidade humana e da intimidade começa com as revoluções americana e francesa, momento em que os indivíduos exigem a concretização dos direitos naturais, agora designados de direitos humanos. Esses dois processos revolucionários vitoriosos, cada um da sua forma, reconheceram os direitos humanos.

No entanto, em razão do moralismo laico e religioso e da prevalência dos interesses patrimoniais sobre os interesses existenciais, a pessoa humana



não foi devidamente protegida pelo direito. Em verdade, a proteção ao indivíduo humano e à sua personalidade iniciou com os desenvolvimentos doutrinários e jurisprudenciais durante o século XIX, obtendo um reconhecimento efetivo do direito após a primeira metade do século XX.

Para se compreender o direito à intimidade e à vida privada, é imperioso analisar algumas questões relativas à idéia de personalidade humana física e moral, ao desenvolvimento dos direitos humanos, fundamentais e da personalidade, à construção doutrinária e jurisprudencial do *right to privacy* e à aplicação prática dos direitos fundamentais contemporaneamente. Sendo assim, essa é a proposta deste capítulo.

### **3.2. A Personalidade Humana**

A compreensão da vida privada e da intimidade como um elemento fundamental da personalidade humana parece ao autor deste trabalho ser uma chave de leitura fundamental para entender a proteção jurídica autônoma desses bens jurídicos contemporaneamente e, também, a tutela da intimidade e da vida privada por meio de outros institutos jurídicos. A personalidade humana é uma construção moderna que demonstra a valorização do indivíduo moderno e, principalmente, do hiperindividualismo contemporâneo.

Deve-se reafirmar que, conforme visto no capítulo anterior, o hiperindividualismo representa a promoção do indivíduo sem as limitações modernas, como o moralismo opressor, por exemplo. Apesar de, no hiperindividualismo - individualismo no período contemporâneo (hipermodernidade) -, existirem seres humanos que se constituem em sujeitos sem limites, os quais apenas se importam com seus prazeres e gozos imediatos, desprezando a alteridade dos outros indivíduos, a maior parte dos indivíduos contemporâneos (hiperindivíduos) tenta aliar uma vida de prazeres comedidos, organizados e disciplinados com ideais de solidariedade.

Dessa sorte, a maior parte dos hiperindivíduos quer a concretização de bens essenciais ao desenvolvimento da personalidade humana, ou seja, exigem a defesa jurídica de seus interesses, necessidades, sentimentos e

emoções. Por outro lado, esses mesmos indivíduos contemporâneos não se contentam somente com a promoção e a manutenção da sua personalidade humana (aspecto individualista), mas também postulam a proteção dos bens essenciais à personalidade dos seus semelhantes, (fato que demonstra certa solidariedade). Vê-se, neste caso, uma típica manifestação da ética hipermoderna, já que há uma proposta, sem dúvida difícil, de equilibrar individualismo com solidariedade.

Esta seção, dessa forma, abordará, em linhas gerais, o conceito de personalidade humana, sendo a vida privada e a intimidade um elemento fundante da personalidade. Ainda, por meio da breve análise sobre a pessoa humana e a sua personalidade, apresentar-se-á como o ordenamento jurídico tenta tutelar valores, fatos, situações e sentimentos que os contemporâneos julgam fundamentais nas suas vidas, dando ênfase à tutela prevista no sistema jurídico brasileiro.

Dessa forma, para cumprir o intento acima, é imperioso delimitar a espécie de personalidade tutelada juridicamente que será analisada neste trabalho. É clássica a definição de personalidade jurídica como a “aptidão para ser titular autónomo de relações jurídicas”,<sup>205</sup> sendo esse conceito um pressuposto para que os seres humanos (pessoas naturais) e as pessoas coletivas (jurídicas) sejam entes titulares de direitos e deveres jurídicos.

Contemporaneamente, afirma-se que o reconhecimento da personalidade jurídica das pessoas humanas é uma exigência posta pela dignidade de todos os seres humanos, os quais, em virtude do seu nascimento com vida, devem ter aptidão para serem titulares de direitos e deveres jurídicos, construção tutelada, por exemplo, no direito brasileiro nos artigos 1º e 2º do Código Civil Brasileiro - CC.

Por outro lado, no contexto deste trabalho, o termo personalidade refere-se à condição existencial do ser vivo e à tutela dos principais bens e situações existenciais necessárias ao pleno desenvolvimento físico e moral de cada pessoa humana. Sendo assim, compreende-se que a “pessoa humana deve ser o centro das preocupações dos juristas, e o apelo que a estes é dirigido para a sua tutela jurídica emana do mais fundo substracto axiológico

---

<sup>205</sup> Pinto, C. A. M., 1999, p. 191.

que constitui o Direito como tal”,<sup>206</sup> sendo, portanto, tutelados os bens jurídicos inerentes à materialidade e à espiritualidade de cada ser humano individual.

Dessa forma, o primeiro conceito de personalidade versa sobre um requisito fundamental e necessário para ser sujeito de direito, constituindo-se em um pressuposto para aquisição e titularidade de direitos e de deveres. Já o outro conceito de personalidade tem por escopo proteger juridicamente o ser humano concreto e histórico com o intuito de resguardar um adequado desenvolvimento físico e moral, isto é, tutelam-se os modos de ser da personalidade.

O primeiro conceito – personalidade como requisito para ser sujeito de direito - será designado, a partir de agora, como personalidade jurídica. Sendo assim, quando se utilizar o termo personalidade neste trabalho, adotar-se-á o outro conceito de personalidade - bens físicos e morais essenciais aos seres humanos contemporâneos -, podendo, ainda, ser empregado como sinônimo de personalidade o termo personalidade humana.

Apesar de ambos os conceitos de personalidade (personalidade jurídica e personalidade propriamente dita, sinônimo de personalidade humana) relacionarem-se intensamente - como corretamente aponta Capelo de Sousa,<sup>207</sup> pois, para que o ser humano possa ser sujeito de direito, torna-se fundamental a tutela de alguns bens fundamentais da sua personalidade como a identidade, a liberdade, a vida, a igualdade e tantos outros -, os dois conceitos de personalidade vistos acima regulamentam bens e situações substancialmente diversas. Neste trabalho que busca analisar a vida privada e a intimidade com especial função de ajudar a compreender o momento contemporâneo, o estudo centrar-se-á no segundo conceito de personalidade – bens essenciais ao desenvolvimento físico e moral do ser humano individual.

Como se demonstrou nos capítulos anteriores, a defesa dos bens essenciais ao desenvolvimento físico e moral de cada um dos seres humanos iniciou-se na modernidade, com a criação da categoria dos direitos naturais pelo jusnaturalismo moderno e com o advento da intimidade, por exemplo. Através do advento da esfera social, conforme descrito por Arendt, o Estado-nação tornou-se responsável pela manutenção e pela promoção da vida

---

<sup>206</sup> Pinto, P. M., 1993, p. 480.

<sup>207</sup> Sousa, 1995, p. 106-107.

biológica de todos os seres humanos nacionais, além de promover a defesa da propriedade privada e da riqueza por si sós.

A tutela da propriedade privada e da riqueza, conforme visto no capítulo 1, tornou-se independente, a partir da modernidade, de qualquer função público-política que esses bens poderiam concretizar,<sup>208</sup> sendo um exemplo contemporâneo desse fenômeno a tutela da propriedade privada nos artigos 1.228 a 1.232 do CC, no artigo 5º, XXII, da Constituição da República Federativa do Brasil – CF e no artigo 17 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 - DUDH. Dessa forma, o ideal grego antigo que protegia a propriedade privada como um requisito necessário para que o membro da espécie humana pudesse dedicar-se à vida pública e tornar-se um cidadão e, por consequência, conforme os ideais da época, um ser humano propriamente dito, praticamente desapareceu.

De outro lado, quando questões eminentemente privadas transmutam-se em assuntos públicos, a manutenção da vida biológica - grande função da esfera privada até a modernidade – passa a ser uma questão pública e de responsabilidade da esfera pública, em verdade social, pois a esfera pública mais parece uma grande família que procura sanar as demandas biológicas de seus membros. Por óbvio, a partir desse contexto, a defesa da vida de todos os seres humanos, apenas por pertencerem à espécie humana, foi substancialmente ampliada pela tutela jurídica.

Nesse contexto, a modernidade começou por proteger, inicialmente, a vida biológica de todos os seres humanos. De outro lado, além da vida biológica em sentido estrito, a partir da modernidade tradicional e em especial da hipermodernidade, foi ampliada a defesa da pessoa humana, já que o direito passou a tutelar um aspecto hoje considerado, corretamente, como fundamental e essencial ao desenvolvimento da pessoa humana: os bens físico-psíquicos de cada ser humano.

---

<sup>208</sup> Não há dúvida de que a propriedade privada deve cumprir sua função social contemporaneamente. No entanto, a função social da propriedade, atualmente, relaciona-se com a necessidade de manutenção do processo biológico dos seres humanos, principalmente, nacionais. Por exemplo, a propriedade privada rural deve ser produtiva, nos termos do artigo 185, II, CF, e observar as disposições das relações de trabalho, de acordo com o artigo 186, III, CF, ou seja, deve ser útil e ter a função de concretizar a vida biológica dos seres humanos. A função política e pública da propriedade privada, como um elemento necessário para que o membro da espécie humana torne-se um ser humano, conforme a prática grega antiga, foi perdida.

Contemporaneamente, entende-se que as faculdades do espírito como o pensar, a vontade e o juízo, além dos sentimentos, das emoções e dos valores (dor, alegria, felicidade, liberdade, igualdade e outros), encontram-se ligadas diretamente com o processo de desenvolvimento dos órgãos e tecidos dos seres humanos, sendo estes, por sua vez, profundamente influenciados pelo ambiente externo ao ser humano (meio-ambiente). Sendo assim, não é possível a construção de tutelas separadas e autônomas das faculdades do espírito, dos sentimentos, das emoções, do corpo humano e do meio-ambiente. Dessa sorte, adequadamente, a proteção da personalidade pressupõe a compreensão:

do carácter unitário, complexo, integrado e dinâmico da personalidade humana, tal como vem sendo revelado pelas ciências do homem. Ou seja, a personalidade é uma unidade físico-psico-ambiental que coordena e assume as suas funções e que é composta por uma grande multiplicidade e diversidade de elementos, internos e ambientais, que integradamente se funde em um conjunto que os ultrapassa, os referencia e os projecta e que em si mesmo tem uma dinâmica própria.<sup>209</sup>

Essa profunda e complexa visão da personalidade humana abarca os conceitos de modos de ser físicos e morais dos seres humanos,<sup>210</sup> designados por Capelo de Sousa como, respectivamente, o aspecto unitário somático-psíquico e o aspecto relacional eu-mundo da personalidade.<sup>211</sup> Os elementos que compõem os dois aspectos da personalidade não podem ser enumerados taxativamente, pois a personalidade humana constitui-se em uma complexa e sempre cambiante combinação.

No entanto, há certos elementos estruturais que, para além da complexidade e da dinâmica, fornecem certa solidez às personalidades física e moral do ser humano contemporâneo. O aspecto unitário somático-psíquico, personalidade física, possui os seguintes elementos estruturais: a vida humana, o corpo e seus elementos básicos, o espírito e os seus sistemas fundamentais e a capacidade criadora do homem e suas respectivas

---

<sup>209</sup> Sousa, 1995, p. 199.

<sup>210</sup> Pinto, C. A. M., 1999, p. 97.

<sup>211</sup> Sousa, 1995, p. 202-203.

criações.<sup>212</sup> Far-se-á a apresentação desses elementos e a demonstração da sua concretização normativa no ordenamento jurídico brasileiro e no plano normativo internacional com a Declaração Universal dos Direitos do Homem – DUDH e através das normas contidas na Convenção Americana de Direitos Humanos - CADH.

A vida humana, primeiro bem do aspecto unitário somático-psíquico da personalidade, impõe que o Estado e os particulares não atentem contra a vida de cada ser humano particular, de acordo com os artigos 5º, *caput*, CF e 3º, DUDH. Existem, por óbvio, exceções a esse comando normativo. Por exemplo, a pena de morte no Brasil é permitida em caso de guerra declarada, nos termos do artigo 5º, XLVII, “a”, CF, sendo uma exceção à impossibilidade de afronta à vida promovida pelo Estado, não podendo essa pena ser restabelecida pelo Estado que a tenha abolido, em conformidade com o artigo 4º, §3º, CADH. De outro lado, nos casos de estado de necessidade e de legítima defesa nos termos dos artigos 24 e 25 do Código Penal – CP, essas figuras jurídicas excluem a antijuridicidade, não punindo os particulares, por exemplo, pela conduta típica de homicídio.

A defesa à vida, além de proibir, em regra geral, a ofensa a esse bem jurídico das pessoas nascidas com vida, tipifica como crime o aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento no artigo 124, CP e o aborto provocado por terceiros nos artigos 125 e 126, CP, não sendo punido o aborto necessário (não há outra forma de salvar a vida da mãe além da prática do aborto) e o aborto no caso de gravidez resultante de estupro no artigo 128, CP. Não se pode esquecer, ainda, que desde a concepção, os direitos do nascituro são protegidos, em conformidade com o artigo 2º, CC.

Também, além de ser tutelada a vida dos seres humanos e a dos nascituros, é imposta aos particulares e ao Estado a concretização da dignidade da pessoa humana, conforme o artigo 1º, III, CF. Para que esse princípio torne-se realidade, importante papel é desenvolvido pela efetivação dos direitos sociais, como, nos termos do artigo 6º, CF, “a educação, o lazer, a

---

<sup>212</sup> O conceito de complexo unitário somático-psíquico da personalidade foi desenvolvido, principalmente, a partir dos estudos sobre os saberes bio-psicológicos, isto é, biologia, psicologia e psicanálise. Veja-se Sousa, 1993, p. 110-111. A estrutura do aspecto unitário somático-psíquico da personalidade, que se compõe nos bens vida humana, corpo, espírito e capacidade criativa, seguida neste trabalho em linhas gerais, também foi proposta por Capelo de Sousa. Veja-se Sousa, 1993, p. 203-243.

segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Sendo tutelados os direitos sociais ao trabalho, ao repouso e ao lazer, à educação, à cultura e aos bens culturais, respectivamente, nos artigos 23, 24, 26 e 27, DUDH.

O segundo bem essencial da personalidade no aspecto unitário somático-psíquico é a defesa do corpo e das suas partes, que possibilita a vida biológica (somática) e o desenvolvimento da psique de forma saudável. O Código Civil Brasileiro tutela a integridade física e corporal no artigo 13, prescrevendo que é defesa a disposição voluntária do próprio corpo se importar em diminuição permanente da integridade física, sendo, por outro lado, permitida a doação de órgãos e tecidos para transplante.

A integridade física é garantida constitucional e internacionalmente, tanto pela defesa do direito à vida, como em virtude da impossibilidade de prática de tortura, em conformidade com os artigos 5 °, III, CF e 5 °, DUDH. Ainda, além do estabelecimento dos crimes contra a pessoa humana, nos termos dos artigos 121 a 128, CP, a lesão corporal é tipificada no artigo 129, CP.

Nos termos do artigo 13, CC, há certa possibilidade de modificação do corpo e das suas partes por meio da prática da tatuagem, da utilização de *piercings* e de outras disposições corporais que não diminuam permanentemente a integridade. Ainda, com o intento de proteger os corpos dos indivíduos, são tipificados o perigo de contágio venéreo e o perigo de contágio de moléstia grave, respectivamente, nos artigos 130 e 131, CP.

O espírito e os seus sistemas fundamentais constituem-se no terceiro elemento fundamental do aspecto unitário somático-psíquico da personalidade humana. Nesse sentido, o pensar, o querer e o juízo são tutelados, além dos sentimentos e das emoções. Assim, por exemplo, neste elemento é tutelado o sentimento religioso, nos termos dos artigos 5 °, VI, CF, 208, CP e 18, DUDH.

Por fim, não se pode esquecer de um quarto elemento essencial, a proteção da capacidade criadora do homem, compreendendo que “cada homem detém um direito à sua integridade e à sua autodeterminação criativa,

sendo ilícitas as ofensas às respectivas capacidades e ao livre uso das mesmas”,<sup>213</sup> obtendo tutela no artigo 5.º, XXVII, XXXIII e XXIX, CF.

Há, também, na feliz estruturação de Rabindranath Capelo de Sousa, outro aspecto da personalidade humana, a dimensão relacional eu-mundo, conhecida como personalidade moral da pessoa humana, sendo assim sintetizada a sua posição:

Simplesmente, e para além dessa unidade psico-somática, toda a personalidade humana é um ser com uma estrutura mais alargada, de teor relacional, sócio-ambientalmente inserida e que abarca dois pólos interactivos: o «eu» (enquanto conjunto de funções e potencialidades de cada indivíduo) e o *mundo* (tomado este, quer de um ponto de vista psicológico interno, como *objecto* ou *conteúdo* sobre que incide a vida psíquica personalizada, quer ainda, no plano da actividade relacional, com o *próprio conjunto das forças ambientais* em que se situa cada indivíduo), tudo o que se encontra igualmente protegido na ideia de «personalidade moral» (...).<sup>214</sup>

O aspecto relacional eu-mundo, também, não pode ser descrito de forma completa e pormenorizada, no entanto é necessário apontar os seus componentes mais relevantes: identidade, liberdade, igualdade, segurança, ambiente, honra, vida privada e intimidade e desenvolvimento da personalidade.<sup>215</sup>

Cada ser humano constitui-se em uma pessoa individual, pois “é portador de uma unidade diferenciada, original e irrepetível, oponível externamente, na qual se aglutinam, se complementam e se projectam, identificando-se, todos os seus múltiplos elementos e expressões”,<sup>216</sup> devendo ser respeitada a sua identidade. Dessa forma, tutela-se, por exemplo, a inserção social dos indivíduos (história pessoal, decoro, reputação, bom nome, identidade sexual, familiar, racial, política e cultural), os elementos da sua identidade (imagem física, gestos e voz) e os próprios sinais sociais da identidade pessoal (nome, pseudónimo, estado civil, naturalidade e domicílio).<sup>217</sup>

---

<sup>213</sup> Sousa, 1995, p. 238.

<sup>214</sup> Sousa, 1995, p. 200.

<sup>215</sup> Esses elementos da estrutura do aspecto relacional eu-mundo, personalidade moral, também foram propostos por Capelo de Sousa (1995, p. 243-359), sendo seguidos em linhas gerais neste trabalho.

<sup>216</sup> Sousa, 1995, p. 244.

<sup>217</sup> Sousa, 1995, p. 246-252.



No que se refere à inserção social dos indivíduos, pode-se citar, por exemplo, a vedação do racismo, que discrimina negativamente a identidade racial, o qual se constitui em crime, de acordo com o artigo 5º, XLII, CF. Em relação aos elementos da identidade, para ilustrar, há a defesa da imagem física em conformidade com o artigo 5º, X, CF e com o artigo 20, CC. O direito ao nome e ao pseudônimo, nos artigos 16 a 18, CC, assim como o direito ao prenome e nome, de acordo com o artigo 18, CADH, exemplifica a proteção aos próprios sinais sociais da identidade pessoal.

A liberdade, por sua vez, estabelece-se como segundo bem fundamental do aspecto relacional eu-mundo, sendo definida, por Capelo de Sousa, como:

todo o poder que o homem exerce sobre si mesmo, auto-regulando o seu corpo, o seu pensamento, a sua inteligência, a sua vontade, os seus sentimentos e o seu comportamento, (...) auto-apresentando-se como ser livre, criando, aspirando e aderindo aos valores que reputa válidos para si mesmo, escolhendo as suas finalidades, activando as suas forças e agindo, ou não agindo, por si mesmo.<sup>218</sup>

Observa-se nesse conceito de liberdade uma profunda influência do pensamento de liberdade negativa conforme proposto por Isaiah Berlin, o qual defende uma área espacial e psicológica que não pode ser ofendida e violada pelo Estado e que, de outro lado, deve ser desenvolvida de forma independente pelo indivíduo. Assim, por meio dos sentimentos, dos pensamentos, da vontade, os seres humanos constroem autonomamente sua vida, desenvolvendo suas relações individuais e sociais.

Há a devida previsão de um direito geral à liberdade por meio dos artigos 5º, *caput*, CF e 3º, DUDH. Ainda, ninguém pode obrigar ou proibir alguém de fazer ou de não fazer alguma coisa senão em virtude de lei, nos termos do artigo 5º, II, CF. Também, por exemplo, são garantidos a liberdade de ir e vir, de acordo com os artigos 5º, XV, CF, 13, DUDH e 13 CADH; o livre exercício do trabalho, em conformidade com o artigo 5º, XII, CF; e a liberdade de pensamento, segundo os artigos 5º, IV, CF, 18, DUDH e 13, CADH.

Se, de um lado, a personalidade no aspecto relacional eu-mundo exige a liberdade negativa, autorizando o livre desenvolvimento da personalidade por meio da construção autônoma de posicionamentos individuais e sociais. De

---

<sup>218</sup> Sousa, 1995, p. 259.

outro lado, autoriza o desenvolvimento, desde que os seres humanos assim o queiram, da liberdade pública, aos moldes trazidos por Arendt, pois são garantidas as liberdades de reunião e de associação, nos termos dos artigos 5º, XVI a XXI, CF e 20, DUDH e a liberdade de expressão, de acordo com o artigo 5º, IV, CF, 19, DUDH e 13, CADH.

A igualdade constitui-se no terceiro elemento essencial da personalidade relacional eu-mundo, protegida no artigo 5º, *caput*, CF e 3º, DUDH como direito geral à igualdade, tanto nas relações públicas como nas relações privadas. No que se refere às relações privadas, para ilustrar, os direitos e os deveres da sociedade conjugal devem ser exercidos pelo homem e pela mulher de forma igualitária, conforme o artigo 226, § 5º, CF, além de não ser permitido tratamento desigual entre os filhos havidos dentro do casamento e os advindos de relacionamentos não matrimonializados, de acordo com o artigo 227, § 6º, CF.

Além de não ser possível discriminar negativamente as pessoas, o Estado deve buscar o bem de todos, principalmente por meio das políticas públicas, sem qualquer discriminação em relação à origem, à raça, ao gênero, à orientação sexual e à classe social, de acordo com art. 3º, IV, CF.

Entrelaçado com a igualdade há o elemento segurança:

que abrange não apenas a defesa da pessoa humana contra toda a forma arbitrária de repressão, como ainda a tutela de um mínimo de condições económico-materiais de subsistência, indeclináveis face à dignidade de qualquer pessoa humana.<sup>219</sup>

Dessa forma, o Estado deve fornecer, caso a pessoa humana concreta não possua, um mínimo de bens materiais. Esse ideal é albergado no Estado brasileiro, que necessita promover, principalmente por meio de políticas públicas, a erradicação da pobreza e da marginalização social, nos termos do art. 3º, III, CF, concretizando o mínimo existencial.

Na relação eu-mundo, para o desenvolvimento da personalidade moral, um ambiente adequado à vida humana, logo sadio e ecologicamente equilibrado, é requisito essencial, constituindo-se em outro elemento necessário à tutela da personalidade. Nesse sentido, observa-se a proteção do

---

<sup>219</sup> Sousa, 1995, p. 297-298.

meio ambiente ecologicamente equilibrado, em conformidade com o artigo 225 da CF.

A honra, definida como a “*projecção* na consciência social do conjunto dos valores pessoais de cada indivíduo, desde os emergentes da sua mera pertença ao género humano até aqueles outros que cada indivíduo vai adquirindo através do seu esforço pessoal”,<sup>220</sup> merece proteção jurídica em diversos campos ao prescrever um dever geral de respeito, exigindo abstenções de ofensas a esse bem jurídico e, por consequência, resguardando os valores pessoais adquiridos e desenvolvidos no aspecto moral, intelectual, político, profissional e familiar. Vislumbra-se essa tutela no artigo 5º, X, CF, no artigo 17, CC e no Capítulo V (Dos Crimes Contra a Honra), do Título I, CP.

A vida privada e a intimidade, na proposta de Capelo de Sousa e na perspectiva seguida por este trabalho, formam um dos elementos do aspecto relacional eu-mundo da personalidade de cada pessoa humana. Dessa forma, a vida privada e a intimidade constituem-se em um bem essencial para o desenvolvimento da vida humana contemporânea. Assim:

a dignidade da natureza de cada homem, enquanto sujeito pensante dotado de liberdade e capaz de responsabilidade, outorga-lhe autonomia não apenas física mas também moral, particularmente, na condução da sua vida, na auto-atribuição de fins a si mesmo, na eleição, criação e assunção da sua escala de valores, na prática dos seus actos, na reavaliação dos mesmos e na recondução do seu comportamento.<sup>221</sup>

Sendo assim, de um lado, a vida privada e a intimidade exigem um determinado espaço físico privado para desenvolver seus aspectos pessoais e íntimos, que de fato formam os valores e os atos considerados fundamentais pelos contemporâneos. Nesse sentido, há a garantia da inviolabilidade do domicílio, nos termos do artigo 5º, XI, CF.

Ainda, as construções íntimas requerem um direito a ser deixado só ou de escolher as pessoas que o sujeito quer dividir suas alegrias, tristezas, conquistas e tantos outros sentimentos e emoções profundas. O direito a ser deixado só ou de escolher algumas pessoas para desenvolver sua vida privada foi tutelado, por exemplo, na construção doutrinária e judicial do *right to be let alone*, desenvolvido a partir do final do século XIX nos Estados Unidos da

---

<sup>220</sup> Sousa, 1995, p. 301.

<sup>221</sup> Sousa, 1995, p. 317.

América e que tanto influenciou os países de cultura jurídica romano-germânica.

Relacionada com a tutela da casa e do *right to be let alone*, a vida privada e a intimidade, como um dos elementos da personalidade humana, tutela a vida pessoal, sentimental, sexual e familiar. Assim, veda-se a intromissão de pessoas não autorizadas pelo titular na sua vida privada, além de proibir a comunicação indevida ou não autorizada de sua intimidade, valor central da vida privada a partir da modernidade.

Nesse sentido, o sigilo das correspondências e das comunicações, contida no artigo 5 °, XII, CF, exerce um papel relevante no resguardo da vida privada. Também é inegável que a vida privada e a intimidade desenvolvem uma forma específica de liberdade, albergada no direito geral de liberdade, em conformidade com os artigos 5 °, caput, CF e 3 °, DUDH, já que o ser humano, autonomamente, pode conformar sua vida privada e íntima de acordo com os valores e com os atos que julga relevante para si. Não se pode esquecer, ainda, que o direito à intimidade e à vida privada é tutelado de forma autônoma nos artigos 5 °, X, CF, 21, CC e 12, DUDH.

Por fim, deve-se apresentar o elemento desenvolvimento da personalidade, que representa o último elemento do aspecto relacional eu-mundo da personalidade humana. A personalidade humana, como visto, compõe-se de um conjunto complexo de elementos, os quais se encontram em constante alteração. Ainda, ao longo da vida biológica, as pessoas desenvolvem a sua personalidade, sendo essencial para tanto a educação, a cultura e a obtenção de informações, por exemplo.

Há, no que se refere à tutela do desenvolvimento da personalidade, a previsão do direito à educação, de acordo com o artigo 6º e os artigos 205 a 214, CF, prescrevendo ser a educação direito de todos os brasileiros e dever do Estado e da família, prestado com o auxílio da sociedade, sendo este direito tutelado no artigo 26, DUDH. Também, existe a importante previsão dos direitos culturais nos artigos 215 e 216, CF e no artigo 27, DUDH. Sobre a necessidade obtenção de informações e sua comunicação, o direito à informação é tutelado nos artigos 5 °, XIV, CF e 19, DUDH.

Por meio da análise dos aspectos unitário somático-psíquico (personalidade física) e relacional eu-mundo (personalidade moral), observa-se

que o direito tutela o indivíduo em diversos aspectos fundamentais da sua personalidade humana. Sendo assim, parece que se concretiza, no campo jurídico, o individualismo, já que importantes bens materiais e imateriais são protegidos juridicamente.

Conforme visto, inúmeros artigos constitucionais, ou seja, diversos dispositivos normativos da norma de maior hierarquia jurídica no sistema jurídico brasileiro contemporâneo, e disposições da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção Americana de Direitos Humanos possuem como função a proteção da pessoa humana, além de uma substancial quantidade de comandos infraconstitucionais do sistema jurídico brasileiro cumprir a mesma função. Essa proteção da pessoa humana como indivíduo titular de diversos direitos que concretizam e tutelam bens essenciais à sua personalidade trata-se de uma construção histórica profunda e complexa.

A tutela da personalidade, em verdade, no campo jurídico, tem um marco inicial na construção da categoria dos direitos humanos, assim como na sua positivação nos Estados nacionais por meio dos direitos fundamentais e na criação dos direitos da personalidade. Compreender essas categorias e sua influência na vida privada, na intimidade e no individualismo moderno e contemporâneo representa um dos objetivos centrais deste capítulo.

### **3.3. O Início da Tutela da Personalidade pelos Direitos Humanos e pelos Direitos Fundamentais e Ética Moralista**

Os direitos humanos surgem, na modernidade ocidental, como uma categoria jurídica utilizada por movimentos revolucionários no século XVIII, em especial o norte-americano e o francês, como uma exigência de reconhecimento jurídico pelos Estados nacionais dos direitos naturais à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade privada. Conforme visto no capítulo anterior, os direitos naturais foram uma construção do jusnaturalismo moderno que asseverava que todos os seres humanos, por pertencerem à espécie humana, possuem, necessariamente, alguns direitos inatos, absolutos, invioláveis e imprescritíveis.

Os teóricos do jusnaturalismo não chegaram a um consenso sobre quais eram os direitos naturais, pois, dependendo das suas filosofias jurídica e política, a quantidade de direitos naturais diferia, além de alguns direitos serem naturais para certos filósofos e não o serem para outros. Por exemplo, para Hobbes e Rousseau, o direito à propriedade privada não era um direito natural, em verdade, tratava-se de um direito construído historicamente pelos seres humanos, logo se constituía em um direito positivo (lei humana).<sup>222</sup> De outro lado, para Locke, esse direito era o mais relevante direito natural.

Ainda, os jusnaturalistas modernos também não construíram um entendimento unânime sobre a exigência de o Estado concretizar ou não os direitos naturais. Mais uma vez, Hobbes e Rousseau encontram-se, apesar das profundas diferenças em suas teorias, do mesmo lado, respondendo que o Estado não precisa, necessariamente, positivar e proteger os direitos naturais.

No contrato social hobbesiano, o Estado deve trazer paz social, eliminando o constante medo dos indivíduos, os quais, em razão da inexistência de um ente supra-individual, sempre estavam sujeitos à afronta dos seus direitos naturais e interesses por outros indivíduos no estado de natureza. Dessa sorte, o “Leviatã”, em razão do pactuado socialmente, não estava obrigado a concretizar individualmente os direitos naturais, e sim necessitava trazer ordem e disciplina, fazendo com que os indivíduos superassem o período anárquico do estado de natureza.

Rousseau, por sua vez, através de outros fundamentos, estabelece a mesma conclusão de Hobbes. A obra de Rousseau é peculiar no que se refere ao jusnaturalismo moderno e ao contratualismo, pois prescreve a existência de um contrato social injusto e a necessidade do estabelecimento de um contrato social justo, sendo essa questão fundamental para entender o seu pensamento e posicionamento sobre o moralismo e as virtudes.

No estado de natureza rousseauiano, existia o bom selvagem, ou seja, o ser humano individual que obtinha da natureza todos os bens necessários para sua vida. Ainda, quando precisava realizar trabalhos que exigiam a

---

<sup>222</sup> Apesar de o direito à propriedade privada não ser um direito natural, além de, pelo contrato social na modalidade hobbesiana, o Estado não ter nenhuma obrigação expressa de garantir a propriedade privada dos seus súditos, para que o monarca seja considerado um rei, e não um tirano, o soberano deve concretizar a propriedade privada dos súditos. Veja-se Fioravanti, 2001, p. 71-85.

presença de outros seres humanos e procurava desenvolver seu afeto, o que necessariamente exigia outras pessoas, reunia-se em sociedades primitivas com um pequeno grau de organização e de comprometimento social.

No entanto, em determinado momento no estado de natureza, alguns indivíduos estabeleceram a propriedade privada, tornando-se senhores absolutos dos bens, deixando, por outro lado, a maior parte dos indivíduos excluídos das propriedades. Com o intuito de legitimar essa situação injusta, criou-se o primeiro contrato social, em que todos os indivíduos aceitavam respeitar a propriedade privada, tendo o Estado por excelência a função de tutelar o direito de propriedade.

A sociedade civil que surgiu desse primeiro contrato oprimia o indivíduo, já que os interesses particulares econômicos de poucos eram tutelados e impostos à maioria dos seres humanos. A partir desses pressupostos, compreende-se a famosa frase de Rousseau: “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros.”<sup>223</sup>

Além de a maior parte dos seres humanos serem oprimidos por esse modelo de Estado e de sociedade, já que se tutela o interesse proprietário de apenas alguns com o objetivo de manter esse sistema excludente, as condutas humanas foram padronizadas de tal sorte que impossibilitava o desenvolvimento de qualquer projeto humanista. Dessa forma, como descreve Arendt, em razão dessa opressão, Rousseau foi o primeiro autor a desenvolver e descrever o nascimento da intimidade como um valor, um sentimento e uma prática que se opõem à padronização social.

Assim, para superar esse contrato injusto, Rousseau propõe a realização do segundo contrato social, o justo<sup>224</sup>. Neste contrato, os indivíduos aceitam abrir mão de seus direitos naturais em prol da concretização, através do Estado, da vontade geral. Dessa forma, apesar de os indivíduos não poderem reivindicar os seus direitos naturais no modelo de sociedade e de Estado proposto no segundo contrato social, os cidadãos têm a segurança de

---

<sup>223</sup> Rousseau, 2005, p. 53.

<sup>224</sup> Sobre o modelo de contrato social justo, os princípios fundamentais da política e o Estado virtuoso, veja-se Rousseau, 2005. Ainda, principalmente no que se refere ao contexto histórico de Rousseau, ao impacto de sua obra no século XIX e às consequências no campo constitucional, veja-se Fioravanti, 2007, p. 82-85.

que a vontade geral será efetivada e não a vontade particular, individual e egoísta de alguns.

Quando o segundo contrato social tornar-se realidade, os indivíduos serão transformados em cidadãos e viverão em conformidade com as virtudes e com a moralidade republicanas. Deve-se frisar que Rousseau não é contrário a todo o tipo de padronização e de moralidade. Em verdade, é absolutamente favorável a um projeto de moralidade republicana – moralidade que propõe um modelo de vidas particular e pública apto a construir um cidadão de fato relacionado e comprometido com a coisa pública -, sendo apenas contrário à padronização social e à moralidade injustas promovidas pelo Estado e pela sociedade civil do primeiro contrato social.

De outro lado, Locke descreve que, no estado de natureza, em linhas gerais, os indivíduos gozavam dos seus direitos naturais à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade. No entanto, devido à inexistência de um ente supra-estatal para solucionar conflitos e tutelar os direitos naturais, quando um indivíduo afronta direitos naturais de outro, a solução dos conflitos era lenta e exigia que o indivíduo, por meio de sua força física, tutelasse por si mesmo seus direitos.

Sendo assim, Locke afirma que os indivíduos pactuaram o surgimento do Estado, o qual possuía por função concretizar e proteger os direitos naturais, tendo, por outro lado, os indivíduos renunciado ao seu direito natural à autotutela dos conflitos. O Estado, dessa forma, possuía como obrigação garantir os direitos naturais.

Historicamente, a proposta de Locke, nas suas principais questões, foi a vencedora em dois processos revolucionários importantíssimos: a Independência Norte-Americana e a Revolução Francesa. No que se refere ao pensamento de Rousseau, a principal idéia que se manteve foi a de que as leis deveriam concretizar a vontade geral, e não os interesses particulares.<sup>225</sup>

Nesses dois processos revolucionários observamos como reivindicação desses movimentos a necessidade de concretizar os direitos naturais, que agora passam a chamar-se de direitos humanos e constituem-se em limites à

---

<sup>225</sup> No entanto, apesar de o conceito de vontade geral ter sido incorporado no pensamento político, também o foi o de democracia representativa, que se constitui em um projeto contrário ao ideário de Rousseau. Veja-se Rousseau, 2005, p. 185-189.



soberania popular e à democracia. Esses ideais são os principais valores do constitucionalismo liberal, que pautou a atuação das Revoluções Americana e Francesa.

Apesar de ser reconhecido o povo como o legítimo detentor do poder constituinte originário, concretizando a soberania popular, o qual cria os poderes instituídos como o legislativo, o executivo e o judiciário, o poder originário do povo não é ilimitado. Uma das principais limitações aos poderes constituídos, em especial ao legislativo, é a impossibilidade de afrontarem os direitos humanos, que passam a ser designados de direitos fundamentais quando são contidos no corpo da Constituição.

Sendo assim, “O poder constituinte das revoluções pode ser representado como o ponto em que as distintas e opostas tradições, a da soberania e a da constituição, tendem a confluir, a relacionar-se”.<sup>226</sup> Ainda que o povo seja o poder constituinte originário, efetivando a soberania popular, a dinâmica e a teoria do constitucionalismo liberal não permite que os representantes do povo, por meio do poder legislativo, afrontem o texto constitucional, que garante os direitos humanos como direitos fundamentais, estabelecendo-os como limites aos conteúdos legais.

Na Declaração de Independência Norte-Americana de 04 de Julho de 1776, extraí-se o seguinte trecho:

Consideramos as seguintes verdades como auto-evidentes, a saber, que todos os homens são criaturas iguais, dotadas pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca de felicidade. É para assegurar esses direitos que os governos são instituídos entre os homens, sendo seus justos poderes derivados do consentimento dos governados.<sup>227</sup>

Como a metrópole inglesa sistematicamente não concretizava os direitos naturais dos colonos norte-americanos, tendo essa situação tornado-se insuportável em razão da alta carga tributária praticada nas colônias, dos entraves formulados pelos ingleses ao livre comércio dos americanos, da dificuldade dos norte-americanos em participar de forma ativa na política, não

<sup>226</sup> Fioravanti, 2001, p. 104. Tradução livre do seguinte trecho: “El poder constituyente de las revoluciones puede ser representado como el punto en el que las dos distintas y opuestas tradiciones, la de la soberanía y la de la constitución, tienden a confluir, a relacionarse”.

<sup>227</sup> Comparato, 2007, p. 109. Parte substancial do texto da Declaração de Independência Norte-Americana pode ser consultada em Comparato, 2007, p. 108-110.

influenciando, assim, de forma adequada as decisões estatais das próprias colônias, deflagrou-se a independência, aceita formalmente em 1783 pelos ingleses.<sup>228</sup>

Com o reconhecimento da independência, o próximo grande fato político foi a criação de uma constituição para os Estados independentes norte-americanos e a alteração da forma de Estado de Confederação, em vigência desde a independência, para Federação, modelo proposto na constituição. Como o intuito da constituição foi estabelecer um novo Estado a partir da união dos treze Estados (colônias) norte-americanos, as normas constitucionais disciplinavam os poderes conferidos à Federação, inexistindo a positivação dos direitos humanos.

No entanto, em razão da relevância dos direitos humanos, foram votadas na primeira legislatura do Congresso Nacional norte-americano as dez primeiras emendas, sendo aprovadas em 25 de setembro de 1789 e ratificadas em 1791. Essas primeiras emendas são chamadas de *Bill of Rights*, pois se constituem na positivação constitucional dos direitos humanos.

Sobre as dez primeiras emendas, devem ser feitas as seguintes ponderações. A primeira emenda protege o direito à liberdade, tutelando expressamente as liberdades de religião, de expressão e de reunião. A quarta emenda, por sua vez, assevera que “Todos têm o direito à segurança de suas pessoas, domicílios, documentos e bens contra buscas e apreensões arbitrárias”,<sup>229</sup> tutelando a liberdade de ir e vir e a inviolabilidade do domicílio e de cartas. Ainda, essa emenda preserva a personalidade humana moral e a integridade física ao impedir o Estado de prescrever penas cruéis ou aberrantes.

Assim, tentou-se conciliar a soberania popular e a democracia com os direitos inalienáveis dos seres humanos, que eram chamados de direitos naturais pelos filósofos e revolucionários, de direitos humanos quando postos em declarações, como a Declaração de Independência, e de direitos fundamentais, quando positivados na Constituição.

---

<sup>228</sup> Sobre o contexto pré-revolucionário, a independência e o movimento federalista norte-americano, veja-se Comparato, 2007, p. 99-129 e Fioravanti, 2001, p. 100-111.

<sup>229</sup> Comparato, 2007, p. 126. Parte substancial do texto da Declaração de Independência Norte-Americana pode ser consultada em Comparato, 2007, p. 125-127.

Além do importante papel da Revolução Americana, não se pode esquecer, principalmente em virtude do direito brasileiro ter sofrido influências substanciais do direito continental europeu, da Revolução Francesa. Os contextos culturais e políticos são diversos nos dois processos revolucionários, no entanto os franceses também buscam a concretização dos direitos naturais através da categoria dos direitos humanos.

A Revolução Francesa não aconteceu, como a americana, nas colônias, e sim na própria metrópole. Em virtude dos poderes ilimitados concedidos ao monarca, das constantes violações pelo Estado dos direitos naturais dos cidadãos franceses, da emergência econômica da burguesia, que tinha seus interesses afrontados pelas normas postas pelo monarca, do grande contraste entre a miséria da maior parte da população e a opulência da vida da nobreza e do clero, desencadeia-se o processo revolucionário francês.<sup>230</sup>

Assim, também os franceses procuraram na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 compatibilizar os ideais da democracia e da soberania popular com os direitos naturais, agora chamados de humanos:

Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia nacional, (...) resolveram expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que essa declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, possa lembrá-los sem cessar seus direitos e seus deveres.<sup>231</sup>

Ainda, no artigo 1º, a Assembléia Nacional reconhece o direito geral à liberdade e o direito geral à igualdade, estabelecendo, no artigo 4º, que apenas as leis podem restringir a liberdade e os direitos naturais. A busca por equilíbrio entre a soberania popular e a democracia, de um lado, e os direitos humanos, por outro, encontra guarida nos artigos 2º e 3º da Declaração, sendo que aquele dispositivo assevera que “A finalidade de toda a associação política

---

<sup>230</sup> Sobre o contexto pré-revolucionário e os dez anos do processo revolucionário francês, veja-se Comparato, 2007, p. 128-166 e Fioravanti, 2001, p. 111-120.

<sup>231</sup> Comparato, 2007, p. 158. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, assim como a Declaração de Direitos da Constituição de 1791, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793 e a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem e do Cidadão da Constituição de 1785 podem ser consultadas em Comparato, 2007, p. 158-166.

é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Tais direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.”<sup>232</sup>

A lei deve ser produto da vontade geral e formulada pelos representantes do povo, segundo o artigo 6 °, além de, em conformidade com o artigo 17, não existir constituição sem a devida separação dos poderes. As liberdades religiosa, de opinião e de pensamento são tuteladas, por sua vez, nos artigos 10 ° e 11, sendo a liberdade de ir e vir prescrita no artigo 7 °. Por fim, a propriedade privada é protegida como um direito sagrado e inviolável, nos termos do artigo 17.

O desenvolvimento da categoria dos direitos humanos nos Estados Unidos e na França, que influenciou os demais países ocidentais, em especial os democrático-liberais, possui algumas semelhanças e certas peculiaridades importantes nesse processo de proteção da personalidade humana e de valorização do indivíduo.

Em primeiro lugar, deve-se pontuar que o processo político e jurídico norte-americano foi mais estável do que o francês. Os Estados Unidos da América, após a sua independência, permaneceu com a mesma forma de Estado, a republicana, além de ter, em toda a sua história, apenas uma constituição.

Após a Revolução Americana, com exceção da guerra civil entre os Estados do norte e do sul dos Estados Unidos da América na metade do século XIX, não existiram grandes rupturas políticas. Dessa sorte, os sistemas políticos e jurídicos, na sua estrutura, permanecem o mesmo desde a ratificação da Constituição norte-americana e a primeira legislatura do Congresso Nacional.

As grandes alterações jurídicas norte-americana advêm, principalmente, das emendas à Constituição norte-americana e das releituras da Constituição e das suas emendas à luz dos anseios, necessidades e problemas históricos, sendo esse papel desempenhado tanto pelo Congresso quanto pela Suprema Corte norte-americana. Ainda, deve-se notar que, desde o julgamento do caso *Marbury v. Madison*, decidido pela Suprema Corte norte-americana em 1803, estabeleceu-se a supremacia das normas constitucionais em relação às

---

<sup>232</sup> Comparato, 2007, p. 158.

normas infraconstitucionais. Nesse mesmo precedente, o juiz Marshall reconheceu a possibilidade de judicialização dos conflitos instaurados a partir de afronta a normas constitucionais.<sup>233</sup>

A França, por sua vez, viveu intensas alterações jurídicas e políticas. Não se deve esquecer que os sistemas jurídicos, em especial o de direito público, e político franceses alteraram-se profundamente desde a Revolução Francesa. Após o início da Revolução Francesa em 1789 até o seu fim 1799, a França viveu período de grande instabilidade, que somente findou com o advento de Napoleão Bonaparte, o qual se tornou Imperador em 1803.

Até o comando político de Napoleão, a França revolucionária nesses dez anos teve três constituições, cada uma com uma declaração de direitos humanos própria. Não se deve esquecer que, após Napoleão, ocorreu a restauração da monarquia, o advento da Segunda República, a República de Vinchy, quando os alemães ocuparam parte substancial do território francês na Segunda Guerra Mundial, e, finalmente, a Terceira República.

Além dessa constante alteração do Estado e do governo francês, na França, assim como no restante da Europa e na América Latina, a supremacia das normas constitucionais em face das leis ordinárias apenas foi reconhecida após a Segunda Guerra Mundial. Ainda, a categoria de direitos humanos, por mais que estivesse contida dentro dos textos constitucionais, constituindo-se em direitos fundamentais do cidadão contra o Estado, não possui caráter normativo propriamente dito, sendo considerada apenas uma declaração moral de direitos:

Ainda que com redações diversas, muitas constituições, especialmente aquelas promulgadas após a Segunda Guerra Mundial, contêm algum dispositivo sobre a eficácia e a aplicabilidade dos direitos fundamentais. Na maioria das vezes, essas cláusulas são reações a experiências anteriores, especialmente a concepções que encaravam os direitos fundamentais como dispositivos sem caráter normativo, que não vinculavam os poderes públicos e não conferiam direitos subjetivos aos cidadãos contra o Estado.<sup>234</sup>

No que se refere às semelhanças dos dois processos revolucionários e suas conseqüências, deve ser registrado que ambos os processos procuraram

---

<sup>233</sup> Sobre o caso *Marbury v. Madison* e suas conseqüências jurídicas e políticas, veja-se Barboza, 2007, p. 89-97.

<sup>234</sup> Silva, V. A., 2005, p. 69.

tutelar os direitos humanos, no entanto a tutela desses direitos e, por consequência, a proteção da personalidade humana foi uma construção demorada tanto nos Estados Unidos da América como na Europa.

O direito é um produto das relações culturais, históricas, sociais e econômicas. Apesar da proteção dos direitos humanos como direitos fundamentais nas dez primeiras emendas norte americanas, da supremacia da constituição e da possibilidade de judicialização das afrontas aos direitos fundamentais por serem normas constitucionais, não se pode dizer que o individualismo e a personalidade humana foram tutelados plenamente desde o final do século XVIII nos Estados Unidos. Asseverar isso seria esquecer do papel que a propriedade privada e o moralismo desenvolveram naquela sociedade, assim como nas diversas sociedades modernas ocidentais.

Sem sombra de dúvidas, uma das principais razões da Revolução Americana foi a necessidade de superar os entraves que a coroa britânica colocava aos colonos no desenvolvimento de suas relações econômicas e as práticas de confisco realizadas através de uma tributação excessiva ao patrimônio dos norte-americanos. Como os colonos não conseguiam mudar essas ações dos ingleses por meio da política posta, aconteceu a Revolução Americana.

Assim, os norte-americanos queriam defender em especial um direito fundamental: o direito à propriedade privada. Assim, apesar da importância, os outros direitos fundamentais não foram tutelados com tanta força e relevância com o direito de propriedade.

Alguns exemplos são esclarecedores. O fim da escravidão só adveio após uma sangrenta guerra civil, as mulheres começaram a gozar dos seus direitos políticos, em especial o direito de voto, após intensa mobilização no começo do século XX e a segregação racial positivada em leis de diversos Estados-membros apenas foi declarada inconstitucional na metade do século XX.

Ainda que os direitos fundamentais postos nas primeiras emendas à constituição norte-americana tenham sido essenciais ao início da tutela da personalidade humana e do desenvolvimento do individualismo, essa proteção trata-se de uma conquista e uma construção históricas. Também, não se pode negar que a defesa da vida privada e da intimidade, elementos fundamentais

da personalidade humana, não começou efetivamente nos Estados Unidos desde o final do século XVIII, data de sua independência e constituição.

Contemporaneamente, o direito à vida privada e à intimidade pertence à categoria de direitos humanos, para exemplificar, veja-se o artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o qual prescreve que “Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataque.”<sup>235</sup>

Por outro lado, no final do século XVIII, o direito à vida privada e à intimidade nem havia ainda sido proposto doutrinária e filosoficamente ou reconhecido jurisprudencialmente. Esse direito surge, na América do Norte, no final do século XIX através do desenvolvimento do *right to privacy* na obra de Warren e Brandeis.<sup>236</sup>

Como a principal proposta da Revolução Americana era a defesa e a proteção da propriedade privada, conforme apresenta Arendt, construiu-se toda uma sociedade, através da esfera social, com especial intuito de defender a propriedade privada, a riqueza e a vida biológica dos cidadãos. Neste momento, garantir a vida biológica era tipificar o homicídio como crime e punir os cidadãos com pena de morte apenas após um processo penal aplicado pela autoridade competente.

De outro lado, a sociedade americana, assim como as demais sociedades ocidentais do século XIX, era extremamente moralista tanto no aspecto religioso como no sentido cientificista e laico, fato que oprimiu substancialmente os seres humanos em especial as mulheres, os negros e as crianças. As construções social, cultural, histórica e econômica do moralismo impossibilitaram que os indivíduos realmente fossem livres e iguais, podendo desenvolver suas vidas individual, familiar, privada e até pública da maneira que melhor lhes parecia.

Essa situação moralista começou a mudar, entre outros fatores, nas sociedades democráticas e liberais, com o advento da intimidade e com a

---

<sup>235</sup> Comparato, 2007, p. 237. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão pode ser consultada em Comparato, 2007, p. 234-240.

<sup>236</sup> Brandeis; Warren, 1995.

busca de sua tutela jurídica no final do século XIX. Conforme visto no capítulo dois, em virtude da constante padronização moralista, os indivíduos cada vez mais desenvolveram sua intimidade.

Com a criação de casas que privilegiam a vida privada e íntima, por meio da maior individualidade propiciada através do banheiro e do quarto individual, em virtude da maior higiene pessoal e do contato com o corpo, com a alteração das artes e o advento do romance e da leitura individual, em razão dos diários pessoais, das cartas íntimas, da popularização das fotografias, da importância dos animais de estimação e do surgimento dos amigos íntimos, a vida privada e íntima, além de diversas outras situações e fatos que a influenciaram, tornou-se um dos elementos centrais da personalidade humana. Ainda, a vida privada e íntima, em especial a partir do século XIX, passou a ser relacionada com a idéia de liberdade, pois era a forma pela qual os seres humanos poderiam desenvolver sua vida de forma autônoma para além da padronização e do moralismo social.

Sendo assim, apesar de alguns direitos humanos terem sido garantidos na *Bill of Rights* norte-americana e a violação a esses direitos poder ser judicializada, a proteção aos indivíduos para além dos interesses patrimoniais e à personalidade humana, assim como a tutela da intimidade e da vida privada, somente começou a ser efetivada, com ênfase, a partir do final do século XIX. Na Europa, apesar de o contexto ser diferente, a maior parte das conseqüências foi semelhante em razão de o Estado e o direito procurarem tutelar a propriedade privada e a riqueza e não, com a mesma relevância, os demais direitos humanos, além de o moralismo limitar o desenvolvimento do individualismo e a proteção da personalidade humana.

Mesmo com a intensa alteração do Estado e do governo francês a partir da Revolução Francesa, em linhas gerais, a tutela do direito à propriedade privada manteve-se, assim como a maior parte da proteção jurídica das situações patrimoniais. Nesse sentido foi essencial o Código Civil de Napoleão de 1804, que tinha como principal função a defesa da propriedade privada e da riqueza. Ainda, não se deve esquecer que esse projeto codificador inspirou a construção de diversos códigos e leis semelhantes em toda a Europa e na própria América Latina após a independência das colônias espanholas:



Simplesmente, a nível da codificação do direito civil e ultrapassadas que foram os fervores das revoluções liberais, as classes sociais triunfantes, agüentando, no 1º quartel do séc. XIX, os compassos de espera ocasionados por surtos de contra-revolução, de romantismo e do idealismo e jogando, depois, abertamente no desenvolvimento industrial e comercial, no progresso das ciências naturais e nas ideias positivistas, lograram remeter o individualismo e o liberalismo, fundamentalmente, para o mero exercício da função económica de tipo capitalista, o que lhes legitimava a livre iniciativa económica e fórmulas de propriedade privada quase ilimitada.<sup>237</sup>

Durante o século XIX e até a Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América Latina, os direitos fundamentais eram considerados apenas comandos morais sem um carácter jurídico propriamente dito, fato que impossibilitava a sua defesa e imposição através dos elementos jurídicos. No começo do século XIX, na Europa, era comum que os direitos humanos não fossem concretizados no corpo da própria constituição, sendo, por não estarem no corpo propriamente dito da constituição, apenas declarações morais.<sup>238</sup>

Com o advento da constituição belga de 1832, que previu no próprio texto constitucional os direitos fundamentais, não incorporando os direitos humanos em Declaração anexa ao texto constitucional, parte da doutrina sustentou o carácter jurídico desses direitos, os quais concederiam direitos subjetivos aos cidadãos. No entanto, tratar-se-iam de direitos oponíveis ao Estado, não defendendo o particular das agressões a direitos fundamentais promovidas por outros particulares.

Tanto nos Estados Unidos como na Europa, os direitos fundamentais foram cunhados como direitos de defesa do cidadão contra o Estado, quando, em verdade:

Nos primeiros movimentos que culminaram com declarações de direitos fundamentais, especialmente a Revolução Francesa e o movimento pela independência das colónias britânicas na América do Norte, a ideia de direitos fundamentais que não fossem meras liberdades públicas, ou seja, direitos fundamentais que fossem mais do que meros direitos de defesa contra o Estado e que fossem pensados com o intuito de proteger os cidadãos nas suas relações entre si, era corriqueiro.<sup>239</sup>

<sup>237</sup> Sousa, 1995, p. 70.

<sup>238</sup> Veja-se Bonavides, 2004, p. 226-231.

<sup>239</sup> Silva, V. A., 2005, p. 137.

Sendo assim, os direitos fundamentais, em um primeiro momento, não eram aplicados nas relações entre privados nos Estados Unidos, sendo estendidos a estas relações tardiamente por meio da teoria da *state action*. No caso francês e na Europa em geral, como os direitos humanos, mesmo que concretizados nas Constituições eram entendidos apenas como declarações morais para muitos ou somente aplicáveis nas relações entre cidadãos e Estado para os mais progressistas, assim como a supremacia da Constituição apenas tornou-se realidade após a Segunda Guerra Mundial, a tutela dos valores essenciais ao indivíduo, a proteção efetiva à personalidade humana e a garantia da intimidade e da vida privada iniciou-se, em especial, com o desenvolvimento da categoria de direitos da personalidade e a busca por seu reconhecimento jurídico.

#### **3.4. Tutela da Personalidade, Vida Privada e Intimidade no Século XIX, nos Estados Unidos, até a Publicação do Artigo *Right to Privacy***

O indivíduo como pessoa humana, apesar da tutela dos direitos naturais nas Declarações de Direitos como direitos humanos e nos textos constitucionais como direitos fundamentais, em virtude da restrição ao individualismo proposta pelo moralismo tanto religioso como laico, além da ênfase à proteção da propriedade privada e da riqueza, não possuía uma tutela ampla da personalidade humana. Ainda, nos campos histórico, sociológico e cultural foi apenas durante o século XIX que o individualismo, a defesa da personalidade humana, a vida privada e a intimidade começaram a obter o devido reconhecimento jurídico.

Nesse sentido, em especial no que se refere à vida privada e à intimidade, essa tutela começa a ser proposta pelos doutrinadores e implementada pelos magistrados, principalmente, no final do século XIX. O artigo “*Right to Privacy*”, publicado pela “*Harvard Law Review*” em 1890, pelos advogados de Boston Louis Brandeis e Samuel Warren, tendo aquele se tornado juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos posteriormente, constitui-

se em um dos marcos jurídicos mais relevantes para o desenvolvimento do direito à intimidade e à vida privada no *common law* como no *civil law*.

Esse artigo, na esteira do pensamento jurídico do *common law*, une tradição jurídica com inovações substanciais. Apesar de os autores asseverarem que o direito à intimidade e à vida privada (*right to privacy* ou *right to be let alone*) não se constitui em direito à propriedade privada aos moldes padrões, assim como não emanam da tutela à relação contratual e à sua respectiva boa-fé, direitos elementares na prática cotidiana do *common law*, demonstram, por outro lado, como a idéia de direito à intimidade, de certa forma, já se encontrava de alguma maneira pressuposta nos princípios que informam a criação do direito anglo-saxão.

De acordo com os referidos autores, o direito anglo-saxão possui como função a proteção da personalidade humana e dos bens dos cidadãos. Sendo assim, com esse intuito, solidificou-se, no *common law*, o entendimento de que era imprescindível a tutela da vida, da liberdade e da propriedade.

Dessa forma, no início da proteção à vida, à liberdade e à propriedade privada pelo *common law*, o direito à vida defendia os súditos contra os diversos tipos de agressão violenta e o direito à liberdade fora compreendido como a não submissão dos indivíduos de forma arbitrária ao poder estatal, permanecendo livres para atuarem autonomamente, principalmente, nas relações privadas. Ainda, o direito à propriedade tinha como proposta a tutela das terras e riquezas dos súditos.

No entanto, posteriormente, além da proteção à vida, à liberdade e à propriedade privadas nos termos acima, que se constituía até o começo do século XIX uma forma relevante de promoção do individualismo e da personalidade humana, pois continha o possível poder absoluto do Estado, os indivíduos começam a reivindicar a tutela do aspecto espiritual do ser humano, ou seja, dos seus sentimentos e faculdades intelectuais. Assim, em razão dessas novas pautas:

hoje em dia, o direito à vida significa o direito de desfrutar a vida, o direito de não ser incomodado; o direito a ser livre garante o exercício de um amplo feixe de direitos subjetivos; e o termo «propriedade» abarca, no seu significado atual, todo o

tipo de direitos de domínio, tanto tangíveis como intangíveis.<sup>240</sup>

Os juristas americanos Brandeis e Warren reconhecem, adequadamente, as necessárias alterações sociais e históricas dirigidas à prática e ao pensamento jurídicos, assim como diagnosticam adequadamente a construção histórica, filosófica e cultural da intimidade e da vida privada. Sobre a tutela tradicional da propriedade privada, da vida e da liberdade nos Estados Unidos da América, algumas ponderações são importantes.

Na história norte americana, não resta dúvida de que uma das principais razões da sua independência foi o estabelecimento arbitrário, por meio da coroa britânica, de entraves à prática comercial, além do aumento substancial dos impostos, que, na prática, quase correspondia ao confisco. Dessa sorte, alegando a própria tradição do *common law* conforme desenvolvida pelos ingleses, os norte-americanos proclamaram sua independência sustentando, exatamente, a necessidade de respeito à propriedade privada. Sendo assim, por óbvio, os poderes instituídos dos estados membros e do próprio poder federal dos Estados Unidos da América foram constituídos com a função principal de garantir a propriedade privada e as riquezas dos seus nacionais.

Ainda, em razão da previsão dos direitos humanos na Declaração de Independência e da sua incorporação na Constituição pela *Bill of Rights*, o direito à vida e o direito à liberdade também foram reconhecidos. No entanto, com a limitação imposta pelo moralismo, a vivência plena dos direitos humanos, o qual poderia possibilitar uma tutela ampla do individualismo e da pessoa humana, não ocorreu.

Por outro lado, com o desenvolvimento da intimidade e da vida privada durante o século XIX, as demandas de reconhecimento e de proteção ao direito à intimidade e à vida privada, assim como da personalidade humana com um todo, começaram a ser formuladas e atendidas. Não se deve esquecer que, ao mesmo tempo em que ocorria a valorização da intimidade e da vida privada pelos indivíduos, a imprensa “marrom” iniciava um constante

---

<sup>240</sup> Brandeis; Warren, 1995, p. 22, tradução livre do seguinte trecho: “hoy en día, el derecho a la vida significa el derecho a disfrutar de la vida, el derecho a no ser molestado; el derecho a ser libre garantiza el ejercicio de un amplio haz de derechos subjetivos; y el término «propiedad» abarca, en su significado actual, todo tipo de derechos de dominio, tanto tangibles como intangibles.”

processo de divulgação desses atributos essenciais da personalidade. A invasão da vida privada e da intimidade pela imprensa foi o motivo direto da redação do artigo “*Right to Privacy*”.

Em verdade, esses dois fenômenos (valorização da intimidade e da vida privada e suas constantes violações e comunicações ao público) são absolutamente complementares. Quando a intimidade e a vida privada tornam-se um aspecto fundamental da personalidade humana e os indivíduos reconhecem-na como central não só na sua vida individual, mas também na dos seus contemporâneos, a curiosidade principalmente sobre a vida dos famosos e das autoridades cresce substancialmente. Dessa forma, a imprensa ocupa, muitas vezes, o papel de instrumento através do qual os indivíduos saciam sua curiosidade sobre a vida privada e íntima de pessoas importantes e de relevo na sociedade.

Sendo assim, em virtude da valorização da intimidade e da vida privada, requereu-se a tutela da intimidade e da vida privada contra sua publicização e intromissão indesejadas, que destrói “o vigor do pensamento e a delicadeza do sentimento.”<sup>241</sup> Dessa maneira, no *common law*, inspirando o direito continental europeu, o direito à propriedade privada foi utilizado para fornecer, por meio de categorias e instrumentos pensados para fins absolutamente diversos, inicialmente, a tutela da intimidade e da vida privada. Brandeis e Warren apontam como, em razão da sua relevância, buscou-se aplicar a tutela jurídica da propriedade privada para a defesa da personalidade humana e, em especial, da intimidade e da vida privada.

Como a partir da modernidade requer-se a proteção da propriedade privada e das riquezas, sendo a esfera pública invadida por essas questões econômicas, que antes pertenciam quase que exclusivamente à esfera privada, o direito construiu um instrumental legal, doutrinário e jurisprudencial para essa tutela. A proteção jurídica à propriedade privada e à riqueza foi tão bem elaborada e extensamente reconhecida na doutrina, legislação e jurisprudência, que, quando surgiu a necessidade tutelar a intimidade e a vida privada, em um primeiro momento, tentou-se utilizar desse instrumental.

---

<sup>241</sup> Brandeis; Warren, 1995, p. 28, tradução livre do trecho: “el vigor del pensamiento y la delicadeza del sentimiento”.

Em verdade, utilizou-se da tutela da inviolabilidade do domicílio e da propriedade intelectual e artística. A inviolabilidade do domicílio foi efetivada a partir dos reclamos dos súditos ingleses contra as invasões perpetradas por funcionários da coroa em suas casas. Em virtude dessas reivindicações, reconheceu-se a inviolabilidade da casa e foi cunhada a famosa expressão que a casa do indivíduo é o seu castelo,<sup>242</sup> não podendo o monarca e seus funcionários adentrar sem o devido consentimento do súdito, ou sem uma ordem judicial que lhes permitam adentrar nos domicílios.<sup>243</sup>

Como a intimidade e a vida privada possuem como pólo privilegiado de desenvolvimento o espaço privado, a proibição da invasão do domicílio pelo Estado e pelos particulares não autorizados, sem dúvida tutela a vida privada e a intimidade. Essa proteção advém da impossibilidade de pessoas indesejadas obterem informações sobre a vida cotidiana dos indivíduos através da invasão ao domicílio e, por consequência, publicizá-las.

A utilização do instituto da propriedade intelectual e artística também foi fundamental na defesa da intimidade e da vida privada, pois “o *common law* garante a cada pessoa o direito de decidir até que ponto podem ser comunicados a outros seus pensamentos, sentimentos e emoções”.<sup>244</sup> Deve-se frisar que, além das liberdades de pensamento, crença e expressão serem protegidas pelo *common law*, também há a tutela, através da propriedade intelectual e artística, da expressão de pensamentos e de construções artísticas e filosóficas em face dos benefícios econômicos.

Essa modalidade de propriedade foi estabelecida com a principal função de proteger os interesses patrimoniais do inventor e do criador, os quais tinham a faculdade de decidir o melhor momento econômico para publicizar sua arte ou pensamentos. No entanto, essa categoria jurídica, subsidiariamente, foi utilizada para defender sentimentos, emoções e pensamentos íntimos e privados não relacionados diretamente, a princípio, com qualquer questão financeira.

---

<sup>242</sup> “Men’s home is his castle”.

<sup>243</sup> Sobre o papel da inviolabilidade do domicílio na defesa da vida privada e da intimidade no início da sua construção jurídica, veja-se Sampaio, 1998, p. 40.

<sup>244</sup> Brandeis; Warren, 1995, p. 31, tradução livre do trecho: “El *common law* garantiza a cada persona el derecho a decidir hasta qué punto pueden ser comunicados a otros sus pensamientos, sentimientos y emociones”.

O que Brandeis e Warren asseveraram ser uma característica do ordenamento jurídico anglo-saxão, representa, em verdade, um dos aspectos do sistema político liberal democrático, concretizado pelo constitucionalismo liberal. Nos países liberal-democráticos, além de o indivíduo ter a garantia da liberdade de expressão e de pensamento, se decidir publicizar suas obras artísticas ou seus pensamentos, pode optar pelo melhor momento para essa publicização e fixar os limites à publicidade.

Assim, os pensamentos, emoções e sentimentos expressos por palavras, pintura, escultura e música, por exemplo, são tutelados, em especial, com o intento do criador e do artista obterem a devida recompensa financeira. De outro lado, indiretamente, ao permitir que o autor publique as suas obras ou não, a propriedade intelectual ou artística tutela a intimidade e a vida privada, já que muitos desses trabalhos artísticos ou intelectuais surgem da ou reproduzem a intimidade de seu criador.

Ainda, no começo da tutela da vida privada e da intimidade, quando não era reconhecido um direito à intimidade e à vida privada (*right to privacy* e *right to be let alone*), os diários íntimos, as cartas trocadas entre pessoas próximas, as anotações em agendas, as fotografias realizadas por membros da família, ainda que não possuíssem valor artístico, começaram a ser tutelados pelo direito à propriedade intelectual ou artística. Dessa forma, esses artefatos somente poderiam ser publicizados com o devido consentimento dos seus produtores e nos limites dessa autorização.

No entanto, como adequadamente apontam Warren e Brandeis, a aplicação da proteção à propriedade intelectual e artística somente pode ser utilizada imperfeitamente nas questões relativas à intimidade e à vida privada. A questão é simples: o objetivo de tutelar a publicização ou não envolve, em verdade, a análise pelo criador ou pelo inventor do melhor momento para extrair os devidos ganhos de seu artefato ou idéia. Assim, o direito à propriedade intelectual ou artística, por excelência, resguarda os interesses patrimoniais.<sup>245</sup>

De outro lado, na maior parte das vezes, a proteção aos diários íntimos, às cartas, às fotografias pessoais, ao não conhecimento ou à não

---

<sup>245</sup> Brandeis; Warren, 1995, p. 35.

comunicação de assuntos da vida cotidiana não é requerido com o objetivo de salvaguardar interesses patrimoniais. Trata-se, em verdade, de proteger um dos aspectos essenciais à existência humana moderna e contemporânea: a personalidade humana.

Também, outro problema na utilização do direito à propriedade intelectual e artística encontra-se na extensão da sua tutela, a qual não é completamente adequada para o tema da intimidade e da vida privada. Por exemplo, se um crítico literário tem acesso a um romance inédito de um escritor de renome, a princípio, apesar de o estudioso não poder publicar este livro sem a devida autorização do literato, pode publicizar, em linhas gerais, a existência desse livro e o seu conteúdo.

No que se refere à intimidade e à vida privada, o mesmo não é verdadeiro. Para exemplificar, um jornalista, após ter entrevistado um ator famoso, observa que este esqueceu sua agenda pessoal, contendo um conjunto fundamental de informações sobre a sua intimidade e vida privada. Nesse caso, além de não poder publicizar integralmente o conteúdo das informações, o jornalista não deve ser autorizado a reproduzir, em linhas gerais, as informações obtidas, fato este que, a princípio, não estaria previsto na tutela padrão do direito à propriedade intelectual e artística.

A dificuldade de aplicar a tutela do direito à propriedade intelectual e artística restou patente em famoso caso ocorrido no ano de 1849, na Inglaterra, considerada “a causa mais importante e propriamente relacionada com a proteção da intimidade da vida privada.”<sup>246</sup> Em linhas gerais resume-se o caso.<sup>247</sup>

A rainha inglesa Vitória e o príncipe Albert, seu marido, desenvolviam o hábito da pintura como passatempo e presenteavam um grupo seletivo de amigos com seus quadros. Acontece que um impressor de catálogos chamado Senhor Strange comprou de um amigo da corte um conjunto de gravuras e pinturas que este recebeu como presentes.

O Senhor Strange, com objetivos patrimoniais, resolveu ofertar ao público em geral um catálogo impresso das obras que adquiriu. Deve-se pontuar que essas obras representavam imagens privadas da família real e da

---

<sup>246</sup> Dotti, 1980, p. 45.

<sup>247</sup> Para uma análise mais detalhada deste caso, veja-se Dotti, 1980, p. 45-50.



corte. Nesse caso, o tribunal no julgado *Albert v. Strange* proibiu a divulgação desses quadros através de reprodução em catálogos impressos.

Se a perspectiva adotada pelo tribunal fosse a do direito à propriedade intelectual e artística, provavelmente esta decisão não teria sido tomada, pois, se de um lado, não há dúvidas de que há direito do pintor em não publicizar suas obras, de outro, a partir do momento em que as pinturas são trazidas a público, não se considera afronta ao direito à propriedade intelectual e artística do criador a reprodução em catálogo impresso pelo proprietário dessas obras, desde que indique a autoria dos trabalhos.

Como a tutela à propriedade artística possui como função a proteção aos interesses patrimoniais, a não publicização da obra é garantida com o objetivo de propiciar ganhos pecuniários ao criador com sua negociação para publicação. Tendo a obra sido vendida ou doada, logo publicizada, não encontra o direito à propriedade artística mecanismo para proteger sua não divulgação em catálogos.

Dessa sorte, o que se tutelou tanto pelo Lord Bruce Knight, que apreciou a ação proposta pelo príncipe, como pelo Lord Cottenham, o qual analisou a apelação aforada pelo Senhor Strange, foi a vida privada e íntima, considerando que sentimentos, emoções e informações privadas referentes à vida dos monarcas seriam ilegítima e ilicitamente tornados públicos por meio da comercialização do catálogo. Em razão de casos como este, paulatinamente no âmbito do *common law*, a defesa jurídica da intimidade e da vida privada começou a ser reconhecida como um direito autônomo.

### **3.5. Principais Características do *Right to Privacy* e sua Concretização pela Jurisprudência até a Metade do Século XX**

O direito à intimidade e à vida privada desenvolvido em especial, como visto, pela jurisprudência no sistema anglo-saxão, ainda não possuía, à época de Brandeis e Warren, uma delimitação razoavelmente precisa. Dessa forma, esses dois juristas americanos, por meio de alguns postulados, tentaram conceder um maior rigor conceitual a esse novo direito.

Algumas características do direito à intimidade e à vida privada conforme apresentadas por esses juristas norte-americanos ainda são relevantes até o período contemporâneo hipermoderno. A primeira afirma que “o direito à intimidade não impede a publicação daquilo que é de interesse público ou geral”,<sup>248</sup> ou seja, a vida privada e a intimidade devem ser compatibilizadas com a liberdade de imprensa, que é fundamental à democracia.

Ainda, em virtude do estilo de vida escolhido pelos indivíduos, há determinadas informações que, em princípio, seriam protegidas ao ser humano comum, mas não gozam de proteção pelo direito à intimidade e à vida privada para certo grupo de indivíduos. Por exemplo, disposições de caráter de uma pessoa normal, desde que não sejam diretamente nocivas à vida em sociedade, por se constituírem em um aspecto relevante da vida privada, são tuteladas pelo direito à intimidade e à vida privada. De outro lado, não há afronta a esse direito no caso de publicação sobre as disposições de caráter de um candidato a determinado cargo político.

Também, Brandeis e Warren propõem que “o direito à intimidade decai com a publicação dos feitos pelo indivíduo, ou com seu consentimento.”<sup>249</sup> Assim, sentimentos, emoções e assuntos privados publicizados pelo próprio indivíduo ou nos termos do seu consentimento não podem ser, a princípio, posteriormente julgados ilícitos.

De outro lado, não é possível que o violador da intimidade e da vida privada alegue como defesa a veracidade das informações, sentimentos e emoções.<sup>250</sup> Independente de serem ou não verdadeiros os assuntos privados trazidos a público, ocorreu afronta à intimidade e à vida privada no momento da publicização, sendo a veracidade, para a violação ao direito à vida privada e à intimidade, irrelevante.

A tutela da intimidade e da vida privada, após a publicação do artigo “*Right to Privacy*”, nos Estados Unidos, ampliou-se, sendo aprofundada e desenvolvida, principalmente, pela Suprema Corte norte-americana. A partir do

---

<sup>248</sup> Brandeis; Warren, 1995, p. 62, tradução livre do trecho; “El derecho a la intimidad no impide la publicación de aquello que es de interés público o general.”

<sup>249</sup> Brandeis; Warren, 1995, p. 68, tradução livre do trecho: “El derecho a la intimidad decae con la publicación de los hechos por el individuo, o con su consentimiento.”

<sup>250</sup> Brandeis; Warren, 1995, p. 69.

final do século XIX, deve-se frisar que ocorreu uma substancial aproximação desse direito com algumas emendas à constituição norte-americana, isto é, com os direitos fundamentais, na construção jurisprudencial.

Conforme visto acima, o desenvolvimento do direito à intimidade e à vida privada não recorreu, como suporte normativo, até então, a nenhuma das emendas à constituição norte-americana que prescrevem os direitos fundamentais. Tal fato possui uma razão de ser.

A afronta à intimidade e à vida privada ocorre, muitas vezes, por ação de particulares contra outros indivíduos. Como os direitos fundamentais, à época, eram aplicáveis em face do Estado, não incidiam, necessariamente, contra as atitudes dos particulares, foi essencial desenvolver um tipo de tutela que não perpasasse, necessariamente, por esses direitos.

Dessa forma, até o final do século XIX, a proteção à intimidade e à vida privada fundou-se em princípios gerais do *common law*, e não em direitos fundamentais. Sendo assim, a proteção a esse direito poderia ser requerida contra os particulares.

No entanto, com o intuito de ampliar esse novo direito, aplicando-o não só as violações realizadas pelos particulares, mas também as promovidas pelo Estado, a partir do final do século XIX, o *right to privacy* aproximou-se dos direitos fundamentais previstos nas emendas à constituição norte-americana. Essa nova fase da tutela do direito à intimidade e à vida privada com sua aproximação aos direitos fundamentais pode ser dividida em três grupos de bens jurídicos tutelados.<sup>251</sup>

O primeiro aspecto do direito à intimidade e à vida privada desenvolvida nos Estados Unidos versa sobre determinado tipo de autonomia pessoal, fundado na 14ª emenda e efetivado nos chamados *liberty cases*. A 14ª emenda, promulgada em 1868 após a guerra civil norte-americana com o intuito de por fim ao regime escravista vigente nos estados membros norte-americanos do sul, prescreve que:

nenhum Estado fará ou executará nenhuma lei, com efeito de reduzir as prerrogativas ou imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos; nem tampouco Estado algum privará uma pessoa de sua vida, liberdade ou bens, sem o devido

---

<sup>251</sup> Segue-se, na análise do desenvolvimento do *right to privacy* nos Estados Unidos no período do final do século XIX até a metade do século XX, a sistematização proposta em Sampaio, 1998, p. 67-72.

processo jurídico (*without due process of law*); nem denegará a alguma pessoa, dentro de sua jurisdição, a igual proteção das leis.<sup>252</sup>

Na perspectiva da autonomia pessoal, o direito à intimidade e à vida privada tutelou importantes casos acerca da criação e da educação das crianças e jovens, assim como sobre a procriação. Dessa forma, no caso *Pierce v. Society of Sisters*, em 1925, a Suprema Corte dos Estados Unidos julgou inconstitucional lei estadual que obrigava todas as crianças a freqüentar, necessariamente, o sistema público de ensino, pois tal norma constituiria uma interferência irrazoável na liberdade dos pais de educar seus filhos. Os limites à liberdade dos pais em educarem seus filhos foi fixada em outro julgado em 1944 da Suprema Corte, *Prince v. Massachusetts*, no qual, mantendo o precedente de 1925, foi, de outro lado, proibida a utilização dos filhos como vendedores em praça pública ou como distribuidores de literatura religiosa, pois atitudes como essas tinham efeitos nefastos no desenvolvimento da personalidade das crianças.

Sobre a procriação, há o julgado *Lochner-Skinner v. Oklahoma ex rel. Williamson*, em 1942, que declarou inconstitucional lei do estado de Oklahoma que autorizava a esterilização de criminosos por violação à igual proteção das leis prevista na 14<sup>a</sup> emenda. A corte compreendeu que ocorreu invasão do Estado em um assunto (procriação) relacionado com a liberdade pessoal.

Outro aspecto do direito à intimidade e à vida privada desenvolvido a partir do final do século XIX representa a defesa do segredo das comunicações. Em *Olmstead v. United States*, julgado em 1928, a Suprema Corte decidiu, por maioria de votos, que as interceptações telefônicas promovidas pelo Estado não eram inconstitucionais, pois apenas “as ‘buscas’ que implicassem ‘invasões físicas’ do domicílio e as ‘apreensões’ de bens tangíveis se achavam sujeitas às disposições da XIV Emenda (...).”<sup>253</sup>

Por outro lado, Louis Brandeis, que agora ocupava o cargo de juiz na Suprema Corte dos Estados Unidos, no seu voto vencido, alegou que as interceptações telefônicas afrontavam o direito à intimidade e à vida privada, conforme propôs anteriormente em seu famoso artigo redigido em parceria

---

<sup>252</sup> Comparato, 2007, p. 124.

<sup>253</sup> Sampaio, 1998, p. 68.

com Warren, além das 4ª e 5ª emendas.<sup>254</sup> Apesar de a Suprema Corte em *Nardone v. United States*, em 1934, ter declarado inconstitucional as escutas telefônicas, nos termos da *Federal Communication Act of 1934*, esse precedente não foi levado a sério pelos agentes da inteligência.

Como terceiro aspecto do direito à vida privada e à intimidade nos Estados Unidos, observa-se o direito à solitude tanto dentro da própria casa como fora do âmbito familiar. No que se refere à tutela da intimidade e da vida privada dentro da própria casa, deve-se frisar que a espacialidade da casa constitui-se em um dos locais privilegiados para que os indivíduos desenvolvam suas emoções, sentimentos e pensamentos.

Brandeis, em 1920, no caso *Gilbert v. Minnessota*, apesar de voto vencido na Suprema Corte, defendeu a aplicação da noção de direito à intimidade e à vida privada neste julgado, alegando que a lei estadual que proibia “os cidadãos de defender pontos de vistas contrários à guerra mesmo na *sanctity of their own home*”<sup>255</sup> afrontava a possibilidade de, no âmbito familiar, expressar sua consciência de forma contrária à guerra por posicionamentos pacifistas, encontrando-se essa lei em confronto com a 1ª emenda.

Especial relevo deve-se conceder às decisões sobre a proteção da intimidade fora do âmbito familiar e da casa. Conforme visto nos capítulos anteriores, a intimidade, valor central da vida privada moderna e contemporânea, não está relacionada diretamente com um espaço físico específico, pois as emoções, sentimentos, pensamentos, relações com o próprio corpo e contatos íntimos com outras pessoas podem ser desenvolvidas até em espaços públicos. Sendo assim, a Suprema Corte enfrentou casos específicos sobre a possível afronta da intimidade e da vida privada nos espaços públicos e na intersecção entre os espaços público e privado.

No caso *Packer v. Utah*, em 1932, a Suprema Corte dos Estados Unidos manteve a proibição legal de anúncios de cigarro e tabaco no estado de Utah por afronta à intimidade e à vida privada. Nesse caso, no voto de Brandeis,

---

<sup>254</sup> 4ª emenda: “Todos têm direito à segurança de suas pessoas, domicílios, documentos e bens contra buscas e apreensões arbitrárias (...)” e 5ª emenda: “(...) nem [ninguém] será forçado, em qualquer caso criminal, a testemunhar contra si próprio, nem será privado de sua vida, liberdade e bens, sem o devido processo jurídico; (...)”. Veja-se Comparato, 2007, p. 126.

<sup>255</sup> Sampaio, 1998, p. 70.

claramente observa-se a restrição à liberdade de expressão em virtude do direito à intimidade e à vida privada, sob o argumento de que no rádio e nos jornais podem os indivíduos optar se irão ler ou ouvir, o que não podem fazer com os anúncios em vias públicas, os quais as pessoas necessariamente observam no seu trajeto.<sup>256</sup>

No entanto, a proteção à intimidade e à vida privada no âmbito exterior e público não prevaleceu em muitos julgados. Assim, em *Schneider v. State* de 1939, a Corte asseverou não ser possível proibir as pregações dos fiéis da religião testemunhas de Jeová nas visitas domiciliares. Ainda, no caso *Martin v. City of Struthers* de 1943, o posicionamento em *Schneider v. State* da Suprema Corte foi mantido no caso de colisão entre liberdade religiosa e direito à intimidade e à vida privada.

Por fim, de outro lado, no julgado *Kovacs v. Cooper* de 1949, a Suprema Corte julgou constitucional a existência de uma lei que proibia o uso de caminhões de som, pois tal norma objetivava a proteção da intimidade e da vida privada. Nesse julgado, a corte considerou que, em razão do barulho promovido pelos caminhões de som, uma pessoa que passasse por perto teria seus pensamentos, emoções e sentimentos invadidos pela interferência desses aparatos.

### **3.6. Tutela da Personalidade, Vida Privada e Intimidade do Século XIX até metade do Século XX no Direito Continental Europeu**

A tutela da intimidade e da vida privada no direito continental europeu seguiu um caminho diverso da construção do *common law*, em especial do direito norte-americano, conforme visto acima, apesar de ter chegado a conclusões semelhantes contemporaneamente. Um marco importante no direito continental europeu foi a Revolução Francesa com sua Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 e o Código Civil de Napoleão em 1804.

---

<sup>256</sup> Sampaio, 1998, p. 71.

O individualismo e a proteção da pessoa humana, que poderiam ter sido implementados com extrema ênfase a partir da Revolução Francesa, construindo um modelo jurídico pautado na efetivação dos direitos humanos tanto no campo público como privado, foram apenas parcialmente tutelados. De um lado, os direitos humanos positivados nas constituições, quando muito, protegiam os cidadãos contra algumas interferências arbitrárias do Estado, e, de outro, a propriedade privada e a riqueza foram devidamente protegidas pelo Código Civil.

No entanto, o Código de Napoleão, que possuía o intento de regulamentar todas as relações privadas consideradas importantes na França, não positivou os direitos humanos. Dessa forma, nas relações entre os particulares, os direitos humanos, com exceção do direito à propriedade privada, não podiam ser oponíveis contra particulares.

A Alemanha, por sua vez, desenvolveu seu direito moderno e a proteção à personalidade humana através de outros pressupostos em razão das suas peculiares condições políticas. Até o advento de Otto Von Bismarck no final do século XIX, a Alemanha não era um país unificado, constituindo-se, em verdade, em uma Confederação desde 1814 composta por diversos reinos bastante autônomos entre si.

Ainda, inexistiu uma revolução burguesa propriamente dita entre os tedescos nos moldes do processo revolucionário francês. Dessa sorte, a discussão sobre o moderno constitucionalismo liberal-democrático e a categoria dos direitos humanos não influenciaram, durante o século XIX, substancialmente a proteção dos interesses do indivíduo e de sua personalidade humana.

Em verdade, a discussão sobre a proteção da personalidade, na Alemanha desde o século XVIII, versa sobre a existência de um direito natural específico: o direito geral da personalidade. A partir das construções do jusnaturalismo moderno, desenvolveu-se a idéia da existência de um direito geral da personalidade, o qual teria como função preservar a personalidade humana de todos os ataques e afrontas.

No entanto, o conceito de direito geral da personalidade sofreu duros golpes no século XIX até a metade do século XX. Em primeiro lugar, o Código de Napoleão não tutelou este direito geral de personalidade, deixando a

proteção da pessoa humana e seus bens essenciais apenas ao direito público, que, à época, no máximo, defendia o cidadão das agressões ilegítimas do Estado.

Como o Código de Napoleão foi o modelo de codificação seguido por diversos países europeus e na América Latina, um grande número de países não possuía uma previsão legal explícita do direito geral de personalidade. Tal fato, por si, prejudicou substancialmente o reconhecimento jurídico desse direito.

Ainda, a Escola Histórica do Direito Alemã,<sup>257</sup> cuja influência foi relevante no direito continental europeu, asseverava que o direito geral de personalidade constituía-se em um direito exercido pelo indivíduo sobre sua própria pessoa. Nas palavras de Szaniawski:

a Escola Histórica do Direito concebia o *direito geral de personalidade* como um direito que alguém possui sobre sua própria pessoa, na evolução da noção da noção do antigo *ius in se ipsum*, sustentando que o *direito geral de personalidade* deveria ser entendido como um direito que alguém possui sobre si mesmo e que teria por objeto a própria pessoa.<sup>258</sup>

Assim, afirmava esta escola que, se esse direito fosse tutelado pelo ordenamento jurídico, o indivíduo teria a faculdade de dispor de si e do seu próprio corpo livremente, podendo até mesmo praticar licitamente o suicídio. Dessa forma, por meio dessa visão pessimista do direito geral da personalidade, essa construção não era aceita pela Escola Histórica do Direito.

Como o Código de Napoleão não reconhecia o direito geral da personalidade e a Escola Histórica do Direito não via com bons olhos essa construção jurídica, o direito continental europeu, em linhas gerais, não tutelou esse direito. Assim sendo, como uma tutela global da personalidade humana apta a proteger os bens e situações essenciais não foi reconhecida na maior parte dos países europeus continentais e na América Latina, passou-se a advogar a tese de que os atributos fundamentais da personalidade humana, para serem protegidos nas relações entre privados, deveriam ser positivados setorialmente.

---

<sup>257</sup> Sobre a Escola Histórica Alemã, veja Bobbio, 2006, p. 45-62.

<sup>258</sup> Szaniawski, 2005, p. 42.



Observa-se, ainda, que, ao contrário do desenvolvimento da tutela à personalidade humana, à intimidade e à vida privada no sistema jurídico norteamericano, a construção jurisprudencial da proteção dos bens essenciais ao indivíduo não foi bem vista pelos europeus continentais. Existia uma razão histórica, sociológica e política para a contenção do poder judiciário.

Os magistrados, no direito continental europeu e em especial na França, eram nobres que, em linhas gerais, tinham uma profunda ligação e compromissos político e jurídico com o monarca. Dessa forma, os revolucionários franceses buscaram, na maior medida possível, retirar dos juízes a possibilidade de criar direitos.

Com esse objetivo, a Declaração do Homem e do Cidadão, no artigo 6º, prescreve que “A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer pessoalmente, ou por meio de representantes, à sua formação.”<sup>259</sup> Dessa forma, o poder criativo do judiciário foi substancialmente reduzido na França e nos países influenciados pelos desenvolvimentos político e jurídico dessa revolução.

Na Alemanha, apesar de a Escola Histórica Alemã ser contrária ao reconhecimento do direito geral de personalidade, em conformidade, neste aspecto, com o modelo codificador francês que não o recepcionou, observa-se a acolhida desse direito pelo Supremo Tribunal do Reich, até o advento do Código Civil Alemão (Bürgerliches Gesetzbuch), vigente a partir de 1900. Ainda, a Suíça, país que também não sofreu influência direta do projeto revolucionário e codificador franceses, positivou, através de uma cláusula geral, o direito geral da personalidade em seu Código Civil de 1907.

No entanto, o Código Civil Alemão, no momento que o direito geral da personalidade começava a firmar-se e afrontando a jurisprudência do Supremo Tribunal do Reich, não previu esse direito, apenas reconhecendo proteção de forma expressa ao direito ao nome no § 12. Em 1898, no momento em que o Código Civil Alemão já havia sido promulgado, mais ainda não estava em vigência, o Supremo Tribunal do Reich, sem dúvida influenciado pela não previsão expressa do direito geral de personalidade no Código, asseverou que as cartas particulares do compositor de música erudita Richard Wagner

---

<sup>259</sup> Comparato, 2007, p.

poderiam ser livremente reproduzidas e divulgadas. Essa decisão afirmou que as cartas, por não possuírem valor artístico, não eram tuteladas pelo direito de autor e, de outro lado, inexistia no ordenamento jurídico alemão da época a previsão normativa do direito geral de personalidade.

Ainda, em julgamento do mesmo tribunal em 1908, a posição sobre a possibilidade de publicação de cartas íntimas foi mantida. Neste caso, tratava-se da publicação das cartas íntimas do filósofo Friederich Nietzsche.<sup>260</sup>

Na França, ante a inexistência do reconhecimento do direito geral de personalidade, observa-se, desde 1819, o reclamo pela tutela da intimidade e da vida privada, quando Royer-Collard, em discurso acerca de projeto de lei sobre o crime de imprensa, na Câmara dos Deputados, asseverou que a imprensa não deveria invadir a vida privada dos indivíduos.<sup>261</sup>

Em 1858, apesar de inexistir previsão explícita do direito à imagem ou do direito à intimidade e à vida privada na legislação, o Tribunal de Siena reconheceu a afronta aos direitos à imagem e à vida privada. O caso versava sobre a publicação, em jornal impresso, de um desenho decalcado a partir de uma fotografia que retratava a atriz Elisa Félix no seu leito de morte, conhecida artisticamente como Rachel.

A fotografia copiada no desenho fora feita por dois fotógrafos a pedido da irmã da atriz, tendo sido acordado que a fotografia não deveria tornar-se pública. No entanto, através da pintura, a imagem do momento privado e íntimo da morte foi disponibilizada a toda a nação.

Sendo assim, decidiu-se que, apesar de os atores desenvolverem sua vida profissional na esfera pública, não é possível que o momento privado e íntimo da morte seja publicizado sem o devido consentimento da família. Ainda, é importante relatar que o tribunal tutelou o direito à intimidade e à vida privada como um direito absoluto, ou seja, oponível *erga omnes*, impedindo que terceiro alheio à relação contratual – a pintora – pudesse violar a intimidade e a vida privada neste caso.

Corroborando a necessidade de defesa da intimidade e da vida privada, em 1881, foi aprovada lei sobre a liberdade de imprensa, que tutelava a

---

<sup>260</sup> Sobre os casos Wagner e Nietzsche, veja-se Sampaio, 1998, p. 77.

<sup>261</sup> No que se refere à proteção à personalidade moral (relação eu-mundo) e em especial à tutela da intimidade e da vida privada, no período do início do século XIX até 1970 na França, veja-se Dotti, 1980, p. 59-65 e Sampaio, 1998, p. 72-75.

intimidade e a vida privada, impedindo publicização desses bens. No entanto, como a regulamentação ainda era bastante incipiente, a jurisprudência continuou desenvolvendo e criando a defesa tanto da personalidade humana como, em especial, da intimidade e da vida privada.

Dessa forma, através da atuação jurisprudencial, em 1900, a viúva do Coronel Klobb obteve indenização civil por danos materiais e morais promovidos pelo jornal *Le Figaro*. Esse famoso jornal impresso “abriu uma subscrição pública a fim de recolher ajuda para a viúva e seus filhos menores, sem consentimento dos beneficiários”,<sup>262</sup> afrontando os sentimentos íntimos e privados, causando aos familiares incômodos ao terem que sair do seu recato e, ainda, moverem um ruidoso processo em face da empresa jornalística.

Se, de um lado, a França, ao arrepio dos ideais revolucionários e do positivismo jurídico, deve parte substancial da sua tutela à personalidade humana, à intimidade e à vida privada ao desenvolvimento jurisprudencial, de outro lado, a Alemanha, acolhendo uma nova proposta interpretativa do Código Civil Alemão, começou a retomar a defesa do direito geral de personalidade após a promulgação do seu código civil. A defesa da personalidade humana, da intimidade e da vida privada após a promulgação do código, em primeiro momento, não se constituiu em posicionamento majoritário na doutrina e na jurisprudência, o que somente foi alterado com a previsão expressa do direito geral de personalidade na Lei Fundamental de Bonn em 1949.

A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, no artigo 1º, 1, prescreve que “A dignidade da pessoa humana é inviolável. Todas as autoridades públicas têm o dever de a respeitar e de a proteger”. Ainda, a Constituição Alemã afirma que, nos termos do artigo 2º, 1, “Todos têm o direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade, desde que não violem os direitos de outrem e não atentem contra a ordem constitucional ou lei moral”.<sup>263</sup>

Nesse novo contexto normativo, a personalidade foi protegida amplamente na Alemanha, além de o direito à intimidade e à vida privada, como um dos componentes necessários da personalidade humana, na relação

---

<sup>262</sup> Dotti, 1980, p. 62.

<sup>263</sup> Canaris, 2006, p. 141. A tradução de trechos da Constituição Alemã e da legislação infraconstitucional, no que se refere aos direitos fundamentais e da personalidade, pode ser consultada, na tradução realizada por Paulo Mota Pinto e Ingo Wolfgang Sarlet, em Canaris, 2006, p. 141-165.

eu-mundo, também foi devidamente tutelado. Assim, por meio do reconhecimento do direito geral de personalidade na Alemanha, além da personalidade humana em geral ser protegida, a intimidade e a vida privada foram tuteladas. Em verdade, essa importante normatização constitucional alemã somente pode ser entendida como um produto do seu tempo.

Conforme visto no primeiro capítulo, a personalidade humana foi desconsiderada por meio dos regimes totalitários, como o nazismo e o stalinismo. Nesses governos, os indivíduos deixaram de sentir-se bem consigo mesmo e de desenvolver de maneira autônoma seus sentimentos e pensamentos, sendo ainda eliminado o poder de organizar suas vidas privada e familiar da melhor maneira, ou seja, a intimidade e a vida privada deixaram de existir.

No entanto, infelizmente não foi apenas uma parte da personalidade moral, no caso a intimidade e a vida privada, que foi aniquilada, outros atributos e bens essenciais foram sistematicamente violados, como a vida, a liberdade e a igualdade, por exemplo. Assim, após o conhecimento das barbaridades cometidas na Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional como um todo reconheceu a importância de buscar uma concretização universal dos atributos essenciais da personalidade humana.

Ainda, na análise do processo de proteção jurídica da personalidade humana e, por consequência, da intimidade e da vida privada, não se pode esquecer que, na metade do século XX, a intimidade e a vida privada constituíam-se em importante valor da personalidade humana, considerando os indivíduos esse atributo como a forma por excelência de a pessoa atuar de maneira autônoma e livre. Nesse momento, compreende-se que, independente do pensamento político do Estado e do governo, a proteção da intimidade e da vida privada deveria ser mantida.

Dessa forma, por meio da proteção da personalidade humana e do direito à intimidade e à vida privada, os seres humanos buscavam superar, além das barbaridades perpetradas por regimes totalitários ou autoritários, os moralismos laico e religioso, os quais tanto oprimiram ilegitimamente as pessoas, em especial as mulheres, os pobres e as crianças. Se, de um lado, o Estado Alemão foi um dos primeiros a buscar a concretização desses valores, como uma tentativa de superar uma página nefasta da sua história recente, de

outro lado, não se pode esquecer do papel que a Declaração Universal dos Direitos Humanos exerceu a partir da metade do século na concretização da defesa dos bens essenciais do individualismo e, por consequência, da intimidade e da vida privada no plano internacional como no plano nacional.

### **3.7. Proteção Contemporânea da Personalidade Humana, Vida Privada e Intimidade e Ética Pós-Moralista**

A promoção do individualismo e, por consequência, da personalidade humana efetiva-se, principalmente, a partir da pós-modernidade e é consolidada com o advento da hipermodernidade. Em especial na hipermodernidade, desenvolve-se um modelo de ética que, de um lado, propugna um projeto de indivíduo, ciência e mercado não limitados por barreiras da modernidade, e, de outro lado, intenta conciliar esses três pilares com a construção de uma sociedade minimamente solidária.

Dessa sorte, esse novo modelo de ética possui como pilar os direitos humanos, postulando a necessidade de que, independente da cultura, certo número desses direitos obtenha guarida em todos os Estados nacionais. Os direitos humanos constituem-se em um dos pilares da ética pós-moralista porque, ao mesmo tempo em que promovem e protegem a pessoa humana de forma individual, exigem que todos os seres humanos possuam um mínimo de direitos necessário para o livre desenvolvimento da personalidade humana.

Com esse objetivo, a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo sua carta de fundação sido assinada em 26 de junho de 1945 na cidade norte-americana de São Francisco, prescreve, no artigo 55, “c”, “o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.<sup>264</sup>

Sendo assim, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, cumprindo a determinação da carta de fundação, formulou a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10

---

<sup>264</sup> Comparato, 2007, p. 223. Excertos da Carta de Fundação das Nações Unidas podem ser consultados em Comparato, 2007, p. 218-224.

de dezembro de 1948. Esse documento normativo, em um primeiro momento, era considerado apenas uma declaração moral, ou seja, uma recomendação para os Estados nacionais. No entanto, posteriormente, construiu-se o entendimento de que se tratava de normas de *jus cogens*, normas imperativas de direito internacional.<sup>265</sup>

Ainda, os direitos humanos prescritos na Declaração Universal foram acolhidos nos pactos sobre direitos civis e políticos e sobre os direitos econômicos, sociais e culturais em 1966. Dessa sorte, mediante a concretização dos direitos humanos em pactos, esses direitos podem ser exigidos pelos cidadãos contra o seu Estado, desde que este tenha se comprometido nesses pactos.

Como se observa na seção 3.2. deste trabalho, os direitos humanos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos protegem inúmeros bens essenciais à personalidade humana tanto no aspecto psíquico-somático (personalidade física) como no aspecto relacional eu-mundo (personalidade moral). Há, dessa forma, a proposta de concretização do individualismo e a superação do moralismo laico e religioso que, sob o argumento de evitar a construção de um individualismo sem limites, gerou um conjunto substancial de opressões.

Ainda, em conformidade com os anseios individuais e sociais, a vida privada e íntima foi reconhecida como um direito humano no artigo 8º, DUDH. A partir do reconhecimento da intimidade e da vida privada pela Declaração Universal, paulatinamente, inúmeros países positivaram explicitamente no texto constitucional e em leis infraconstitucionais esse direito.

Apresentam-se apenas alguns exemplos de proteção da vida privada e da intimidade no âmbito nacional para confirmar a afirmação. Nos Estados Unidos da América, além da importante construção jurisprudencial, foi promulgado o *Privacy Act* em 1974, protegendo no nível federal as informações pessoais privadas e íntimas contra atos da administração pública. Em 1970, a França previu o respeito à vida privada na Lei nº. 70-643 que introduziu o artigo 9º no Código Civil, cuja função é proteger a vida privada.

---

<sup>265</sup> Comparato, 2007, p. 227.

A Espanha, por sua vez, garante a intimidade e a vida privada no artigo 18, nº. 1, da Constituição de 1978, além de existir uma lei de proteção civil do direito à honra, à intimidade pessoal e familiar e à própria imagem de 1982. Ainda, na Europa, deve ser citada a República Portuguesa, a qual tutela a intimidade da vida privada e familiar no artigo 26, nº. 1, da Constituição de 1976, e tipifica algumas condutas atentatórias à reserva da vida privada nos artigos 176 a 185 do Código Penal de 1982, além de proteger a intimidade da vida privada no artigo 80, nº. 1, do Código Civil de 1966.<sup>266</sup>

No que se refere à América Latina, o resultado foi o mesmo: proteção da intimidade e da privada. Para ilustrar essa positivação, citam-se alguns exemplos. Em 30 de setembro de 1975, foi sancionada a lei nº. 21.173 na Argentina, que incluiu o artigo 1071 bis no Código Civil, prescrevendo o direito à intimidade. O Código Civil peruano de 1984, por sua vez, no artigo 14, tutela a intimidade da vida pessoal e familiar.<sup>267</sup>

A proteção à intimidade e à vida privada no Brasil encontra-se de forma explícita na Constituição Brasileira de 1988 e no Código Civil de 2002. No artigo 5º, X, da CF, observa-se que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. O artigo 21, NCC, por sua vez, prescreve que a “vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma”.

Através da exposição de alguns textos normativos que positivam explicitamente o direito à intimidade e à vida privada, pode-se asseverar que sua tutela começa a ser reconhecida efetivamente a partir dos anos 70 do século passado. Exatamente nesse período histórico surge o pensamento e as práticas pós-modernas, que buscam a superação do moralismo laico e religioso responsável pela opressão substancial de grande parte dos seres humanos.

Ainda nos anos 70, a necessidade de concretização dos direitos humanos passa a ser uma pauta fundamental para os diversos Estados

---

<sup>266</sup> Sobre a proteção legal e constitucional ao direito à intimidade e à vida privada na Europa, veja-se Pinto, P. M., 1993, p. 515-524.

<sup>267</sup> No que se refere à proteção legal, no âmbito civil, da intimidade e da vida privada na América Latina, veja-se Lorenzetti, 1998, p. 490-492.

nacionais, em especial com a intensa discussão acerca dos pactos sobre os direitos civis e políticos e sobre os direitos econômicos, sociais e culturais de 1966. Nesse momento, a ética pós-moralista que propõe a defesa e a promoção dos valores essenciais à pessoa humana, requerendo o respeito aos direitos humanos e a construção de deveres morais de forma menos rígida e mais discursiva, concretiza-se.

Dessa forma, a maneira de conciliar o individualismo e a solidariedade, no novo projeto ético, passa pela concretização dos direitos humanos. Se, de um lado, os direitos humanos garantem direitos a cada um dos seres humanos de forma individual, tendo como principal função a proteção e a promoção de atributos essenciais à pessoa humana (personalidade humana), de outro lado, cumprem certo aspecto solidário, já que a ética pós-moderna exige a concretização de direitos humanos a todos os seres humanos de forma universal.

A busca por universalização, em acordo com o ditame da solidariedade, procura evitar, por exemplo, as barbaridades ocorridas na Segunda Guerra Mundial, como as práticas de genocídio, a afronta aos direitos humanos como um todo e, especificamente no que se refere à intimidade e à vida privada, o fenômeno da desolação, em que a pessoa não se sente confortável consigo mesmo.

Na ética pós-moralista, o indivíduo visto como pessoa humana não é, na maior parte da sua vida, colonizado pelo moralismo. Em verdade, de acordo com seus anseios e projeto de vida, ele escolhe, de maneira autônoma, mas geralmente levando em conta os custos e os benefícios de sua ação, o que fazer e o que não fazer.

Sendo assim, na construção de sua individualidade e de sua personalidade moral (relacional eu-mundo), o aspecto da intimidade e da vida privada é fundamental ao indivíduo, pois permite desenvolver-se autonomamente na sua vida íntima e privada, construindo emoções, posicionamentos e relações que o distingue dos demais e concede-lhe atributos pessoais e individuais.

Conforme visto pela data das legislações que concretizaram explicitamente o direito à intimidade e à vida privada, o Brasil foi um dos últimos países a reconhecê-lo. A doutrina brasileira, com uma relevância maior



do que a jurisprudência em um primeiro momento, foi essencial para o desenvolvimento do direito à intimidade e à vida privada ao analisar os importantes desenvolvimentos jurisprudenciais e legislativos nos Estados Unidos e na Europa.

No âmbito brasileiro, dois trabalhos devem ser lembrados: “O Direito de Estar Só – Tutela Penal da Intimidade”, de Paulo José da Costa Junior,<sup>268</sup> e “Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação”, de René Ariel Dotti.<sup>269</sup>

O livro de Costa Junior, apresentado originalmente como tese de titularidade na cadeira de direito penal da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1970, demonstrou a importância e a relevância da tutela do direito à intimidade e à vida privada tanto no aspecto civil como no aspecto penal. Nesse trabalho pioneiro, apresentou-se a teoria das esferas alemã, a qual recebeu grande notoriedade no estudo da intimidade e da vida privada.

Costa Junior, adotando o posicionamento de Henkel, assevera que a vida privada “pode ser subdividida em esferas outras, de dimensões menores”,<sup>270</sup> sendo essas esferas a da vida privada “*stricto senso*” (Privatsphäre), a da intimidade (Vertrauenssphäre) e a do segredo (Geheimsphäre). A primeira esfera, vida privada *stricto senso*, é composta por todas as ações, comportamentos e informações que o indivíduo não quer publicizar.

Na esfera da intimidade, participam apenas pessoas próximas da pessoa humana, as quais são dignas de confiança e participam da intimidade do indivíduo. Dessa forma, “da esfera da intimidade resta excluído não apenas o público em geral, como é óbvio”,<sup>271</sup> mas muitas pessoas que participam de atos da vida privada em sentido estrito. Por fim, há a esfera do segredo, a qual é vivenciada pelo indivíduo sozinho ou por apenas alguns amigos em número inferior aos que participam da esfera íntima.

Já o trabalho de Dotti, ganhador do Concurso Nacional de Letras Jurídicas em 1977, tem como mérito, além da revisão da jurisprudência, da doutrina e da legislação estrangeiras sobre o direito à intimidade e à vida privada, o desenvolvimento da importante questão sobre o conflito entre direito

---

<sup>268</sup> Costa Jr., 2007.

<sup>269</sup> Dotti, 1980.

<sup>270</sup> Costa Jr., 2007, p. 29.

<sup>271</sup> Costa Jr., 2007, p. 30.

à intimidade e à vida privada e liberdade de informação, tão em voga nos tempos contemporâneos.

Ainda, no campo da filosofia do direito no Brasil, sobre a intimidade e a vida privada, há o livro “A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt, de Celso Lafer”,<sup>272</sup> apresentado originalmente como tese de titularidade na cadeira de teoria geral do direito e filosofia do direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o qual promove uma importante leitura reflexiva das construções legislativa e doutrinária do direito à intimidade e à vida privada.

Nesse relevante trabalho, Celso Lafer demonstra como a categoria dos direitos humanos foi construída na modernidade, assim como as experiências totalitárias do nazismo e do stalinismo destruíram, por meio de suas ações, o respeito a esses direitos. Ainda, apresenta, principalmente através do livro “A Condição Humana” de Hannah Arendt, o desenvolvimento da intimidade em contraposição ao surgimento da esfera social.

No ano de defesa de sua tese de titularidade, a Constituição da República brasileira, promulgada em 05 de outubro, concretizou inúmeros direitos humanos e, em especial, no artigo 5º, X, prescreveu a defesa da intimidade e da vida privada. Assim, o Estado e o direito brasileiros reconheceram a maior das diretrizes da ética pós-moralista: o respeito e a promoção dos direitos humanos.

Deve-se frisar que os direitos humanos positivados como direitos fundamentais, neste momento histórico, não se tratavam de direitos exigíveis apenas em face do poder público, mas também em relação a outros particulares.<sup>273</sup> Em especial, os direitos que tutelam a personalidade humana são exigíveis tanto contra outros particulares como em face do Estado. Assim, “Os direitos à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem (CF, art. 5º, X)

---

<sup>272</sup> Lafer, 1998.

<sup>273</sup> Há dois casos importantes que reconheceram os efeitos dos direitos fundamentais nas relações entre privados. O primeiro trata-se do precedente *Shelley v. Kraemer*, julgado pela Suprema Corte Norte-Americana em 1948, o qual declarou inconstitucional cláusula contratual que proibia moradores de um loteamento de venderem seus imóveis para pessoas negras. Essa restrição foi declarada inconstitucional por afronta ao direito fundamental à igualdade previsto na 14ª emenda. Na Alemanha, por sua vez, no caso *Lüth* julgado em 1958, o Tribunal Constitucional Federal Alemão asseverou que os valores contidos nos direitos fundamentais devem ser efetivados, também, nas relações entre privados. Sobre os casos acima, veja-se Silva, V. A, 2005, p. 17-21.

são direitos que, sem grandes problemas, são considerados como oponíveis, sobretudo, contra possíveis violações de atos de particulares.”<sup>274</sup>

Essa ampla concretização dos direitos humanos por meio da categoria dos direitos fundamentais na Constituição Brasileira, postulado exigido pela ética pós-moralista, gerou a necessidade de desenvolver na doutrina e na jurisprudência brasileiras instrumentos jurídicos compatíveis com a necessidade de efetivação cotidiana desses direitos. Assim, surgiram, pelo menos, três questões essenciais a serem enfrentadas pela dogmática jurídica: a colisão de, a negociabilidade de e a renúncia aos direitos fundamentais.

Passa-se a análise da primeira questão, ou seja, da colisão de direitos fundamentais. A Constituição Brasileira, felizmente, foi bastante generosa na concessão de direitos fundamentais. Em abstrato, não há nenhum problema na concessão de tantos direitos fundamentais, pois, em linhas gerais, esses direitos são absolutamente compatíveis entre si.

Essa compatibilidade em abstrato dos direitos fundamentais pode ser vista, por exemplo, na tutela da personalidade humana no item 3.2., já que inúmeros direitos fundamentais concretizam e protegem, aparentemente de forma harmônica e organizada, diversos bens essenciais à personalidade humana. No entanto, em casos concretos, os direitos fundamentais colidem.

Um exemplo tradicional sobre o assunto seria a colisão entre a liberdade de expressão de um jornalista que afronta a intimidade e a vida privada de um outro indivíduo. Neste caso específico, há conflitos entre direitos fundamentais da personalidade, pois esses direitos concretizam e protegem bens essenciais à personalidade humana moral (relação eu-mundo), sendo a liberdade de expressão prevista no artigo 5º, IV, CF e a intimidade e a vida privada tuteladas no artigo 5º, X, CF.

Essa colisão ocorre, pois, de um lado, todos os seres humanos possuem a garantia da tutela dos seus direitos fundamentais da personalidade, aspecto individualista da ética pós-moralismo, porém, por outro lado, esses direitos devem ser concretizados a todos os indivíduos, mostrando o aspecto solidário desse projeto ético.

---

<sup>274</sup> Silva, V. A., 2005, p. 22-23.

Dessa sorte, normalmente, os direitos fundamentais não podem ser compreendidos como regras jurídicas, ou seja, um tipo de norma jurídica que concede um direito definitivo a um sujeito e um dever definitivo aos outros indivíduos e ao Estado.<sup>275</sup> Se, por exemplo, o direito à intimidade e à vida privada constitui-se em uma regra, a invasão e a divulgação da intimidade e da vida privada, assim como as proibições ao desenvolvimento da liberdade pessoal no âmbito privado e íntimo, sempre deveriam ser ilícitas e sancionadas, jamais podendo, em conformidade com o direito, ocorrer sua violação, divulgação ou imposição de comportamentos contrários ao desenvolvimento autônomo da vida privada e íntima.

No entanto, os direitos fundamentais caracterizam-se, estruturalmente, por serem, na maior parte das vezes, princípios jurídicos, ou seja, normas jurídicas que atribuem direitos e deveres *prima facie* e concretizam valores. Dessa forma, os princípios jurídicos concedem direitos, em um primeiro momento, aos seus titulares e, por outro lado, impõem a princípio deveres. Assim, em virtude da colisão de princípios, é possível que um direito que se encontrava *prima facie* garantido não o seja após uma análise através da máxima da proporcionalidade.

A máxima da proporcionalidade, conforme proposta por Robert Alexy a partir do estudo de julgados do Corte Constitucional Federal Alemã e da reflexão sobre a doutrina alemã, foi adotada pela comunidade jurídica brasileira<sup>276</sup> para enfrentar um problema que, em verdade, no campo filosófico, advém da ética pós-moralista (necessidade de equilibrar a concretização dos direitos fundamentais de um indivíduo com os direitos fundamentais de outros indivíduos e com os valores sociais como patrimônio cultural, segurança pública e outros). No que se refere à estrutura, a máxima da proporcionalidade compõe-se de três máximas parciais: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito.<sup>277</sup> Essas máximas parciais serão apresentadas por meio da colisão entre liberdade de expressão e direito à intimidade e à vida privada.

---

<sup>275</sup> Acerca do conceito de direito definitivo e sua relação com o conceito de regra jurídica a partir da obra de Alexy, veja-se Silva, V. A., 2003, p. 611.

<sup>276</sup> Apenas para ilustrar a adoção da máxima da proporcionalidade no Brasil, veja-se Barroso, 2005, p. 298-310; Grau, 2005, p. 182-189; e Farias, 2000, p. 118-126.

<sup>277</sup> Sobre a máxima da proporcionalidade e as suas três máximas parciais, veja-se Alexy, 1997, p. 111-115.

A máxima da adequação observa se o meio empregado para atingir o fim prescrito por um princípio, como a liberdade de expressão, é adequado para concretizar esse fim. Se a resposta for afirmativa, cumpriu-se a primeira máxima parcial.

Caso o meio utilizado seja, no caso concreto de colisão de direitos fundamentais, apto a alcançar o fim do princípio liberdade de expressão, tendo sido concretizada a máxima da adequação, deve-se perguntar se não há outro meio que atinja a finalidade do princípio liberdade de expressão e, de outro lado, mantenha intacto o direito garantido *prima facie* pelo princípio da intimidade e da vida privada.

Assim, se for possível, por exemplo, que o jornalista expresse seus sentimentos sem citar explicitamente assuntos relativos à vida privada e à intimidade de outrem, resolve-se a colisão de direitos fundamentais. No entanto, sendo inevitável a colisão, um dos princípios, por ter um peso (relevância e importância no caso específico), deverá prevalecer, sendo utilizada a terceira máxima parcial.

Dessa forma, será feita uma ponderação sobre os elementos fáticos e jurídicos no caso em apreço por meio da proporcionalidade em sentido estrito, observando qual dos princípios deve predominar na colisão. Quando é impossível evitar a colisão de direitos fundamentais, necessariamente, no caso específico, um dos princípios será sacrificado no todo ou em parte.

É preciso enfatizar que a solução das colisões entre princípios não possuem sempre, necessariamente, o mesmo resultado, o qual dependerá das circunstâncias do caso. Assim, em alguns casos, na colisão entre liberdade de expressão e direito à intimidade e à vida privada, aquela prevalecerá e, em outros momentos, esta preponderará.

Assim, por meio da ponderação (proporcionalidade em sentido estrito), tenta-se equilibrar demandas opostas por concretização de direitos fundamentais dos diversos indivíduos titulares de direitos fundamentais. Dessa forma, apesar de o direito à intimidade e à vida privada constituir-se em um direito essencial na hipermodernidade, não é possível tutelar a intimidade e a vida privada sempre nos casos concretos. Isso ocorre por existir uma demanda de concretização de diversos direitos fundamentais pelos indivíduos, o qual corresponde ao aspecto social da ética pós-moralista.

Além da ética pós-moralista dever compatibilizar o individualismo com um projeto minimamente solidário, o modelo ético contemporâneo deve relacionar, equilibradamente, o pilar do individualismo com o do mercado. Nesta interface, surge a importante questão da inegociabilidade e a inalienabilidade dos direitos fundamentais e, em especial neste trabalho, do direito à intimidade e à intimidade.

José Afonso da Silva, inspirado em ideais jusnaturalistas, afirma que os direitos fundamentais são inalienáveis, pois “São direitos intransferíveis, inegociáveis, porque não são de conteúdo econômico-patrimonial. Se a ordem constitucional os confere a todos, deles não se pode desfazer, porque são indisponíveis (...).”<sup>278</sup> De um lado, esse posicionamento está parcialmente em conformidade com o pilar do individualismo da ética pós-moralista, pois garante os direitos fundamentais dos seres humanos a todo custo, não autorizando que interesses patrimoniais permitam a sua negociação. Tal posicionamento é bastante razoável, em certo sentido, para a ética pós-moralista, já que, por exemplo, em virtude de dificuldades financeiras um ser humano poderia vender o seu direito à vida ou à liberdade.

Por outro lado, uma absoluta vedação à alienabilidade dos direitos fundamentais não se encontra em conformidade com a ética pós-moralista, visto que não relaciona adequadamente mercado e indivíduo. O direito contemporâneo, apesar de alguns doutrinadores afirmarem taxativamente a impossibilidade de alienação dos direitos fundamentais, autoriza a negociação de direitos fundamentais.

Um exemplo claro sobre a possível alienabilidade de direitos fundamentais encontra-se nos contratos firmados entre os participantes de *reality shows* e as empresas jornalísticas. No Brasil, um grande número de pessoas quer alienar seu direito à intimidade e à vida privada e, por meio de contrato firmado com as emissoras de televisão, receber determinada quantidade de dinheiro ou a possibilidade de recebê-la.

Dessa forma, autores jurídicos promotores da ética pós-moralista já desenvolveram tese para legitimar a negociabilidade dos direitos fundamentais, asseverando que, quando a intensidade da restrição aos direitos

---

<sup>278</sup> Silva, J. A., 2001, p. 185.

fundamentais não for grande, “deve-se partir de uma precedência *prima facie* da autonomia privada frente a eventuais direitos fundamentais envolvidos.”<sup>279</sup>

No que se refere ao direito à intimidade e à vida privada, provavelmente, a alienabilidade deste direito durante uma parte substancial da vida do ser humano seria considerada uma restrição muito intensa. Assim, a autonomia privada não prevaleceria. Por outro lado, no caso de programas de *reality show*, nos quais se aliena um período curto do direito à intimidade e à vida privada, o direito contemporâneo, pelo menos no Brasil, não se opõe.

Além da questão da alienabilidade dos direitos fundamentais, que procura construir pontes “equilibradas” entre a proteção da pessoa humana e o pilar do mercado, outro assunto essencial na ética pós-moralista trata-se da irrenunciabilidade dos direitos fundamentais. De acordo com José Afonso da Silva, “Não se renunciam direitos fundamentais. Alguns deles podem até não ser exercidos, pode-se deixar de exercê-los, mas não se admite sejam renunciados.”<sup>280</sup>

No entanto, cotidianamente observa-se que os indivíduos renunciam, em determinados momentos, ao gozo desses direitos. Essa renúncia encontra-se em conformidade com a ética pós-moralista, que prescreve que os seres humanos devem construir de maneira autônoma regras para guiar a condução de sua vida.

Assim, apesar de os indivíduos possuírem garantidos os seus direitos fundamentais, podem os seres humanos abrir mão desses direitos em diversos momentos da sua vida ou durante toda a sua vida. Citam-se alguns exemplos para confirmar a afirmação.

Um bacharel em direito, que decide exercer a magistratura, renuncia ao livre exercício do trabalho, previsto no artigo 5º, XIII, CF, já que apenas poderá exercer, além da magistratura, uma atividade de magistério, nos termos do artigo 95, I, CF. Quando um homem resolve entrar para o seminário para tornar-se padre, renuncia ao direito de constituir família.<sup>281</sup> No momento que alguém decide tornar pública sua vida privada e íntima, renuncia ao direito à intimidade e à vida privada sobre determinados assuntos.

---

<sup>279</sup> Silva, V. A., 2005, p. 159.

<sup>280</sup> Silva, J. A., 2001, p. 185.

<sup>281</sup> Esses dois exemplos encontram-se em Silva, V. A., 2005, p. 62-63.

O direito contemporâneo, em linhas gerais, defende a personalidade humana e, em especial, a intimidade e a vida privada. Ainda, procura equilibrar a tutela concedida ao indivíduo com a proteção da personalidade humana e dos direitos fundamentais em geral de todos os indivíduos, postulando a concretização de um projeto minimamente solidário.

Dessa forma, na prática jurídica, para resolver as colisões de direitos fundamentais que ocorrem cotidianamente, a dogmática jurídica desenvolveu a máxima da proporcionalidade e determinada visão sobre os princípios jurídicos. O direito, com o intento de compatibilizar a proteção da pessoa humana, um dos aspectos do individualismo, com o pilar do mercado, construiu a possibilidade de alienar, sob certas circunstâncias, os direitos fundamentais. Ainda, cumprindo a diretriz de construção autônoma de normas pelo indivíduo, aceita-se a renúncia dos direitos fundamentais em certos casos.



## CONCLUSÃO

A vida privada e íntima, conforme visto, representa um dos elementos da personalidade humana no aspecto relacional eu-mundo. A concretização da intimidade e da vida privada e a sua compatibilização com interesses capitalistas (defesa da propriedade privada e da riqueza, além de promoção do mercado) começaram a ser efetivadas, de fato, com o advento da ética pós-moralista.

Esse projeto ético propõe a promoção do individualismo sem as injustas opressões do moralismo padronizador da modernidade, responsáveis pelo desenvolvimento da intimidade. Em verdade, a padronização social advém da esfera social, quando esta começou a tutelar a propriedade privada e as riquezas independente das suas funções políticas no início da modernidade.

No alvorecer da modernidade, por meio da esfera social, assuntos originalmente privados, como a manutenção e a promoção da vida biológica dos seres humanos, assim como a propriedade privada e a riqueza, são trazidos para a esfera pública. De outro lado, na modernidade, o espaço público deixa de ser o *locus* por excelência da liberdade, a qual era compreendida como a possibilidade de, entre iguais e por meio da política, construir a humanidade dos membros da espécie humana.

Assim, na esfera pública antiga, os humanos propriamente ditos podiam desenvolver suas vidas para além da opressão e da violência que imperava na esfera privada através da construção de decisões políticas por meio da persuasão e da ação. Sendo assim, como a esfera privada apenas representava o espaço de manutenção biológica e da opressão, desenvolver a vida somente nesta esfera constituía-se em uma atitude típica de um idiota e de uma pessoa que não era um ser humano propriamente dito.

Na Idade Média, apesar das intensas alterações políticas e sociológicas, a separação entre o público e o privado ainda restava clara em certos conceitos filosóficos e políticos, constituindo-se o público, por exemplo, nas virtudes que os guerreiros nobres cultivavam no ambiente comum. No entanto, com o advento da modernidade, ocorreu uma completa alteração na dinâmica entre as esferas pública e privada.

Por meio do surgimento dos Estados nacionais, cria-se uma grande família (nação) que requer do Estado a manutenção da sua vida biológica. Assim, não é por outra razão que neste período floresce a economia política, reunindo preocupações absolutamente diversas e separadas até o momento. Por outro lado, quando a esfera pública deixa de possuir como objetivo o desenvolvimento da humanidade por meio da ação e do discurso e importa-se com a manutenção da vida biológica, não há razão para questionar a pertinência e a relevância desse novo saber impensável até o momento.

Quando assuntos privados (manutenção e promoção da vida biológica) representam as preocupações públicas, nada mais óbvio que a propriedade privada e a riqueza serem tuteladas independentemente de qualquer função pública. Até a modernidade e em especial na Antigüidade, a propriedade privada e a riqueza constituem-se em requisitos para que o membro da espécie humana pudesse participar da esfera pública e, por conseqüência, tornar-se um ser humano de fato. No contexto antigo, a riqueza e a propriedade privada garantiam que os membros da espécie humana tinham o suficiente para a manutenção da sua vida biológica, estando aptos a preocuparem-se apenas com as discussões e ações na vida pública.

Por outro lado, a esfera social – nova esfera surgida na modernidade que coloniza a esfera pública com assuntos privados – impõe à proteção da propriedade e da riqueza, criando um regime opressor e padronizador, o qual era típico das famílias e do desenvolvimento da vida privada antiga. Nesse momento, em virtude do moralismo padronizante imposto pela esfera social, surge a intimidade.

A intimidade, característica central da vida privada a partir da modernidade, refere-se à busca do desenvolvimento de relações verdadeiras e autônomas consigo mesmo e com um conjunto de pessoas escolhidas pelo indivíduo especialmente nos espaços privados, mas também pode ser desenvolvida na esfera pública. A pureza de coração e a construção de relações pessoais sinceras e profundas consigo mesmo e com algumas pessoas próximas, construindo autonomamente a vida privada para além da padronização social, são o centro da intimidade.

Dessa forma, por meio da intimidade, a vida privada pôde adquirir uma nova feição, não sendo mais considerada, como na antiguidade, a esfera da

opressão. Em verdade, a vida privada a partir da modernidade deve ser compreendida como a principal maneira de o indivíduo desenvolver sua humanidade e os aspectos mais relevantes da sua vida.

A vida privada pautada na intimidade desenvolveu-se intensamente durante o século XIX. A intensa valorização da intimidade e da vida privada observa-se, por exemplo, no desenvolvimento do hábito de escrever em diários íntimos, no envio de correspondências pessoais a amigos e parentes, em um contato mais intenso com o corpo, no surgimento do romance como arte individual e intimista por excelência, na popularização do quarto individual, criando um espaço próprio ao indivíduo, e em tantas outras práticas e situações.

Dessa forma, no embate entre o moralismo padronizador moderno e a afirmação da intimidade e da vida privada, esta se sagrou vencedora. A ética moralista, que previu um conjunto substancial de deveres morais opressivos, ruiu. No seu lugar, surgiu a ética pós-moralista, a qual pôs fim às restrições opressivas do moralismo à pessoa humana.

A sociedade pós-moralista, em princípio pós-moderna, propôs uma profunda hedonização da vida, a alteração do modelo familiar padrão e a superação do trabalho impessoal, além de lutar pela liberalização sexual. Essa proposta de sujeito e sociedade *soft* não prevaleceu integralmente por muito tempo.

Em verdade, apesar de a sociedade pós-moralista ter permanecido, construiu-se um sujeito que internalizou as regras do pensamento econômico, ou seja, um indivíduo sempre atento aos benefícios e aos custos das suas ações e omissões. O hiperindivíduo, indivíduo contemporâneo, possui consciência de que a maior parte das normas é construída de forma dialógica e que, principalmente, as regras pessoais são construídas de forma autônoma.

Essa autonomia na condução da sua vida cotidiana, ao mesmo tempo em que retira o fardo do moralismo opressor, impõe uma grande responsabilidade no que se refere às consequências individuais das suas ações e omissões. Como não há imposições diretas, muitas vezes, de padrões a serem seguidos obrigatoriamente, a história individual encontra-se nas mãos do sujeito, que é culpado pelas derrotas e infelicidades, assim como reconhecido pelos acertos e conquistas pessoais e profissionais.

Dessa forma, o indivíduo contemporâneo apesar de não ser obrigado a trabalhar, labuta, pois sabe que é fundamental construir uma história profissional de sucesso para gozar de estabilidade financeira, a qual lhe concede tranquilidade e possibilidade de participar da sociedade de consumo. Relaciona-se amorosamente, muitas vezes, através do modelo padrão pautado na fidelidade, porque sabe que em uma sociedade individualista torna-se fundamental social e afetivamente desenvolver laços pessoais sólidos.

Na ética pós-moralista, ocorreu a superação da oposição entre, de um lado, a defesa da propriedade privada e da riqueza e, de outro lado, a vida privada e a intimidade. Na modernidade, surge o moralismo com o intuito de defender a propriedade privada e a riqueza, sendo a intimidade o contraponto a essa opressão.

No entanto, principalmente no século XX, observou-se que não há oposição entre 1) defesa da propriedade privada e da riqueza, assim como desenvolvimento do capitalismo e das práticas do mercado, e 2) promoção da intimidade e da vida privada. Pelo contrário, a partir dos bens, da propriedade privada, do salário e da riqueza em geral, o ser humano contemporaneamente pode ter sua intimidade e vida privada maximizadas. Em verdade, reconheceu-se que sem dinheiro não é possível desenvolver uma vida íntima e privada minimamente adequada.

Esses desenvolvimentos sociais, individuais e filosóficos influenciaram diretamente o direito, em especial a tutela da pessoa humana. Apesar de os movimentos revolucionários francês e americano postularem a concentração de direitos essenciais à natureza humana, a proteção da pessoa humana, o desenvolvimento do individualismo em geral e a promoção da pessoa humana e de sua personalidade foram substancialmente limitados pela ética moralista e pela defesa do individualismo proprietário.

Mesmo com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 na França e com a posterior incorporação dos direitos fundamentais nas constituições européias do século XIX, os direitos humanos (conjunto de direitos essenciais a qualquer ser humano) poderiam, no máximo, serem opostos contra o Estado. No âmbito privado, por sua vez, reinava soberana a tutela da propriedade privada e da riqueza, não sendo concretizado os direitos humanos, agora chamados de fundamentais, nas relações entre privados.

Nos Estados Unidos, com a *Bill of Rights*, a Federação Norte-Americana reconheceu os direitos humanos. Por outro lado, até metade do século XX, esses direitos também apenas garantiam os indivíduos em face das atuações do Estado. No entanto, nos Estados Unidos da América, utilizando-se da possibilidade de alteração do sistema jurídico independente da criação de novos textos normativos, é acolhido o direito à intimidade e à vida privada (*right to privacy*).

Esse direito defende o desenvolvimento da personalidade humana e em especial da intimidade e da vida privada em face de invasões tanto do Estado como dos particulares. Essa dupla proteção foi possível, pois, conforme propuseram Brandeis e Warren, o direito à intimidade e à vida privada decorre dos princípios (axiomas) informadores do *common law* como a proteção da vida e da liberdade.

Como se trata de concretização dos axiomas informadores do sistema anglo-saxão, o direito à intimidade e à vida privada seria oponível em qualquer relação jurídica. Ainda, após a publicação do artigo “*Right to Privacy*”, o direito à intimidade e à vida privada foi devidamente aproximado da 14ª emenda, ajudando na proteção da intimidade e da vida privada contra ações de órgãos estatais.

Apesar de o poder criativo da jurisprudência ser bem menor e contido no direito continental europeu, no caso da defesa e da promoção da intimidade e da vida privada, a jurisprudência tanto francesa como alemã foram fundamentais nessa tutela. Mesmo sem a positivação no Código de Napoleão dos direitos garantidores dos bens essenciais à personalidade humana (direitos da personalidade), a jurisprudência tutelou a intimidade e a vida privada.

Na Alemanha, por sua vez, em virtude da construção doutrinária do direito geral de personalidade, o Supremo Tribunal do Reich protegeu até final do século XIX esse direito. Como a intimidade e a vida privada é um dos elementos da personalidade humana moral, o direito à intimidade e à vida privada também era garantida.

No entanto, com o advento do Código Civil Alemão no final do século XIX, o direito geral de personalidade não restou positivado, ocorrendo um retrocesso jurisprudencial. A ausência de previsão foi severamente criticada,

pois, neste momento, a intimidade e a vida privada e a busca por valorização da pessoa humana tinham avançado substancialmente.

A tutela da personalidade humana (bens essenciais à pessoa humana) e, por consequência, a proteção da intimidade e da vida privada tornou-se efetiva, principalmente, nos anos setenta do século passado através da ética pós-moralista. Por óbvio, antes do advento da ética moralista, há eventos importantes e fundamentais para o desenvolvimento da proteção à personalidade humana.

Após as barbaridades da Segunda Guerra Mundial e em razão dos reclamos por proteção da pessoa humana, a Organização das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. A maior parte desses direitos foi prevista como direitos fundamentais nas constituições nacionais e tutelada pela legislação infraconstitucional. Ainda, inúmeros pactos internacionais reconheceram os direitos humanos.

Especificamente sobre o direito à intimidade e à vida privada, previu-se de forma explícita a existência desse direito em especial a partir dos anos 70, momento do surgimento da ética pós-moralista, nos textos constitucionais e infraconstitucionais de diversos países. Ainda, deve-se observar que a aplicação e a proteção dos direitos fundamentais e, por consequência, do direito à intimidade e à vida privada encontra-se em conformidade com os postulados das sociedades pós-moralistas.

Assim, por meio da máxima da proporcionalidade, o direito procura equilibrar o pilar do individualismo com a construção de um projeto minimamente solidário. Através da possibilidade, em certos casos, de negociabilidade dos direitos fundamentais, concilia-se o pilar do mercado com o do individualismo. Ainda, através da possibilidade de renúncia de direitos fundamentais, o postulado da ética pós-moralista de valorização da criação de regras pessoais de forma autônoma concretiza-se.

Conforme visto no final do segundo capítulo, apesar de a valorização da intimidade e da vida privada ser fundamental, não sendo possível abrir mão da sua tutela jurídica, já que contemporaneamente o ser humano possui relações públicas e privadas, a sobrevalorização do aspecto privado da vida humana contemporânea também traz consequências negativas como, por exemplo, a

intensa instabilidade psíquica e laboral e a falta de comprometimento efetivo com a solidariedade e com a alteridade.

Há elementos jurídicos que tutelam o desenvolvimento do espaço público, da discussão e da ação, como a liberdade de reunião e a liberdade de associação, propondo o desenvolvimento da personalidade humana para além da esfera privada. Cabe aos seres humanos, além da efetivação da personalidade humana no âmbito privado, desenvolverem sua vida e personalidade no espaço público, contribuindo ainda mais para a construção, de fato, de uma sociedade pluralista e solidária.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXY, Robert. **Teoria de Los Derechos Fundamentales**. Tradução: Ernesto Garzón Valdés, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e Pau-de-arara: o Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Contrates da Intimidade Contemporânea. Vol. 4, 4ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 319-409.

ALTENFELDER, Ruy. Responsabilidade Socioambiental. **Folha de São Paulo**. **São Paulo**, p. A3, 11/01/2008.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo, 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Vida do Espírito**. Tradução: Antônio Abranches, Cesar Augusto de Almeida e Helena Martins, 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

\_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução: Mario Barbosa de Almeida, 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ASSY, Bethânia. Hannah Arendt e a Dignidade da Aparência. In: DUARTE, André Macedo; LOPREATO, Christina; MAGALHÃES, Marion Brepohl. **A Banalização da Violência: a Atualidade do Pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004, p. 161-171.



BARBOZA, Estefânia Maria Queiroz. **Jurisdição Constitucional**: entre Constitucionalismo e Democracia. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. **Revista Latino Americana de Estudos Constitucionais**. Belo Horizonte: Del Rey, nº. 5, p. 297-339, jan.-jun., 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERLIN, Isaiah. **Quatro Ensaios sobre a Liberdade**. Tradução: Wamberto Hudson Ferreira, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BERQUÓ, Elza. Arranjos Familiares no Brasil: Uma Visão Demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Contrates da Intimidade Contemporânea. Vol. 4, 4ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 411-437.

BOBBIO, Norberto. Prós e Contras de uma Ética Laica. In: BOBBIO, Norberto. **O Filósofo e a Política**. Org. José Fernández Santillán, Tradução: César Benjamin e Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2003b, p. 179-191.

\_\_\_\_\_. **O Positivismo Jurídico**: Lições de Filosofia do Direito. Tradução: Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos Rodrigues, São Paulo: Ícone, 2006.

\_\_\_\_\_. Os Direitos Humanos Hoje. In: BOBBIO, Norberto. **O Filósofo e a Política**. Org. José Fernández Santillán, Tradução: César Benjamin e Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2003a, p. 195-204.

\_\_\_\_\_. O Modelo Jusnaturalista. In: BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, 4ª ed., 1ª reimp., São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 13-100.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2004.

BRANDEIS, Louis; WARREN, Samuel. **El Derecho a la Intimidad**. Tradução: Pilar Baselga, Madrid: Editorial Civitas, 1995.

BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada: do Império Romano ao Ano Mil**. Vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 225-299.

CACHAPUZ, Maria Cláudia. **Intimidade e Vida Privada no Novo Código Civil Brasileiro: uma Leitura Orientada no Discurso Jurídico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006.

CANARIS, Claus-Wilhem. **Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Tradução: Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2006.

CANZIAN, Fernando. Crescimento Tira Milhões das Classes D e E. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B1, 16/12/2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 5ª ed., rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. Diálogos sobre Amor Romântico. In: COSTA, Jurandir Freire. **Razões Públicas, Emoções Privadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 129-145.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. **O Direito de Estar Só: Tutela Penal da Intimidade**. 4ª ed., rev. e atual., São Paulo: RT, 2007.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4, Tradução: Denise Bottmann, partes 1 e 2, e Bernardo Joffily, partes 3 e 4, 4<sup>a</sup> reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 413-611.

DOTTI, René Ariel. **Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação.** São Paulo: RT, 1980.

DUBY, Georges. Poder Privado, Poder Público. In: ARIËS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada:** da Europa Feudal à Renascença. Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 19-44.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: ARIËS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada:** do Império Romano ao Ano Mil. Vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 9-11.

DUARTE, André Macedo. Modernidade, Biopolítica e Violência: a Crítica Arendtiana ao Presente. In: DUARTE, André Macedo; LOPREATO, Christina; MAGALHÃES, Marion Brepohl. **A Banalização da Violência:** a Atualidade do Pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004, p. 35-54.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos.** Tradução: Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIAS, Edilsom Pereira de. **Colisão de Direitos:** a Honra, a Intimidade, a Vida Privada e a Imagem Versus a Liberdade de Expressão e Informação. 2<sup>a</sup> ed. atual, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000.

FIORAVANTI, Maurizio. **Constitución.** De la Antigüedad a Nuestros Días. Tradução: Manuel Martínez Neira, Madrid: Editorial Trotta, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Embate de Governo e Igreja Abre Ano Eleitoral Espanhol**. São Paulo, p. A 14, 06/01/2008.

GOMES, Ângela de Castro. A Política Brasileira em Busca da Modernidade: na Fronteira entre o Público e o Privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Contrates da Intimidade Contemporânea. Vol. 4, 4ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 489-558.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito**. 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Tradução: Flávio Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4, Tradução: Denise Bottmann, partes 1 e 2, e Bernardo Joffily, partes 3 e 4, 4ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 53-87.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4, Tradução: Denise Bottmann, partes 1 e 2, e Bernardo Joffily, partes 3 e 4, 4ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 21-51.

JAMESON, Frederic. **Pós-Modernismo**: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. Tradução: Maria Elisa Cevalco, 2ª ed., 2ª reimp., São Paulo: Ática, 2000.

KAUFMANN, Arthur. A Problemática da Filosofia do Direito ao Longo da História. In: KAUFMANN, Arthur; HASSEMER, Winfried. **Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito Contemporâneas**. Tradução: Marcos Keel, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

KRISTOL, William. O Fator Huckabee. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09/01/2008.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder**. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt**. 2ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo**. Tradução: Therezinha Monteiro Deutsch, 1ª reimp., São Paulo: Manole, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a Sociedade de Hiperconsumo**. Tradução: Maria Lucia Machado, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade Pós-Moralista: o Crepúsculo do Dever e a Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos**. Tradução: Armando Braio Ara, São Paulo: Manole, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Os Tempos Hipermodernos**. Tradução: Mário Vilela, 2ª reimp., São Paulo: Barcarolla, 2005b.

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia Jurídica da Libertação: Paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo**. Florianópolis: Conceito, 2006.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 5ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. 17ª ed., 15ª reimp., São Paulo: Brasiliense, 2006.

MACEDO, Ubiratan Borges de. **Liberalismo e Justiça Social**. São Paulo: IBRASA, 1995.

RAMOS, Cezar Augusto. O Conceito (Político) de Liberdade em Hannah Arendt. In: DUARTE, André Macedo; LOPREATO, Christina; MAGALHÃES, Marion Brepohl. **A Banalização da Violência**: a Atualidade do Pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004, p. 175-186.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 9<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Contrates da Intimidade Contemporânea. Vol. 4, 4<sup>a</sup> reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 559-658.

PERROT, Michelle. A Família Triunfante. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4, Tradução: Denise Bottmann, partes 1 e 2, e Bernardo Joffily, partes 3 e 4, 4<sup>a</sup> reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1997a, p. 93-103.

\_\_\_\_\_. Funções da Família. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4, Tradução: Denise Bottmann, partes 1 e 2, e Bernardo Joffily, partes 3 e 4, 4<sup>a</sup> reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1997b, p. 105-119.

\_\_\_\_\_. Figuras e Papéis. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4, Tradução: Denise Bottmann, partes 1 e 2, e Bernardo Joffily, partes 3 e 4, 4<sup>a</sup> reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1997c, p. 121-185.

\_\_\_\_\_. Conclusões. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4, Tradução: Denise Bottmann,

partes 1 e 2, e Bernardo Joffily, partes 3 e 4, 4<sup>a</sup> reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1997d, p. 612-614..

PINTO, Carlos Alberto Mota. **Teoria Geral do Direito Civil**. 3<sup>a</sup> ed., 12<sup>a</sup> reimp., Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

PINTO, Paulo Mota. O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada. **Boletim da Faculdade de Direito**. Coimbra: Coimbra, v. LXIX, p. 479-586, 1993.

PROST, Antoine. Fronteiras e Espaços do Privado. In: PROST, Antoine; VICENT, Gerard (orgs.). **História da Vida Privada**: da Primeira Guerra a nossos Dias. Vol. 5, Tradução: Denise Bottmann, 5<sup>a</sup> reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13-153.

ROBL FILHO, Ilton Norberto. Direito, Intimidade e Vida Privada: uma Análise Histórico-Política para uma Delimitação Contemporânea. In: CORTIANO JUNIOR, Eroulths; MEIRELLES, Jussara Maria Leal de; FACHIN, Luiz Edson; NALIN, Paulo. **Apontamentos Críticos para o Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**: Anais do Projeto de Pesquisa Virada de Copérnico. Curitiba: Juruá, 2007, p. 263-280.

ROUCHE, Michel. Alta Idade Média Ocidental. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: do Império Romano ao Ano Mil. Vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 399-529.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. O Contrato Social ou Princípios de Direito Público. In: ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Os Pensadores**. Org. Janice Florido, Tradução: Lourdes Santos Machado, São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005, p. 45-243.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direito à Intimidade e à Vida Privada**: uma Visão Jurídica da Sexualidade, da Família, da Comunicação e Informações Pessoais, da Vida e da Morte. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, Perda do Humano e Crise do Sujeito de Direito. In: SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as Novas Tecnologias**: O Impacto Sócio-técnico da Informação e Genética. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 229-245.

SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a Praça**. 2ª ed., rev. e atual., Rio de Janeiro: Atlântica, 2005.

SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Tradução: Clóvis Marques, Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Declínio do Homem Público**: As Tiranias da Intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe, 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era do Rádio. Vol. 3, 7ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 7-48.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19ª ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A Constitucionalização do Direito**: os Direitos Fundamentais nas Relações entre Privados. São Paulo: Malheiros, 2005.

\_\_\_\_\_. Princípios e Regras: Mitos e Equívocos Acerca de uma Distinção. **Revista Latino Americana de Estudos Constitucionais**. Belo Horizonte: Del Rey, nº. 1, p. 607-630, jan.-jun., 2003.



SOARES, Pedro. Expansão Reduz o Desemprego a Menor Nível desde 2002. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B3, 21/12/2007.

SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de. **O Direito Geral de Personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de Personalidade e sua Tutela**. 2<sup>a</sup> ed., rev. e atual., São Paulo: RT, 2005.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: do Império Romano ao Ano Mil. Vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 19-223.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma Privacidade Possível. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era do Rádio. Vol. 3, 7<sup>a</sup> reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 49-130.

ZOLA, Émile. Eu Acuso. In: SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: As Tirantias da Intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe, 2<sup>a</sup> reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 427-435.